



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EDNA MENEGATTI

**MERCOSUL EDUCACIONAL: ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL NA
PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

**CHAPECÓ, SC,
2016**

EDNA MENEGATTI

**MERCOSUL EDUCACIONAL: ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL
NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Oto João Petry.

CHAPECÓ, SC
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Menegatti, Edna

MERCOSUL EDUCACIONAL: Análise da gestão educacional na promoção da integração regional/ Edna Menegatti. -- 2016.

151 f.

Orientador: Oto João Petry.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) , Chapecó, SC, 2016.

1. MERCOSUL Educacional. 2. SEM. 3. Gestão Educacional. 4. Integração Regional. 5. Educação Básica. I. Petry, Oto João, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDNA MENEGATTI

**MERCOSUL EDUCACIONAL: ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL NA
PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 30/08/2016

Orientador: Prof. Dr. Oto João Petry

Aprovado em: 30 / 08 / 2016

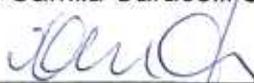
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Oto João Petry –UFFS



Profª. Dra. Camila Caracelli Scherma- UFFS



Profª. Dra. Edite Maria Sudbrack- URI



Prof. Dr. Roberto Rafael Dias da Silva- UNISINOS

Chapecó/SC, Agosto de 2016

À minha mãe, *Lourdes Spagnol*, exemplo de perseverança e força, carinho e dedicação ao me ensinar a importância da busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul a qual, me orgulho em fazer parte como aluna e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo apoio e participação no mestrado.

Ao meu orientador, Oto João Petry pela liberdade e confiança, apoio e oportunidades lançadas à ampliação do conhecimento.

Aos professores do programa que engrandeceram as aulas com muito conhecimento, dividindo ideias e saberes.

Aos Professores da banca, por disponibilidade e aceitação em fazer parte desta construção do novo conhecimento apreendido.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a bolsa de estudos oportunizada no último semestre, viabilizando a dedicação nos estudos do mestrado.

Aos funcionários da universidade pelo apoio, dedicação ao serviço público prestado ao longo desses dois anos.

Aos colegas da segunda turma de mestrado pelas amizades, alegrias, conversas e pensamentos compartilhados durante as aulas e nas rodas de chimarrão.

Agradeço o apoio e confiança na amizade enlaçada com duas colegas generosas, Chaiane Bukoski e Paoline Bresolin, “copilotas especiais” nas viagens rumo ao conhecimento.

À minha mãe, Lourdes Bernardetti Spagnol, por toda dedicação e incentivo, força e perseverança ao me encaminhar na vida e me encorajar em seguir com os meus sonhos.

Meu pai, Luiz Vitoldo Menegatti e minha ‘boadrasta’ Rosane Zanchi Dela Bida, pela compreensão por minha necessidade e dedicação aos estudos. À minha irmã, Ana Luiza em entender minha ocasional participação em seu crescimento e em suas conquistas no esporte.

Agradeço de forma especial, duas tias maravilhosas e queridas; Elza Spagnol Vanin, que me incentivou a seguir nos estudos e a trilhar no caminho da educação; e Salete Spagnol, pela força, carinho e dedicação em estar ao meu lado e ao lado de minha mãe sempre em que precisamos. Vocês são muito importantes em minha vida!

Reconheço também o carinho e compreensão de Michael Bruno Rovigo Medeiros durante essa caminhada acadêmica. Você me incentivou e apoiou em decisões importantes, estive sempre ao meu lado e por isso, tornou nossa vida mais calma e segura. Muito obrigada!

Agradeço também, o carinho recebido de sua família e em especial, sua mãe, Marilse Rovigo Medeiros. Obrigado pela amizade, generosidade e atenção ao lembrar-se de mim em suas orações, sempre desejando o alcance de meus objetivos.

Muito obrigada a todos que fizeram parte dessa caminhada, me desejaram sorte e alegrias por ter chegado até aqui.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação analisa a repercussão do MERCOSUL Educacional no desenvolvimento da gestão educacional para a promoção da integração regional no âmbito das políticas públicas educacionais e contou com financiamento CAPES. A pesquisa apresenta as ações desenvolvidas pelo SEM a partir das atas das Reuniões dos Ministros da Educação (RME) nas diversas presidências *pro tempore* entre os anos de 2005 e 2015. A investigação se propõe a responder qual a repercussão da gestão educacional do SEM na promoção da integração regional na educação básica. Este estudo está dividido em seis capítulos e suas seções. A Introdução traz a demarcação metodológica, a revisão da literatura e a organização dos documentos analisados. O segundo capítulo apresenta as questões da integração regional, o contexto histórico da formação das nações latinas, além do contexto econômico e político que envolve as nações, assim como o MERCOSUL, as configurações de seu surgimento como bloco econômico na América Latina, o SEM, sua estrutura e organização. O terceiro capítulo traz argumentações sobre as políticas públicas e a lógica do mercado neoliberal como influência nos sistemas educacionais na América Latina nos anos de 1990 e trata dos diálogos entre autores da gestão democrática da educação. O quarto capítulo analisa os documentos oficiais das Reuniões de Ministros da Educação do SEM ano a ano e faz um recorte analítico dos Planos Trienais do SEM. Este quarto capítulo foi desenvolvido em três etapas: a primeira discorre sobre as atas das RME entre os anos de 2005 e 2010; a segunda aborda a análise das atas dos anos de 2011 a 2015; e a terceira retrata com amplitude o desenvolvimento das ações do SEM durante esses últimos dez anos para, assim, poder apontar a repercussão da gestão educacional na promoção da integração regional na educação básica. O quinto capítulo se desenvolve discutindo as limitações e a notabilidade do tema com observações sobre as outras possíveis pesquisas na área da gestão educacional do SEM.

Palavras-chave: MERCOSUL Educacional. SEM. Gestão educacional. Integração regional.

ABSTRACT

This thesis analyzes the impact of Educational MERCOSUR in the development of educational management in the promotion of regional integration with educational policies, and it had CAPES funding. The research presents the actions developed by the Educational Sector from the minutes of Ministers of Education Meetings in the various pro tempore presidencies between the years 2005 and 2015. The investigation aims to answer what the effect of educational management in promoting regional integration in basic education are. This study is divided into six chapters and their sections. The Introduction brings methodological demarcation, the literature review and the organization of the analyzed documents. The second chapter presents the issues of regional integration, the historical context of the formation of the Latin nations, as well as the economic and political context surrounding nations, as well as MERCOSUR, the settings of its emergence as an economic bloc in Latin America, the Educational Sector, its structure and organization. The third chapter brings arguments about public policies and the logic of the neoliberal market as an influence on educational systems in Latin America in the 1990s and addresses the dialogue between authors of democratic education management. The fourth chapter analyzes the official documents of MERCOSUR's Educational Sector's Ministers of Education Meetings year by year and makes an analytical approach of the Educational Sector's Triennial Plans. The fifth chapter was developed in three steps: the first elaborates on the minutes of the Ministers of Education Meetings between 2005 and 2010; the second deals with the analysis of the minutes from 2011 to 2015; and the third broadly portrays the development of actions by the Educational Sector during these last ten years to thus be able to point out the impact of educational management in promoting regional integration in basic education. The fifth chapter is developed by discussing the limitations and the notability of the theme with observations on other possible research in the Educational Sector's educational management.

Keywords: Educational MERCOSUR. MERCOSUR's Educational Sector. Educational management. Regional integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Codificação das informações.....	36
Figura 2 – Unidades de Registros e Unidades Descritoras	37
Figura 3 – Classificação das Unidades de Análise.....	38
Figura 4 – Unidades de Registro categorizadas.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações encontradas no site do IBICT, de 2005 a 2015.....	26
Quadro 2 - Teses e dissertações encontradas no site da CAPES de 2005 a 2015.....	27
Quadro 3 – Presidência <i>pro tempore</i> , semestres e anos.....	34
Quadro 4 – Categorias e subcategorias conforme os eixos e subeixos de análise.....	39
Quadro 5- Definição de categorias e subcategorias de análise.....	40
Quadro 6 – Relação dos principais acordos com os Estados parte.....	60
Quadro 7 – Cronograma dos principais planos e ações do SEM.....	63
Quadro8 - Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai no 2º Semestre de 2005.....	85
Quadro 9 - Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina no 1º Semestre de 2006.....	88
Quadro 10 - Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil no 2º Semestre de 2006.....	89
Quadro 11 - Presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai no 1º Semestre de 2007.....	91
Quadro 12- Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai no 2º Semestre de 2007.....	93
Quadro 13 - Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina no 1º Semestre de 2008.....	95
Quadro 14 - Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil no 2º Semestre de 2008.....	98
Quadro 15 - Presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai no 1º Semestre de 2009.....	101
Quadro 16 - Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai no 2º Semestre de 2009.....	103
Quadro 17 - Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina no 1º Semestre de 2010.....	105
Quadro 18 - Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil no 2º Semestre de	

2010.....	107
Quadro 19 – Ações do SEM entre 2005 – 2010, por categoria de análise.....	108
Quadro 20 – Presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai no 1º Semestre de 2011.....	114
Quadro 21 - Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai no 2º Semestre de 2011.....	115
Quadro 22 - Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina no 1º Semestre de 212.....	117
Quadro 23 - Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil no 2º Semestre de 212.....	121
Quadro 24 - Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai no 1º Semestre de 2013.....	122
Quadro 25 - Presidência <i>pro tempore</i> do Venezuela no 2º Semestre de 2013.....	124
Quadro 26 - Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina no 2º Semestre de 2014.....	127
Quadro 27 - Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil no 1º Semestre de 2015.....	129
Quadro 28 – Ações do SEM entre 2011 a 2015, por categoria de análise.....	130
Quadro 29 – Ações entre 2005 a 2015	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Presidência <i>pro tempore</i> do SEM.....	35
Gráfico 2 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2005 de acordo com o eixo GE.....	85
Gráfico 3 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2006 de acordo com o eixo GE.....	87
Gráfico 4 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2006 de acordo com o eixo GE.....	89
Gráfico 5 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2007 de acordo com o eixo GE.....	91
Gráfico 6 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2007 de acordo com o eixo GE.....	93
Gráfico 7 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2008 de acordo com o eixo GE.....	95
Gráfico 8 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2008 de acordo com o eixo GE.....	98
Gráfico 9 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2009 de acordo com o eixo GE.....	100
Gráfico 10 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2009 de acordo com o eixo GE.....	102
Gráfico 11 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2010 de acordo com o eixo GE.....	105
Gráfico 12 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2010 de acordo com o eixo GE.....	106
Gráfico 13 – Ações por semestres e anos.....	110
Gráfico 14 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2011 de acordo com o eixo GE.....	113
Gráfico 15 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2011 de acordo com o eixo GE.....	115
Gráfico 16 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2012 de acordo com o eixo GE.....	117

Gráfico 17 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2012 de acordo com o eixo GE.....	120
Gráfico 18 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2013 de acordo com o eixo GE.....	122
Gráfico 19 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2013 de acordo com o eixo GE.....	124
Gráfico 20 – Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2014 de acordo com o eixo GE.....	126
Gráfico 21 – Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2015 de acordo com o eixo GE.....	128
Gráfico 22 – Ações por semestres e anos.....	132
Gráfico 23 – Ações por eixos de análise entre 2005 a 2015.....	134
Gráfico 24 - Ações de 2005 a 2010 por eixos.....	135
Gráfico 25 – Ações por subeixo de 2005 a 2010.....	136
Gráfico 26 – Ações de 2011 a 2015 por eixo.....	137
Gráfico 27 – Ações por subeixo de 2011 a 2015.....	137

LISTA DE SIGLAS

ABC – Argentina, Brasil e Chile
ALADI – Associação Latino- Americana de Integração
ALALC – Associação Latino- Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AR – Argentina
ARCU – SUL- Sistema de Acreditação regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BR – Brasil
CAN– Comunidade Andina
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCR – Comitê Coordenador Regional
Ceibal – Conectividade Educativa de Informação Básica
Cepal – Comissão econômica para a América Latina
CMC – Conselho de Mercado Comum
CMES – Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO
CONFITEA – Conferência Mundial de Educação de Jovens e Adultos
CRC– Comissão Regional de Coordenação
CSB – Convênio Andres Bello
CSCS – Centrais de Sindicais do Cone Sul
EJA– Educação de Jovens e Adultos
ENAFRON – Estratégica Nacional de Segurança nas Fronteiras
EPT– Educação para Todos
FEM – Fundo Educacional do MERCOSUL
FEMCIDI – Fundo especial Multilateral do conselho interamericano de Desenvolvimento Integral
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FOCEM- Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL
GA– Gestão Administrativa
GE – Gestão Educacional
GGP – Grupo Gestores de Projetos
GT – Grupo de Trabalho
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IMEA – Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados
Inep – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
Ipea – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC– Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MEXA – Programa Mecanismo Experimental de Acreditação
OCDE– *Organization for Economic Co- Operation and Development*
OEA– Organização dos Estados Americanos

OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos
ONGs – Organização não governamental
OPA – Operação Pan- americana
PDFF – Programa de Desenvolvimento em Faixa de Fronteira
PEAS – Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL
PEIBF – Programa Escolas Interculturais Bilingue de Fronteira
PEIF – Programa Escolas Interculturais de Fronteira
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMM – Programa de Mobilidade do MERCOSUL
PNDR – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA – Plano Plurianual Mais Brasil
PPT– Presidência *pro tempore*
PPTA – Presidência *pro tempore* da Argentina
PPTB– Presidência *pro tempore* do Brasil
PPTP – Presidência *pro tempore* do Paraguai
PPTU – Presidência *pro tempore* do Uruguai
PPTV– Presidência *pro tempore* da Venezuela
PR – Paraná
PUCPR– Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RELPE– Rede Latina- americana de portais Educativos
RME– Reunião dos Ministros da Educação
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SECCSCS – Setor Educacional da Confederação de Centrais Sindicais do Cone Sul
SEM – Setor Educacional do MERCOSUL
SIC – Sistema de Comunicação e Informação
SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
U.E. – União Européia
UA – Unidade de Análise
UC – unidade de Contexto
UD – Unidade Descritora
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciências e a cultura
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino- Americana
UR – Unidade de Registro

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	21
1.1.	A RELEVÂNCIA DO TEMA	24
1.2.	ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TEMA: MERCOSUL EDUCACIONAL.....	25
1.3.	DEMARCAÇÃO METODOLÓGICA	29
1.4.	ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS	31
1.4.1	Do tratamento dos dados	33
1.5.	ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS.....	44
2.	INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MERCOSUL	46
2.1.	O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DAS NAÇÕES LATINAS	46
2.2.	AS FRONTEIRAS: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	50
2.3.	CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO DAS NAÇÕES.....	53
2.4.	O MERCOSUL	58
2.4.1.	Composição e finalidades do bloco	58
2.5.	SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL: PRINCÍPIOS E ESTRUTURA	61
3.	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	65
3.1.	A EDUCAÇÃO E POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES.....	66
3.2.	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A LÓGICA DE MERCADO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA DURANTE A DÉCADA DE 1990.....	67
3.3.	GESTÃO DA EDUCAÇÃO	71
3.3.1.	Gestão Democrática da Educação na América Latina	75
4.	ANÁLISE DOS DADOS: AÇÕES DESENVOLVIDAS E APROVADAS PELAS RMEs DO SEM ENTRE 2005 E 2015	81
4.1.	OS PLANOS TRIENAIIS DO SEM	82
4.2.	AS ATAS DAS REUNIÕES DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO	83
4.3.	DADOS DO BALANÇO GERAL DO PLANO SEM 2006-2010: A CONJUNTURA ENTRE 2001 E 2005.....	83
4.3.1.	Segundo semestre de 2005: presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai	

.....	85
4.3.2. Primeiro semestre de 2006: presidência <i>pro tempore</i> da Argentina.....	87
4.3.3. Segundo semestre de 2006: presidência <i>pro tempore</i> do Brasil	88
4.3.4. Primeiro semestre de 2007: presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai.....	90
4.3.5. Segundo semestre de 2007: presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai.....	93
4.3.6. Primeiro semestre de 2008: presidência <i>pro tempore</i> da Argentina.....	94
4.3.7. Segundo semestre de 2008: presidência <i>pro tempore</i> do Brasil.....	98
4.3.8. Primeiro semestre de 2009: presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai.....	100
4.3.9. Segundo semestre de 2009: presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai.....	102
4.3.10. Primeiro semestre de 2010: presidência <i>pro tempore</i> da Argentina.....	104
4.3.11. Segundo semestre de 2010: presidência <i>pro tempore</i> do Brasil.....	106
4.4. ANÁLISE PARCIAL DO PERÍODO DE 2005 A 2010 DAS AÇÕES DO SEM	108
4.5. DADOS DO BALANÇO GERAL DO PLANO SEM 2011-2015: A CONJUNTURA ENTRE 2006 E 2010.....	111
4.5.1. Primeiro semestre de 2011: Presidência <i>pro tempore</i> do Paraguai.....	113
4.5.2. Segundo semestre de 2011: Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai.....	114
4.5.3. Primeiro semestre de 2012: Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina.....	117
4.5.4. Segundo semestre de 2012: Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil.....	120
4.5.5. Primeiro semestre de 2013: Presidência <i>pro tempore</i> do Uruguai.....	121
4.5.6. Segundo semestre de 2013: Presidência <i>pro tempore</i> da Venezuela	123
4.5.7. Segundo semestre de 2014: Presidência <i>pro tempore</i> da Argentina.....	126
4.5.8. Primeiro semestre de 2015: Presidência <i>pro tempore</i> do Brasil	128

4.6.	ANÁLISE PARCIAL DO PERÍODO DE 2011 A 2015 DO SEM	130
4.7.	CONCENTRAÇÃO DE AÇÕES CITADAS NAS ATAS DAS REUNIÕES DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO ENTRE 2005 A 2015.....	133
4.7.1.	Concentração de ações citadas nas atas das RME entre 2005 a 2010	135
4.7.2.	Concentração de ações citadas nas atas das RME entre 2011 a 2015	136
4.8.	AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	138
5.	CONSIDERAÇÕES.....	141
	REFERÊNCIAS	146

1. INTRODUÇÃO

O contexto atual mundial vem se caracterizando por mudanças e transformações nas economias e sociedades, nas dinâmicas das políticas e na direção da educação e em sua representatividade nas formas como vem promovendo a organização das sociedades. A educação, como instrumento das políticas sociais e inserida em um contexto neoliberal – e muitas vezes subordinada à lógica econômica internacional das dinâmicas capitalistas – torna-se produzida e voltada para o mercado, revelando-se competitiva.

Com o objetivo de responder a resultados e como se estes pudessem ser alcançados por todos os estudantes e fossem iguais para todas as culturas intrínsecas e de ordem econômica globalizada passou a vincular a democratização da educação sob as pautas de equidade e integração, expandindo-se aos princípios de competitividade e desempenho por competências e habilidades. (LIMA, 2012, p. 33)

No contexto das reformas dos sistemas de educação durante os anos de 1990 na América Latina, a reestruturação econômica desses países se deu em razão do reflexo das crises dos anos de 1980, principalmente a partir de compromissos assumidos entre os governos que se abriram à participação de organismos internacionais, como o Banco Mundial. Atualmente, as políticas educacionais na América Latina se redefinem, mas os governos ainda passam a acordar e articular financiamentos com o Banco Mundial, gerando estatísticas, definindo estratégias e prioridades para a educação latina.

De modo geral, a educação latina se mostra com baixos níveis de alfabetização, aprendizagem e desenvolvimento, haja vista que o percentual de investimento em política social fica na média de 18% do PIB para os países da América Latina (IPEA-Cepal)¹. Esse percentual representa linearmente, uma significativa redução da pobreza e das desigualdades na região, mas ainda está longe de sanar essa dificuldade de alfabetização, reduzir a pobreza e as desigualdades.

¹ESPECIALISTAS analisaram a política social na América Latina. **Portal Ipea**, 16 mar. 2016.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27365&catid=6&Itemid=4>. Acesso em: 3 maio 2016.

Os sistemas educacionais, em sua maioria, também passaram por reestruturações na tentativa de reorganizar as redes de ensino e a gestão da educação, alcançando, ao longo do tempo, a discussão das relações do trabalho docente e das práticas sindicais. Esse movimento gerou avanços significativos; no entanto, esses avanços sempre estiveram atrelados à história do desenvolvimento político, social e econômico e da formação dos países da América Latina.

As influências internacionais no desenvolvimento da população atingiram os países da região, os quais adotaram diferentes modelos de educação no âmbito das reformas educativas. Muitas dessas reformas estiveram acompanhadas de financiamentos de organismos internacionais, o que direcionou a construção das políticas sociais nos países latinos.

Desde o início do século XX, a inserção internacional também influencia a lógica comercial e econômica e apóia a realização de acordos e projetos de integração regional como: ALALC (Associação Latino- Americana de Livre Comércio)² de característica multilateral, a qual depois passou a se chamar ALADI (Associação Latino- Americana de Integração) de característica bilateral e o Pacto Andino, o qual, mais adiante, se tornou a CAM (Comunidade Andina das Nações; entre outros acordos multilaterais, como a E.U. (União Européia) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas- Estados Unidos).

Já no final do século XX, o contexto internacional mostra transformações políticas, principalmente em relação à reestruturação da economia global após a Guerra Fria e a redemocratização dos países latinos, os quais passaram por um longo período de estagnação³ e depois, perto da década de 1980, evidenciaram um desenvolvimento econômico crescente. Pode-se dizer que esse crescimento esteve ligado à crise do petróleo de 1979, quando, então, os países vizinhos da América Latina passaram a buscar uma aproximação entre si, especificamente Argentina e Brasil, para debater temas como a redemocratização e o desenvolvimento econômico da região.

Com o intuito de participarem no Mercado Internacional e de se fortalecerem, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai se reuniram em busca da consolidação econômica latina e, em 1991, assinaram o Tratado de Assunção. Esse acordo

² Nos próximos capítulos e seções seguirei usando siglas.

³ Em razão de muitos estarem sob Regime Ditatorial.

político-econômico, juntamente com outros acordos e discussões anteriores, criou o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Este passou a ser um bloco econômico entre os Estados partes⁴ com pensamento integracionista para a América Latina.

Visualizando a importância que a educação passaria a ter no âmbito da integração, oito meses após a formação do bloco MERCOSUL, o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) foi criado. No intuito de articular e promover o desenvolvimento intercultural buscou planejar ações para integrar as nações latinas e incluir culturalmente e socialmente os povos em áreas de fronteiras, articulando ações para desenvolver também a paz e o bem-estar social da população estabelecendo um arranjo mais amplo, engajado com políticas de agregação com outros países associados⁵ ao bloco, delineando uma inter-relação latina.

Alguns estudos e investigações⁶ sobre a América Latina apontam o caminho que a educação dessas regiões fronteiriças vem desenvolvendo como política para a integração. Avanços e retrocessos também são apontados como marcas das ações dos governos e de influência de organismos internacionais que articulam propostas e acordos. Esses acordos, firmados bilateralmente entre as nações, por muitas vezes geraram conflitos e apontaram um afastamento da América Latina por alguns países do bloco, como o Brasil, por exemplo.

Nesse sentido, a contextualização do tema e da história desses processos de integração evidencia conflitos históricos com tentativas de aproximação entre os países latinos, o dualismo político territorial marcado durante o período colonial e posterior, a união desses povos no intuito do fortalecimento regional.

Essa contextualização é sinalizada no decorrer dos textos que compõem o segundo e terceiro capítulos desta dissertação. Nas próximas seções, dou sequência à introdução, ressaltando a relevância do tema pesquisado na área da gestão educacional e o caminho metodológico da investigação.

⁴Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, criado em 26 de março de 1991 mediante a assinatura do Tratado de Assunção.

⁵ Países associados: Chile, Venezuela, Bolívia e Colômbia.

⁶ No quadros 1 da página 26 desta dissertação, apresento uma relação de teses e dissertações que apontam estudos realizados sobre a América Latina, alguns com relação à interculturalidade, à educação superior, à integração, políticas de línguas estrangeiras, entre outros.

1.1. A RELEVÂNCIA DO TEMA

Como professora da educação básica estadual de Santa Catarina e estudante da Universidade Federal da Fronteira Sul, a educação é tema absoluto de estudos, ao qual se somam às experiências em sala de aula e as já vividas fora do Brasil, em alguns dos países latinos. Ao residir no Paraguai em 2008, me interessei pela educação da América Latina e passei a observar a integração de disciplinas de línguas, como o guarani, espanhol e português no currículo escolar de muitas escolas deste país.

As viagens para a Argentina e para o Chile, devidamente frequentes e sendo parte do meu dia a dia de trabalho na época, possibilitou aprender como o MERCOSUL influenciava nas transações de importações e exportações de produtos, atuando como um mercado aduaneiro.

Além de questões econômicas e sociais vivenciadas e do contato com escolas e universidades no Paraguai, a mobilidade de estudantes fronteiriços se tornou uma via muito utilizada para integrar latinos, principalmente por meio do ensino de línguas.

Diante do já vivido e do andamento nos estudos acadêmicos no campo dissertativo, desenvolvo o tema MERCOSUL Educacional após realizar pesquisas sobre a educação integral. Pesquisando as escolas do sul do Brasil, encontro uma que, além de ser situada na região fronteiriça entre Brasil e Argentina, participa de dois programas. Um governamental brasileiro, o Programa Mais Educação; e outro, no contexto do MERCOSUL, Programa Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF).

Querendo entender como os programas eram desenvolvidos juntos, me interessei por articular a gestão educacional das escolas situadas em áreas de fronteira. Nesse sentido, iniciei pesquisas por outros textos e estudos já realizados com o tema.

Sendo o objeto desta pesquisa a gestão educacional no âmbito do MERCOSUL Educacional⁷, lanço à minha trajetória de estudos o fascínio e o dilema em entender os processos históricos que envolvem os países desta região.

⁷ MERCOSUL Educacional usado na pesquisa como sinônimo de Setor Educacional do MERCOSUL;

A gestão educacional do SEM passa a ser estudada com a intenção de encontrar o caminho e o espaço que a educação básica vem ganhando no contexto do bloco MERCOSUL na promoção da integração regional.

O tema é relevante também para nossa comunidade acadêmica, a qual possui articulação e atividades desenvolvidas com a integração regional na área de formação de professores que trabalham com o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF). Nesse sentido, o estudo permite agregar o compromisso de envolvimento que a universidade possui com a região da fronteira sul.

Entender os processos de gestão educacional do SEM amplia o conhecimento sobre a educação latina e lança mais estudos na área do MERCOSUL e das políticas públicas na América Latina.

1.2. ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TEMA: MERCOSUL EDUCACIONAL

O MERCOSUL Educacional, tema deste estudo, toma como objeto de análise a gestão educacional do SEM. Busco nas ações registradas em atas das Reuniões de Ministros da Educação, instrumentos e mecanismos adotados que apontem para a repercussão da gestão educacional na promoção da integração regional.

A busca por pesquisas já elaboradas sob a forma de teses e dissertações na área de conhecimento da educação mostrou inicialmente que, desde a criação do SEM, muitos estudos ficaram relacionados a temas da área da linguística e de estudos interculturais, tanto nas linhas de processos pedagógicos, como nas das políticas públicas. Porém, percebi que, no recorte temporal de 2005 a 2015, poucas pesquisas foram desenvolvidas sobre o tema de gestão da educação na América Latina, bem como sobre os sistemas de ensino e a correlação entre educação básica e integração regional.

Assim, estruturei⁸ buscas nos bancos de dados de teses e dissertações disponíveis em *sites* brasileiros, com o objetivo de encontrar outras pesquisas já realizadas que pudessem vir a contribuir com a temática deste estudo. As buscas

⁸ Foi organizado um conjunto de termos e palavras-chaves que são descritas no seguimento desta seção.

foram definidas pelos critérios do recorte analítico da pesquisa: a gestão educacional do SEM, entre os anos 2005 a 2015, situados na América Latina.

O critério de escolha pelos *sites* para as buscas nos bancos de dados com teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁹ (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) se justifica pela abrangência dos materiais existentes em suas bases, com teses e dissertações a nível nacional, e ainda ao buscar outros *sites*, como PUCPR, UFSC, UFPR, UFRGS, estes redirecionavam para os primeiros citados: CAPES e IBICT. Assim, manteve a escolha por esses sites para que não houvesse a repetição de trabalhos e para que possibilitasse o gerenciamento das pesquisas já publicadas.

Vários foram os termos utilizados para as buscas, como: “MERCOSUL Educacional”, “gestão educacional”, “educação na América Latina”, “integração regional” e “SEM”. Essas buscas possibilitaram saber onde as pesquisas se situavam e se haveria alguma delas com o mesmo recorte temporal e analítico proposto por esta pesquisa. Os quadros 1 e 2, a seguir, mostram as teses e dissertações nos *sites* do IBICT e da CAPES, respectivamente:

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas no site do IBICT, de 2005 a 2015.

Ano	IES	Autor (a)	Mestrado/ Doutorado	Assunto	Área	Título
2010	UFRGS	Margareth Guerra dos Santos	Mestrado	América Latina	Educação Superior	As redes de agências de avaliação da qualidade e acreditação da educação superior na América Latina: RANA e RIACES
2010	UFRGS	Maria Sílvia Cristofoli	Doutorado	MERCOSUL	Educação Básica	Políticas de línguas estrangeiras na educação básica: Brasil e Argentina entre avanços, percalços
2013	USP	Rita de Cássia Marques Lima de Castro	Doutorado	Setor Educacional do MERCOSUL	Educação Superior	Integração dos países constituintes do MERCOSUL por meio da educação superior universitária: análise em uma perspectiva histórico-cultural

⁹ Nos próximos capítulos e seções seguirei usando siglas.

2010	USP	Maria Idati Eiró	Doutorado	MERCOSUL Educacional	Educação	O sentido da pedagogia por competências: de Bolonha à América Latina
2011	UDESC	Karin Zepelini Orofino	Mestrado	Bienal de Artes Visuais do MERCOSUL	Artes	Relações entre público e arte contemporânea: propostas educacionais para espaços expositivos
2013	UCSAL	Ailana Freitas Rocha	Mestrado	Gestor Educacional	Educação Básica	A formação do gestor educacional para o ensino básico no MERCOSUL: Brasil e Argentina

Fonte: IBICT, dados organizados pela autora.

Quadro 2 – Teses e dissertações encontradas no site da CAPES, de 2005 a 2015.

Ano	IES	Autor (a)	Mestrado/ Doutorado	Assunto	Área	Título
2012	UNIOESTE	Maria Cecília Ferreira	Mestrado	Grau Universitário	Educação Superior	Assim caminha o MERCOSUL: o conflito entre qualidade e efetividade no Acordo de Admissão de Títulos de Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas
2012	UFRGS	Simone da Costa Carvalho	Mestrado	Línguas/ multilíngue	Educação Superior	As relações de <i>status</i> entre línguas na implementação de uma proposta acadêmica bilíngue em um cenário institucional multilíngue Latino-Americano
2012	UEM	Paulo Sérgio Gonçalves	Mestrado	Educação	Educação Superior	A Pós-Graduação no Brasil nos termos do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL
2011	USP	Alcimar Silva de Queiroz	Doutorado	Sociologia da Educação	Educação	Sociedade da Informação e Direitos Humanos do MERCOSUL:

						análise sociológica da Tecnologia de Informação e Comunicação
2012	UNIOESTE	Carmen Celia Barradas Correia Bastos	Mestrado	História/ UNILA	Educação Superior	A História da Educação Superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
2012	UNISINOS	Paula Veronica Lolaj Sapaj Feiten	Mestrado	Língua Espanhola	Educação	Políticas e Ensino da Língua Espanhola: para além do ¡HOLA! ¿QUÉ TAL?
2013	UNESP	Ivonete Bitencourt Antunes Bittelbrunn	Doutorado	Gestão educacional da América Latina	Educação	Gestão Democrática no Contexto das Reformas Educacionais na América Latina

Fonte: CAPES, dados organizados pela autora.

Os termos encontrados nos dois *sites* foram: “MERCOSUL Educacional” e “gestão da educação”, resultando em 13 trabalhos. Destes, 2 estão situados na área da Educação Básica, 6 na Educação Superior, 3 na Educação Geral¹⁰, um trabalho na área de Artes e apenas um na área de gestão educacional democrática. Verificando que os anos de busca foram entre 2005 a 2015, a pesquisa apontou trabalhos a partir de 2010, mesmo sendo estas refinadas em “pesquisa avançada”.¹¹

Embora as buscas tenham mostrado apenas um trabalho na área da gestão educacional, especificamente na área de gestão democrática na América Latina, abordando as reformas dos anos de 1979 a 2000, foi possível perceber algumas limitações de busca, as quais não deram condições satisfatórias para o cruzamento de vários termos juntos. Dessa forma, ou se buscava “gestão educacional”, e os *sites* apontavam trabalhos das áreas da gestão escolar e administrativa, ou se buscava “gestão democrática”, mas não era possível incluir ou filtrar na América Latina.

¹⁰ Não relacionando diretamente a uma área específica da educação;

¹¹ Seções que os *sites* disponibilizam para refinar as pesquisas e delimitá-las com maior especificidade.

Então, as buscas demonstraram que a Gestão Educacional do SEM vem sendo pouco referenciada, não indicando trabalhos com os termos, “educação na América Latina”, “integração regional” e “SEM”

Após as buscas, os trabalhos encontrados foram analisados e se tornaram importantes para a pesquisa, já que o próprio Plano Trienal do SEM 2011-2015, discorre sobre a necessidade de haver o desenvolvimento de um “instrumento de monitoramento adequado” das ações do SEM, “nesse sentido, pretende-se que o Plano SEM 2011-2015 contenha um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar as ações estabelecidas, identificar problemas de desempenho ao longo do período e proceder aos ajustes”, (MERCOSUL, 2011).

Visto que o próprio Plano SEM 2011-2015 cita que não há o monitoramento e avaliação das ações realizadas pelo SEM nos anos anteriores, este trabalho evidencia a sua importância ao analisar os documentos oficiais do MERCOSUL Educacional, pois pretende apontar estas ações que, ligadas à educação básica, indicarão a repercussão da gestão educacional do SEM na promoção da integração regional. Os trabalhos encontrados nos sites indicaram ainda que esta pesquisa se encontra sob outras configurações dos trabalhos já realizados, mostrando ser uma análise contributiva para a comunidade científica, haja vista que não há trabalhos com estas características de análise.

1.3. DEMARCAÇÃO METODOLÓGICA

Ao elaborar os estudos sobre o Setor Educacional do MERCOSUL, dei início à revisão da literatura, a qual trouxe acepções importantes sobre os fatos históricos que marcaram as nações latinas, lançando um olhar atento à integração e à gestão educacional. Ao entender a importância e conhecer as questões históricas que contribuíram para a formação dos povos latinos desde a colonização, é possível perceber distanciamentos e aproximações dos países vizinhos, que provocados por articulações e interesses territoriais, foram se mantendo até o início do século XX.

Os primeiros sinais e intenções em firmar acordos entre os países latinos, bem como interesses políticos de alguns governos, somaram-se aos organismos internacionais. Nesse contexto de articulações com o mercado internacional, o

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surgiu ainda no início dos anos de 1990 e se caracteriza até o momento como uma união aduaneira¹².

Ao dar continuidade nos estudos sob o MERCOSUL e entendendo a importância de discutir sobre o tema gestão educacional do SEM, busquei responder o problema de pesquisa: **Qual a repercussão da gestão educacional do SEM na promoção da integração regional na educação básica?**

A instância superior do SEM (Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL- RME), responsável por estabelecer acordos em que a gestão educacional venha a promover o desenvolvimento das políticas educacionais no âmbito do MERCOSUL, registra em suas Atas RME acordos e decisões tomadas em conjunto com os organismos que compõem o bloco.

Assim, o **objetivo geral da pesquisa está em: Analisar a gestão educacional do SEM no desenvolvimento de suas ações na educação básica, que venham a contribuir para a promoção da integração regional.**

A análise da gestão educacional está relacionada à função política da instância orgânica superior do SEM (Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL), responsáveis pelo desenvolvimento das políticas do MERCOSUL e direcionamentos dados à educação básica e superior em relação à integração regional. Assim, algumas questões de pesquisa surgiram:

- a) Como a integração regional vem se caracterizando na América Latina?
- b) Como as políticas educacionais na América Latina vêm se configurando?
- c) Quais as tendências¹³ que a gestão educacional do SEM vem assumindo em relação à integração regional na educação básica?

Nesse contexto, alinham-se os objetivos específicos da pesquisa:

- a) Considerar as perspectivas de integração regional no âmbito da América Latina;
- b) Destacar as influências políticas e econômicas que marcam a educação e influenciam a gestão educacional na América Latina.

¹² Condição atual do bloco.

¹³ Em relação à movimentação educacional no contexto do MERCOSUL;

- c) Descrever e interpretar as ações desenvolvidas pela gestão educacional do SEM resultantes da Educação Básica que promovem a integração regional;

As atas das RME são os documentos oficiais e a base dessa análise qualitativa. Estes documentos revelam as tomadas de decisões de cada Presidência *pro tempore*¹⁴, os elementos e ações desenvolvidos pela gestão educacional do SEM e sinalizam o contexto da promoção de integração regional na educação básica, podendo apontar a repercussão do MERCOSUL Educacional nos últimos dez anos.

A próxima seção busca esclarecer a organização efetuada na pesquisa com os documentos analisados, destacando a importância do processo de análise documental como sendo uma rica fonte de dados a serem explorados.

1.4. ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Esta pesquisa foi desenvolvida sob abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdos. A “análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, ajudando na compreensão que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p.2).

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental apresenta muitas vantagens. A natureza das fontes está centrada em documentos que não foram analisados ou já foram explorados, sendo que as fontes são mais variadas e dispersas. “Primeiramente há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”. (GIL, 2002, p. 46). Para o autor, constitui-se como bem mais que uma técnica de análise de dados, é uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias, um método de investigação que necessita de compreensão nos procedimentos e no processamento de dados.

¹⁴ Temporária, acontece no MERCOSUL trocas de presidências de seis em seis meses.

Porém, mesmo a pesquisa não sendo historiográfica, considera-se toda a existência de um contexto, que marcado pelos feitos históricos da América Latina, deu sentido ao longo da pesquisa para se entender as relações entre os países latinos, os processos de integração durante a formação das nações desta região e os fatores e fundamentos da educação na América Latina.

A estrutura da análise dos dados, assim como os objetivos e as questões de pesquisa, foi se desenhando e se harmonizando durante todo o processo de exploração do tema, de forma construtiva. “Numa abordagem qualitativa, construtiva ou heurística, esta construção, ao menos em parte, pode ocorrer ao longo do processo” (MORAES, 1999, p. 3).

Nesse sentido, a pesquisa desenvolve uma análise dos documentos oficiais das Reuniões de Ministros da Educação do MERCOSUL entre os anos de 2005 e 2015. Descrevo também uma pequena análise da conjuntura em que os Planos do Setor Educacional do MERCOSUL trazem em sua elaboração, sendo possível, assim, pontuar o contexto político e social em que o MERCOSUL Educacional se encontrava em cada momento da criação dos referidos planos.

O Plano SEM 2006-2010 contextualiza o cenário político e social entre os anos de 2001 e 2005, e o Plano SEM 2011-2015, o cenário entre os anos de 2006 e 2010. Ambos destacam as principais perspectivas desses períodos trazendo a base para perceber a razão das ações elaboradas em cada época.

O texto da próxima seção relaciona a realização do tratamento dos dados da pesquisa, descrevendo as etapas da análise qualitativa segundo Roque de Moraes.

1.4.1. Do tratamento dos dados

Foram analisadas 19 atas das RME, as quais estão disponíveis no *site* do MERCOSUL Educacional¹⁵. Em sua maioria, foi necessária a tradução dos dados da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa¹⁶. Para Roque de Moraes (1999), primeiramente, ao analisar documentos, os dados chegam brutos e devem ser processados de maneira que facilitem a compreensão e inferência tão necessárias a uma análise de conteúdos.

Esses dados brutos, sobre um olhar interpretativo, requerem a captura do sentido simbólico das palavras¹⁷. Esse sentido não possui apenas um significado, podendo, então, ser interpretado sob muitos entendimentos.

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Por isso, um texto contém muitos significados. (MORAES, 1999, p. 3)

Para Moraes (1999) a compreensão do contexto é indispensável para entender o texto. Para Paulo Freire, também há que se fazer uma interpretação do contexto ou compreender a intencionalidade em que as palavras foram ditas ou escritas¹⁸. Por isso, a pesquisa buscou contextualizar o cenário político e social em que as ações de cada plano foram elaboradas, conforme o citado na seção anterior.

Moraes (1999) ainda aponta que devemos considerar, além do conteúdo explícito, o destinatário e as formas e condições de transmissão de mensagens¹⁹,

¹⁵Portal MERCOSUL Educacional: Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

¹⁶ “Os valores e a linguagem natural do entrevistado e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir”. (MORAES, 1999, p. 3). Assim, consideramos a importância das informações das atas com muita prudência, evitando a troca de palavras na tradução, podendo manter o significado expresso das palavras e posterior, interpretá-las.

¹⁷ Esse sentido “simbólico” das palavras, dito por Roque de Moraes (1999), nem sempre é manifestado pelo autor que escreve os textos (ou encontrado nos dados) que posterior, serão analisados. Assim, a análise do pesquisador sobre os textos, pode sofrer várias interpretações.

¹⁸ FREIRE, O simbólico e o diabólico na política: Um testemunho de fé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qGUFnLi-i88>. Acesso em: fevereiro de 2015.

¹⁹ A mensagem da comunicação é simbólica, sendo simbólica, cabem várias interpretações.

necessitando, o pesquisador, reconstruir todas as condições no tempo e no espaço do contexto da análise.

Por isso, consideramos na análise os balanços revelados nos Planos 2006-2010 e 2011-2015 e as conjunturas descritas, pois estes foram fundamentais para entender o contexto em que se deram as ações da gestão educacional do SEM.

No sentido interpretativo e considerando o tempo e espaço da análise, as atas foram escritas sob diferentes circunstâncias e em diferentes presidências *pro tempore*, como o quadro 3, demonstra:

Quadro 3 – Presidências *pro tempore*, semestres e anos²⁰

Ano	Semestre	Presidência <i>pro tempore</i>	Ano	Semestre	Presidência <i>pro tempore</i>
2005	2º	Uruguai	2011	1º	Paraguai
2006	1º	Argentina	2011	2º	Uruguai
2006	2º	Brasil	2012	1º	Argentina
2007	1º	Paraguai	2012	2º	Brasil
2007	2º	Uruguai	2013	1º	Uruguai
2008	1º	Argentina	2013	2º	Venezuela
2008	2º	Brasil	2014	2º	Argentina
2009	1º	Paraguai	2015	1º	Brasil
2009	2º	Uruguai			
2010	1º	Argentina			
2010	2º	Brasil			

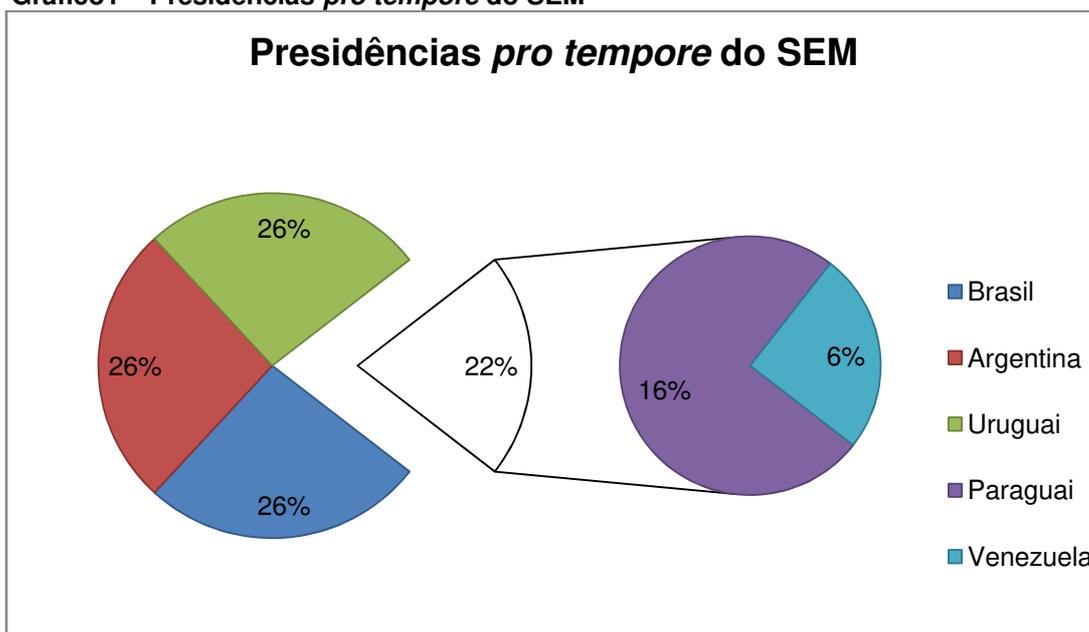
Fonte: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016. Dados organizados pela autora.

É possível perceber que, dos 10 anos analisados, a Argentina, o Brasil e o Uruguai estiveram na presidência do SEM por cinco vezes, equivalendo a 26% de atuação de cada país na presidência do MERCOSUL. O Paraguai atuou na presidência do MERCOSUL três vezes, o que corresponde a 16%. A Venezuela presidiu o MERCOSUL apenas uma vez²¹, e equivalendo a 6% de atuação nas tomadas de decisões, conforme gráfico 1, a seguir:

²⁰ Observa-se no Portal MERCOSUL Educacional que há disponível, atas das RME do MERCOSUL do 2º semestre de 2005 e a do 2º semestre de 2014, evidenciando, neste último ano, que houve apenas uma Reunião de Ministros da Educação. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/viewcategory/31-reuniao-de-ministros-de-educacao-rme-reunion-de-ministros-de-educacion-rme.html>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

²¹ Venezuela passou a integrar o MERCOSUL a partir de 2012.

Gráfico1 – Presidências *pro tempore* do SEM

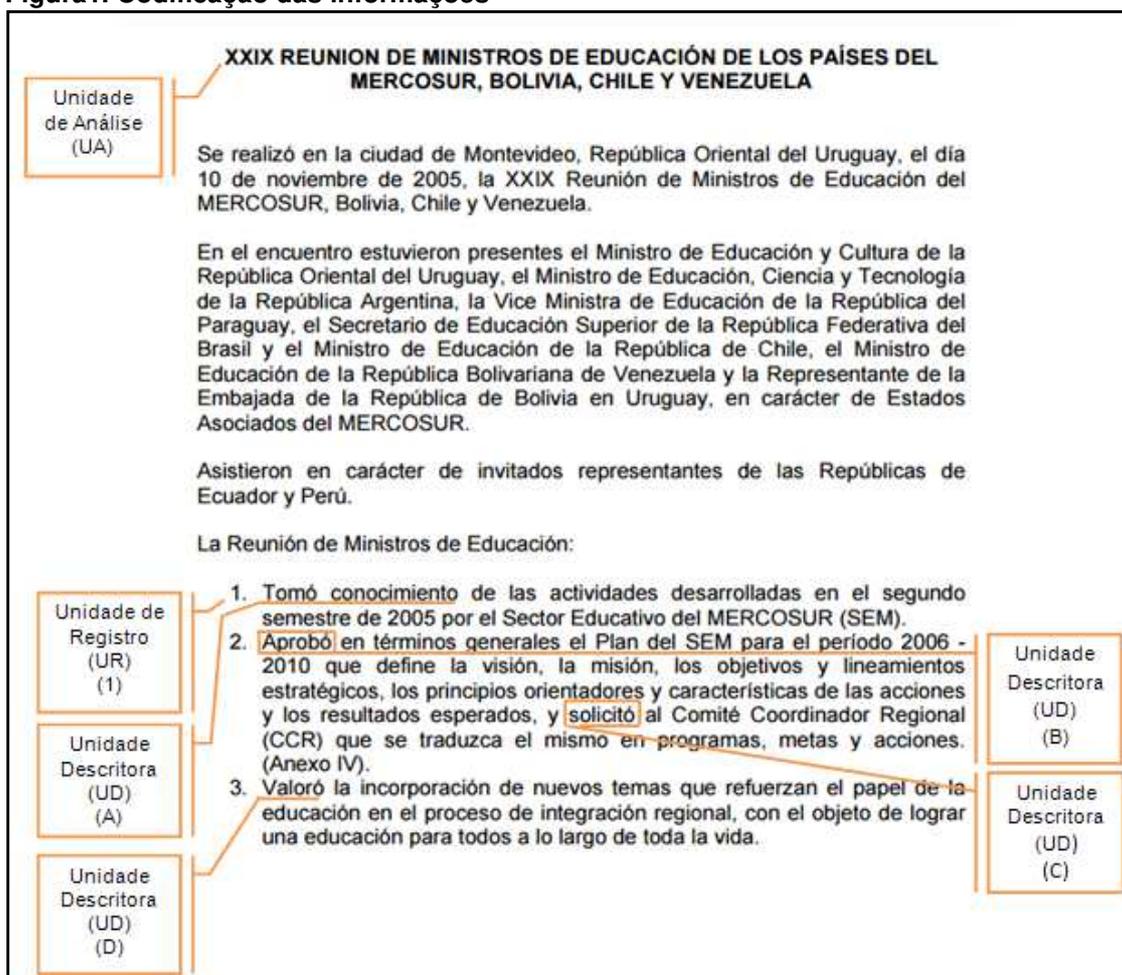


Fonte: Atas das RME, conforme quadro 3, organizado pela autora.

A preparação das informações foi realizada pela codificação dos dados. Cada ata (Unidade de Análise – UA) ²² traz ações enumeradas que se constituem como Unidade de Registro (UR). Cada UR é descrita nas Atas com verbos identificando as ações tomadas pelos ministros da educação em exercício e esses verbos se constituíram como Unidades Descritoras (UD), como mostra a Figura 1, a seguir:

²² Cada ata se constitui sendo uma Unidade de Análise (UA)

Figura1. Codificação das informações



Fonte: Ata da Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL, 1º Semestre de 2005. Dados organizados pela autora.

Na figura 1, é possível extrair das atas as URs e ao analisá-las, verificou-se que em cada uma, poderiam haver duas ou mais UD, gerando códigos cruzados por letras e números, (A1, B2 e C2, D3). Dessa maneira, o processo de preparação das informações se deu pela **codificação**. “Este código poderá ser constituído de números ou letras que a partir deste momento orientarão o pesquisador para retornar a um documento específico quando assim o desejar”. (MORAES, 1999, p. 5)

A segunda etapa é compreendida por MORAES (1999) como **Unitarização**, representada na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Unidades de Registros e Unidades Descritoras

D1 Unidades Descritoras				
B	C	D	E	F
		Unidades Descritoras		
	A) Tomou conhecimento	B) Tomou conhecimento e destacou	C) APROVOU	D) Solicitou
Unidades de Registro	(1) Atividades desenvolvidas pelo SEM	(4) Iniciativas tomadas pelos Ministros da Educação da América Latina em favor da formação cidadã e a RELPE	(2) PLAN. SEM 2006-2010	(2) Ao CCR que se traduza o Plan 2006-2010 (C;2) (anexo IV)
	(6) Das negociações feitas pelo CAF para a administração FEM	(12) da realização da terceira edição do concurso "Caminhos do MERCOSUL" realizado em outubro passado no Brasil com o apoio da Organização dos Estados Iberoamericanos	(18) a difusão da prova de Agronomia da Universidad Nacional de La Plata, Argentina, sob o Mecanismo Experimental de Acreditación de Carreras de Grado no Mercosul.	(14) a presença do Setor Educativo do MERCOSUL neste caso através de uma delegação do Comité Coordinador Regional dirigido pela Presidencia pro Tempore do Uruguay (B;14)

Fonte: Atas das RME do SEM. Dados catalogados e organizados pela autora.

A unitarização consiste em isolar cada uma das Unidades de Registro e assim, definir as Unidades de Contexto (UC) e estas, são redefinidas para que partes das informações possam ser recuperadas. Esse processo se chama fragmentação.

As Unidades de Contexto são delimitadas agora por verbos ou novas palavras, redefinidas após a leitura para assumir um significado mais completo possível entre si (MORAES, 2003, p.195), podendo haver perda de informações.

É importante salientar que neste processo de fragmentação de um texto necessariamente se perde parte da informação do material analisado. A leitura feita representará sempre uma perspectiva do pesquisador. Entretanto, na medida em que se tem consciência de que não existe uma leitura objetiva e completa de um texto, esta perda de informação pode ser justificada pelo aprofundamento em compreensão que a análise possibilita. (MORAES, 1999, p. 5-6)

Esgotada esta reclassificação por novas palavras, houve a necessidade de ampliar a organização dos dados contidos em cada UA. Foi possível, então, aproximar as URs reagrupando-as em Unidades de Contexto. Cada UC se estabeleceu sendo as subcategorias de análise²³.

²³ As subcategorias se estabeleceram antes das Categoria.

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase nas palavras e seus sentidos ou podem ser fundadas em critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios. (MORAES, 1999, p. 6)

Assim, as categorias e subcategorias foram se estabelecendo em função de critérios semânticos, como mostra a Figura 3, a seguir:

Figura 3. Classificação das Unidades de Análise

Unidade de análise: (UA)	
1- ATA 2005,	
A) Tomou conhecimento (UD)	
Unidades de registro: (UR)	
Unidades de Contexto (UC)	
Seguimento	(1) Atividades desenvolvidas pelo SEM
Negociação	(6) Das negociações feitas pelo CAF para a administração FEM
Iniciativa/Programas	(4) Iniciativas tomadas pelos Ministros da Educação da América Latina em favor da formação cidadã e a RELPE
Difusão/concurso/ Realiz.	(12) da realização da terceira edição do concurso Caminhos do Recebeu Apoio MERCOSUL realizado em outubro passado no Brasil com o apoio da Organização dos Estados Iberoamericanos
países/Iniciativa	(13) dos avanços e negociações com a União Européia com o Programa de Mobilidade Estudantil do Mercosu I
Negociação/Programa	(14) das negociações do Mercosul e a União Européia que se realizará provavelmente na Cancillería de Uruguay

Fonte:

Ata RME de 2005. Dados organizados pela autora.

Ao verificar que as UCs geraram subcategorias, como demonstra a Figura 3, dei início ao processo de recuperação das informações fragmentadas e possivelmente perdidas na etapa anterior. Sendo uma unidade mais ampla, a Unidade de Contexto requer a fixação de limites para interpretá-las, possibilitando assim, iniciar o trabalho de Categorização.

A categorização é sem dúvida, uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo. Entretanto, seja com categorias definidas a priori, seja com uma categorização a partir dos dados, o estabelecimento de categorias necessita obedecer a um conjunto de critérios. As categorias devem ser *válidas, exaustivas e homogêneas*. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser *mutuamente exclusiva*. Finalmente uma classificação deve ser *consistente*. (MORAES, 1999, p. 6, grifos do autor)

As categorias válidas da pesquisa, observando a pertinência, exaustividade e homogeneidade de cada UR, segundo Moraes (1999), são classificadas como importantes ao problema de pesquisa e aos objetivos.

No caso de as categorias emergirem dos dados, os argumentos de validade são construídos gradativamente. Uma categorização válida deve ser significativa em relação aos conteúdos dos materiais que estão sendo analisados, constituindo-se numa reprodução adequada e pertinente destes conteúdos. (MORAES, 1999, p. 7)

Assim, estabelecidas no quadro 4, como sendo: oito categorias e trinta e quatro subcategorias.

Quadro 4. Categorias e subcategorias conforme eixos e subeixos de análise

EIXOS	SUBEIXOS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Gestão Educacional	Educação Básica	Ações de Demanda	Concurso
			Convocação
			Chamada
			Referendo
		Continuidade e seguimento	Implementação
			Avaliação
			Incorporação
		Difusão	Material
			Coleção
			Publicação
			Histórias
			Informes
			Virtual
		Ações de direcionamento	Instrução
			Recomendação
			Compromissos assumidos
			Propostas
			Iniciativas
		Ações de fomento	Recebimento de apoio
			Oferecimento de apoio
			Incentivos
			Reconhecimento
		Desenvolvimento e planejamento	Planos
			Projetos
			Grupos
			Mecanismos
		Realização de eventos	Feira
			Seminário
			Reuniões
			Encontros
			Jornada
		Documentos	Protocolos
			Declarações
			Cartas

	Educação Superior
	Educação à Distância
	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
	Educação Profissional
	Educação Tecnológica
	Educação Ambiental
	Educação em Prisões
	Educação Geral

Fonte: Dados organizados pela autora;

Observada a composição do quadro 4, o passo seguinte foi separar as URs em sendo ações determinadas à Gestão Educacional (GE) ou à Gestão Administrativa (GA), que geraram dois grandes eixos norteadores da pesquisa. Com a separação por eixos e com foco nas ações de Gestão Educacional, foi possível realizar nova reclassificação, extraído dos textos (UAs), nove subeixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação à Distância, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação Tecnológica, Educação Ambiental, Educação em Prisões e Educação Geral. Com o recorte definido sobre a educação básica, esta, por sua vez, se definiu como subeixo e agrupou 34 subcategorias.

Para atingir o critério de homogeneidade das categorias, estabeleci conceitos e princípios para classificar cada UR, possibilitando ter apenas uma dimensão de análise a cada ação classificada, definidas assim, conforme o quadro 5²⁴, a seguir:

Quadro 5. Definições de categorias e subcategorias de análise

Eixo	Gestão Administrativa (GA)	
Ações de mediação administrativas que se relacionam com tomadas de decisões em esfera organizacional, controle e financiamento.		
Eixo	Gestão Educacional (GE)	
Ações voltadas às atividades educativas ou que se estabelecem no contexto de ações educativas;		
Categoria:	Ações de Demanda	
São as ações que possibilitam a participação de pessoas ou instituição em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo SEM e outros organismos;		
Subcategorias:	Concurso:	Ações que possibilitam ingresso;
	Convocação:	Ação voltada à participação determinada;
	Chamada:	Ações que confirmam a presença de pessoas ou

²⁴ Estas definições de categorias, subcategorias, eixos e subeixos só surgiram após a classificação de cada UR por palavras, como pode ser extraído na Figura 3. O quadro 5 possibilita analisar as classificações e reagrupamentos que estavam fora das definições iniciais. Assim, a figura 3 é composta por subeixos que no quadro 5 não constam, pois não são analisadas na pesquisa e só se configuraram como estrutura para a separação das ações.

		organismos e ou instituições para a realização de ato ou participação em eventos;
	Referendo	Ato ou expressão de solicitar instruções ou pronunciamentos sobre determinados assuntos;
Categoria	Continuidade e Segmento	
São as ações que já vêm sendo trabalhadas pelo SEM em outras presidências <i>pro tempore</i> e que recebem encaminhamentos e sequência;		
Subcategorias:	Implementação	Ações e medidas tomadas para agregar atividades e trabalho do SEM em execução por outras presidências;
	Avaliação	Medidas tomadas para qualificar as ações e os trabalhos realizados pelo SEM e outros organismos;
	Incorporação	Medidas e ações incorporadas aos trabalhos que são realizados pelo SEM ou outros organismos;
Categoria:	Difusão	
Divulgação de elementos informativos e atividades ou exposição de trabalhos realizados pelo SEM em mídia e ampla repercussão para a mobilização e disseminação das ações desenvolvidas.		
Subcategorias:	Material	Produção de elementos compostos por informações e publicados, divulgados, e/ou distribuídos por meio digital, virtual ou impresso;
	Coleção	Composição de vários elementos informativos para distribuição por meio digital, virtual ou impresso;
	Publicação	Divulgação de elementos informativos por meio digital, virtual ou impresso;
	Histórias	Produção de elementos criados para informar por meio digital, virtual ou impresso;
	Informes	Elementos noticiados para serem publicados e distribuídos por meio digital, virtual ou impresso;
	Virtual	Elemento cibernético criado ou publicado por meio eletrônico podendo estar disponível em redes <i>online</i> ou <i>off-line</i> ;
Categorias	Ações de direcionamento	
Ações e medidas tomadas que revelam posicionamento e intenções com orientações e tendências		
Subcategorias:	Instrução:	Medidas informadas para o melhoramento e ou interrupção de um trabalho que vem sendo realizado;
	Recomendação:	Ações e medidas sugeridas para a qualificação, melhoramento ou interrupção dos trabalhos do SEM;
	Compromissos assumidos	Ações que revelam empenho, que declaram e ou proporcionam elementos integradores e firmados em obrigação de serem realizados;
	Propostas:	Ações que indicam sugestões a serem retratadas e ou aceitas para ocorrerem mudanças positivas em relação às atividades desenvolvidas pelo SEM
	Iniciativas:	Disposição de desenvolver atividade ou ações;
Categoria	Ações de fomento	
Ações que incitam ajudas e indicam estímulos, auxílios recebidos e oferecidos pelo SEM ou por outros organismos;		
Subcategorias:	Recebimento de apoio	Ações que inserem sustentação e base para subsidiar ou agregar atividades e desenvolver trabalhos;
	Oferecimento de apoio	Ações que oferecem sustentação, base para subsidiar ou agregar atividade ao desenvolver trabalhos;
	Incentivos	Ações que promovem motivação e estímulos para o desenvolvimento de atividades e trabalhos;
	Reconhecimento	Ações que caracterizam a valorização de elemento em atividades ou trabalhos desenvolvidos pelo SEM ou outros organismos;

Categoria	Desenvolvimento e planejamento	
Ações que evidenciam o progresso de atividades, elaboração objetivos dedicados a ampliar os trabalhos realizados para atingir resultados;		
Subcategorias	Planos	Produção e delineamento de atividades e trabalhos a serem cumpridos;
	Projetos	Produção de uma proposta com intenção de empreendimento;
	Grupos	Conjunto de pessoas e ou organismos com objetivos e interesses no desenvolvimento de atividades e trabalhos
	Mecanismos	Dispositivo utilizado como instrumento técnico e prático para agilizar e facilitar um sistema, estrutura ou organização;
Categoria	Realização de eventos	
Produção e execução de uma atividade promotora de ações e acontecimentos que geram agregação de pessoas, organismos e instituições;		
Subcategorias	Feira	Exposição de trabalhos ou atividades;
	Seminário	Apresentação, diálogos e discussão de temas;
	Reuniões	Conjunto de pessoas com o objetivo de dialogar e discutir temas para se chegar a uma definição e/ou um consenso;
	Encontros	União de pessoas para obter um mesmo objetivo ou um movimento oposto;
	Jornada	Percurso de diálogos e/ou discussão de temas por um período de tempo;
Categoria:	Documentos	
Instrumento escrito para recursos e encaminhamentos de trâmites legais e ou registro de atividade para confirmar ou realizar acordos, ações e trabalhos assumidos;		
Subcategorias	Protocolos	Registro de controle de atividades, documentos ou instrumentos de intenções ou realizações;
	Declarações	Afirmação formal ou informal de um assunto ou afirmativa de posicionamento em relação a um tema, ou atividade;
	Cartas	Manuscrito que tem o objetivo de informar;

Fonte: Definições elaboradas pela autora;

Com as definições de eixos, subeixos, categorias e subcategorias, foi possível confirmar a primeira classificação das ações contidas nas atas em análise de forma mais precisa e clara para a pesquisa. São resultados de síntese dos aspectos mais importantes encontrados, denominados características, e, “quanto mais subdivididos os dados e quanto maior o número de categorias, maior a precisão da classificação” (MORAES, 1999, p. 7).

Assim, vencidas as etapas de reclassificação e encontrados os elementos característicos de cada Unidade de Registro, as categorias foram sendo interpretadas e atestadas por classes e cores, conforme a Figura 4, a seguir:

Figura 4 – Unidades de Registro Categorizadas

Quadro Presidência Pro-Tempore do Paraguai: 2º Semestre/2005					
Eixo	SUBEIXO	Categoria	Subcategoria	Quantidade de ações	Ações
ADM	GERAL	Realização de eventos:	Reuniões	2	- D8- Reunião entre o CCR e a Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul - F15- Reunião de especialistas para a implementação de Centros de estudos e Investigação de Meteorologia do MERCOSUL
GE	ES		Seminário	2	- B21- I Seminário de Educação e Direitos Humanos do MERCOSUL - J22- Seminário de Reflexões Plano 2006-2010
ADM	GERAL	Ações de Demanda	Provas	1	- B18- Agronomia
GE	ES		Concursos	1	- A12- "Caminhos do Mercosul"
ADM	EB	Continuidade e Seguimento	Implementação	1	- F15- do Centro de Estudos e Investigação em Meteorologia do MERCOSUL
GE	EB		Incorporação	1	- D3- novos temas que reforçaram o papel da educação no processo de Integração Regional
ADM	GERAL		Avaliações	1	- H10- Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL
ADM	GERAL		Atividades	2	- A1- Continuidade das atividades desenvolvidas pelo SEM - B2- PLAN SEM 2006-2010
ADM	GERAL				
ADM	GERAL				- C14- a delegação de um Comitê Coordenador regional nas negociações entre o SEM e U.E. - C17- ao Fórum de Consultas e Coordenação Política que o GT

Fonte: Dados catalogados e organizados pela autora.

Assim, a Figura 4, ao ser analisada, permite a classificação entre os eixos de Gestão Administrativa (GA) e Gestão da Educação (GE); posteriormente, possibilita visualizar as quantidades de ações e separá-las sob o recorte analítico da Educação Básica.

Outro critério atendido foi a exaustividade; para Moraes (1999, p. 7), “cada conjunto de categorias deve ser exaustivo no sentido de possibilitar a inclusão de todas as unidades de análise. Não deve ficar nenhum dado significativo que não possa ser classificado”. Todos os dados contidos nas Unidades de Registro tiveram alocação em Categorias e/ou Subcategorias, e todo o conteúdo pôde ser enquadrado.

Finalizada a categorização, foi realizada a quarta etapa, chamada por Moraes (1999) de Descrição. A descrição consiste em elaborar os textos em síntese de cada Unidade de Análise. Neste momento, não há interpretação, somente as citações diretas dos dados originais. Esta etapa está descrita nas subseções do capítulo 4. (4.2 e 4.3) da pesquisa.

Podemos dizer que as categorias e subcategorias se tornaram homogêneas em relação à dimensão de análise que foi estabelecida pela Gestão Educacional.

“Dizer que um conjunto de categorias é homogêneo significa poder afirmar que todo o conjunto é estruturado em uma única dimensão de análise” (MORAES, 1999, p.7).

Então, atendido o rigor que exige uma análise qualitativa, a quinta e última etapa se deu em relação à interpretação dos dados. Para Moraes (2003), “Costuma-se denominar ‘dados’ o *corpus* textual da análise. Entretanto, assumindo que todo dado torna-se informação a partir de uma teoria, podemos afirmar que ‘nada é realmente dado’, mas tudo é construído. (MORAES, 2003, p. 194, grifos do autor)

Desse modo, o pesquisador precisa construir seus textos definindo e assumindo a autoria da interpretação e precisa ter em mente que a autoria do texto original deve ser sempre considerada à interpretação. Diante destas etapas descritas, o tratamento dos dados (1.4.1) faz parte de um dos seis capítulos descritos a seguir, na próxima seção.

1.5. ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Os textos desta dissertação estão organizados em cinco capítulos e suas seções. Para se chegar à organização destes capítulos, foram realizados dois momentos: a revisão teórica e bibliográfica, que ocorreu *a priori* do surgimento das categorias de análise, seguido do estudo e da interpretação das atas das RME.

A Introdução traz a abordagem geral do tema, um recorte sobre outras pesquisas desenvolvidas sobre o Setor Educacional do MERCOSUL e a gestão da educação do MERCOSUL, a Demarcação Metodológica e a Organização dos textos desenvolvidos na pesquisa.

O segundo capítulo discute a integração regional e a formação dos povos latinos em meio a guerras e disputas por territórios. Aborda a temática fronteiriça, com questões latentes entre os países vizinhos, evidenciando uma dicotomia existente até o final do século XIX. Ainda resgata a posição do Brasil em relação à América Latina e os avanços quanto à questão da integração entre as nações, abordando os primeiros acordos e intenções de aproximação com o intuito de fortalecimento da região para com o Mercado Internacional, discorrendo também sobre o MERCOSUL, a formação do bloco, sua estrutura e organização, bem como sobre o surgimento do MERCOSUL Educacional.

No terceiro capítulo, é realizada uma breve contextualização a respeito das políticas sociais na América Latina, a abordagem crítica para a pesquisa sobre a gestão da educação e sobre a gestão democrática dos sistemas de ensino da região, bem como o seu desenvolvimento ao longo dos tempos sob a lógica neoliberal, tão influente para os sistemas de ensino em razão da atuação dos organismos internacionais e dos acordos bilaterais.

O quarto capítulo trata da análise dos dados contidos nas atas das Reuniões dos Ministros da Educação do MERCOSUL, com seções onde são apresentados os apontamentos, as categorias de análise e os procedimentos adotados para desenvolver a pesquisa.

O quinto capítulo aborda as considerações da pesquisa, limitações e notabilidade da temática para o desenvolvimento de outras novas e possíveis análises da área de gestão educacional do SEM.

Assim, este capítulo delineou as primeiras abordagens da pesquisa, sua fundamentação e importância para a comunidade acadêmica e a organização do trabalho realizado para desenvolver os textos. O próximo capítulo discorrerá sobre a integração regional e o contexto histórico em que se dá esta análise.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MERCOSUL

Quando estudamos um tema envolvendo a América Latina, não podemos deixar de procurar compreender os processos que deram os limites e avanços de seus povos. Quando entendemos o contexto da formação dos povos latinos, entendemos também em qual contexto econômico, político, social e cultural se formou o Bloco MERCOSUL. Percebem-se as forças e relações de poder, que marcaram os feitos dos países latinos e seguem na intenção de superar as barreiras fronteiriças e culturais com o desenvolvimento de políticas sociais para as regiões.

2.1. O CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DAS NAÇÕES LATINAS

A formação das sociedades nacionais latino-americanas é marcada pela longa luta por terras. As terras, ou territórios, são traçadas na busca de se fixar poder estabelecendo limites entre as nações. Para Ianni (1987, p. 14), “sempre se repete o grito: — Terra à vista! Desde o primeiro dia, está em andamento a luta pela terra”.

O Brasil, país com grande extensão territorial, foi, ao longo dos tempos, conquistando espaços mediante tratados. A “descoberta” do Brasil foi uma expansão do território português. Antes de fixarem as fronteiras brasileiras, os portugueses já haviam dividido as terras em limites, com as, então chamadas, Capitânicas Hereditárias.

O território demarcado possibilitaria a exploração de riquezas e a expansão do povoamento, garantindo o controle da imensa área brasileira. Porém, para Engel (2010), isso não aconteceu efetivamente.

Curiosamente, antecedeu mesmo ao descobrimento do Brasil o interesse pela definição de nossas fronteiras. Efetivamente, pelo malfadado – e nunca cumprido – Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, a partilha das terras de Portugal e da Espanha seria feita por uma raia meridiana distante 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde. (ENGEL, 2010)

Para Andrade (2014), o Tratado de Tordesilhas também não teve o efeito pretendido, uma vez que nunca foi regulamentado. Porém, como o tratado não dispunha de instrumentos que possibilitassem dar a demarcação das terras entre as colônias, estas só foram efetivamente definidas no Tratado de Utrecht²⁵, 250 anos depois do descobrimento.

A ação lusitana, nos primeiros séculos de colonização, foi decisiva para a formação de um país de grande extensão territorial que foi, gradativamente, absorvendo o espaço conquistado, mediante tratados sucessivos – Tordesilhas, Madri e Santo Idelfonso – para efetivar essa territorialização à proporção que a população crescia e que os meios de comunicação e de transportes permitiam. (ANDRADE, 1995, p. 41)

Anos mais tarde, em 1750, o Tratado de Madrid veio a assimilar o domínio pertencente às duas Coroas, sob o princípio de fronteiras naturais²⁶. Anulado em 1761, o Tratado de Madrid foi substituído em 1777 pelo último tratado assinado durante o Brasil Colônia, o Tratado de Santo Idelfonso. Como nos outros tratados, não foi demarcado em terreno, ficando somente no papel (ENGEL, 2010).

O primeiro impacto de destruição deste império se deu no período em que Portugal e Espanha estiveram sob o domínio do rei da Espanha, Felipe II, quando os portugueses e brasileiros, livres do respeito à linha de Tordesilhas, empurraram a fronteira para o oeste, apossando-se de grande parte da bacia Amazônica e das planícies drenadas pelo rio Paraguai, tributário do Prata. Com a separação em 1640, e a restauração do reino de Portugal, passaram os dois reinos a procurar estabelecer novas fronteiras, tendo Portugal e conseqüentemente, o Brasil, expandindo-se para o oeste, face à consagração do *uti possidetis*, direito de posse, defendido por Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil. Este direito foi consagrado pelo Tratado de Madrid (1750), e depois reformulado, em vista do caso das missões, pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777). (ANDRADE, 2014, p. 65)

Para Synesio Filho (2013), tanto a não validação do Tratado de Santo Idelfonso quanto o recurso do *uti possidetis* retratam a diplomacia imperial e

²⁵ Tratado de Utrecht: tratado assinado com a França em 1713.

²⁶ Segundo Martin (1992), para Friedrich Rutzel, as fronteiras naturais faziam parte da preocupação e da avaliação de como o meio natural influencia o desenvolvimento das sociedades. As fronteiras existentes na natureza estão presentes no mundo orgânico e inorgânico. A origem das fronteiras reside no movimento, próprio de cada ser vivo, podendo avançar ou não, dependendo das forças postas em questão. Assim, a fronteira natural é considerada sob os limites que a natureza dispõe de seu movimento, podendo ser uma montanha, o mar, uma árvore, um rio, etc.

deixam claro que o *uti possidetis* não estabelece vantagem alguma, pois expõe as fronteiras do Brasil.

Exemplifiquemos: a Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho em 1842 recusa o tratado assinado com o Peru porque “nossos limites, longe de ficarem melhor definidos pela cláusula do *uti possidetis*, são por ela inteiramente expostos” e não aprova, em 1846, o tratado de limites pactuado com a Venezuela, já que “não pode a Seção concordar em que seja a base do tratado definitivo de limites o *uti possidetis* de 1810, porque não pôde certificar-se de quais eram esses limites, e não está habilitada para asseverar se a adoção do *uti possidetis* não prejudicará o Império em outras demarcações”. (REZEK, 2013, p. 27)

Ainda para o autor, “a guerra de 1801 entre Portugal e Espanha provocou ocupações territoriais em Portugal (a cidade de Olivença é até hoje espanhola) [...] na América: aqui, tropas gaúchas conquistaram, para sempre, a região dos Sete Povos” (REZEK, 2013, p. 27). Já para Synésio Filho, “o tratado de paz desse mesmo ano não previu a devolução de territórios ocupados” (FILHO, 2013, p.16). Para ele, na prática e na teoria o Brasil também anulava o tratado de Santo Ildefonso. Assim, a independência das nações sul-americanas encontrou-as sem limites perfeitamente conhecidos ou respeitados. (FILHO, 2013, p. 16).

Já independente, o Brasil assinou seu primeiro tratado com o Uruguai e o Peru em 1851. A situação com o Uruguai foi sempre tensa. Houve muitas disputas entre as potências ibéricas em razão do rio da Prata, durante o período colonial, e, depois, pelas invasões das tropas portuguesas em 1821. O Uruguai tornou-se independente depois da guerra entre o Brasil e a Argentina, mantendo o nome de República Oriental do Uruguai, em 1828.

Manteve as mesmas fronteiras da incorporação (o arroio Chuí, a Lagoa Mirim, o rio Jaguarão, as cumeeiras da coxilha de Santana e o rio Quaraí). Não parou, entretanto, o novo país de agitar a vida política no Prata por sua instabilidade crônica, que encontrava eco nas regiões vizinhas, no caso brasileiro, no Rio Grande do Sul. (FILHO, 2013, p. 17)

Em relação ao Peru, as fronteiras são as mais distantes do Atlântico, a cerca de 4.300 km do Atlântico no rio Javari. “Os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, fiéis ao princípio dos limites naturais, estabeleciam nesse trecho uma fronteira totalmente fluvial, os rios Javari, Solimões e Japurá” (FILHO, 2013, p.

33). As divergências se concentravam na posse do rio Negro, o qual era do Peru e deveria ser entregue para os portugueses; já os brasileiros não queriam entregar Tabatinga, situado no rio Solimões. Assim, essa parte do noroeste brasileiro deixou de ser demarcada por muito tempo.

Nos cem anos que se passaram entre o Tratado de Madri e a assinatura, em 1851, do tratado de limites com o Peru, luso-brasileiros – padres missionários, soldados ou simples colonos leigos, às vezes “droguistas do sertão” ou membros de “tropas de resgate” – pouco a pouco foram ocupando pontos na margem norte do Solimões, inclusive no trecho que seria espanhol pelos tratados coloniais. (FILHO, 2013, p. 34)

Em 1830, o Peru procurou negociar com o Brasil os limites da região, porém, como a área não era muito bem conhecida, o Brasil não fechou acordo. Somente em 1851, como já dito, chegaram-se aos acordos de limites. “A diferença era que, agora, ao se falar em *uti possidetis*, não se colocava data alguma, o que indicava reconhecer a posse efetiva, na data da assinatura” (FILHO, 2013, p. 36). Assim, reconhecia-se a posse desde o início e davam-se vantagens a ambos os países.

Guy Martinière, historiador contemporâneo francês, com vários trabalhos sobre o Brasil, em recente artigo, diz que “o *uti possidetis* constitui o pacote ideológico ideal para justificar a própria dinâmica do sistema expansionista de conquistas fronteiriças”. Na verdade, o princípio adapta-se como uma luva aos interesses da nação mais expansionista; é a resposta diplomática dinâmica a uma política também dinâmica. Diplomacia bandeirante”, na expressão de alguns divulgadores, de conveniência duvidosa... (FILHO, 2013, p. 31-32)

O Brasil, mesmo depois da independência, sempre obteve benefícios nas questões fronteiriças com seus vizinhos latinos. Com o uso do *uti possidetis*, quando em seu favor, o Brasil se posicionou habilmente nos conflitos territoriais. Mas não foi assim para os outros países, “Todos, sem exceção, julgam-se prejudicados por ajustes de fronteiras que pactuaram quer entre si, quer com o Brasil” (FILHO, 2013, p. 136).

Estas abordagens históricas do contexto da formação das nações latinas sob as questões de território mostram as articulações das nações por suas fronteiras. Evidenciam os acordos e interesses em inter-relações que acusam vantagens e desvantagens das nações em relação aos vizinhos latinos. Estes

momentos marcam as histórias dos países da América Latina e vão influenciar adiante, nas negociações de acordos de paz e integração entre as nações.

2.2. AS FRONTEIRAS: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os conceitos de fronteiras, limites e territórios são importantes à medida que entendemos as relações de poder estabelecidas entre os países e sua importância nos processos de integração. Mostram as forças intrínsecas que se deram ao longo dos anos durante os processos de integração latina. No caso do Brasil e da Argentina, os conflitos, no início da Colonização e também durante o Império, ocorreram pelas disputas das terras, ou seja, indiretamente as terras se tornavam símbolo de poder. Ao longo deste do texto, é possível perceber que os autores relacionam o sentido do poder ao território, aos limites ou às fronteiras, conforme as relações vão se estabelecendo entre as sociedades e as forças políticas.

Sendo uma relação sempre com atores, a territorialidade se manifesta na sociedade, no espaço e no tempo, e, de certa forma, torna-se a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 161). O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, pois está muito relacionado à questão de gestão e dominação. Assim, conexo, do mesmo modo, é o território à ideia de poder. “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20). Compreendido dentro do sentido de pertencimento, o território também pode mudar evidenciando uma vantagem dinâmica. Esse dinamismo dos territórios é igualmente encontrado nas relações de limites.

Tal como o território, os limites incidem sobre a vida da população. Quando abordamos as questões de limites, referenciamos, de igual maneira, as questões de território, pois os limites definem o território. Para Raffestin (1993), mesmo o limite não sendo traçado, mostra a relação que determinado grupo mantém com o espaço onde está inserido.

Não há por que se admirar, pois o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Neste caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder [...]. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 165)

Portanto, o limite toma proporções de caráter geral que podem ser frouxos ou rígidos, ligados a um dinamismo que pode se modificar, frente ao movimento de forças, o poder. Os territórios são marcados por limites, e estes, visíveis ou não, permitem limitar as fronteiras. As fronteiras, um subconjunto dos limites, possuindo ambos os conceitos abordados aqui, conotação política passando a ter sua função de agente comunicador de ideologias, ou seja, de poder.

Para Golin (2002), o Estado considera a fronteira como uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo. Assim, nas fronteiras, também existe a expressão do poder ligado a interesses, sejam eles internos ou externos.

As fronteiras resultam, igualmente, do processo de construção histórica. A palavra fronteira, segundo Martin (1992), designa, do latim, “*fronteria*” ou “*frontaria*”, que indica a definição de “in frente”, associada, muitas vezes, com o sentido de algo que está na frente, às margens.

Já o surgimento de uma fronteira internacional, segundo o Itamaraty, passa por três fases distintas: “o *tratado*, com diploma de direito internacional entre as nações; a *demarcação*, como inscrição de limite – referido também como linha divisória [...] e a *caracterização*, representada pelos marcos secundários intercalados aos principais na fronteira seca” (GOLIN, 2002, p. 10-11, grifos do autor).

Para Silva (2013), as fronteiras aparecem como um limite de soberania, por necessidades de traços mais exatos entre as nações. Para ele, as fronteiras começaram a se tornar mais claras e mostrar uma expansão de

soberania à medida que foi convencionado o Tratado de Westphalia²⁷ em 1948, com o fim da Guerra dos Trinta Anos²⁸.

Para o autor, quando se discutem fronteiras, discutem-se também limites internacionais acompanhados do pensamento de território: “é um perímetro instaurado por um *poder* cujo projeto político é de afirmar e distinguir-se das outras entidades territoriais” (SILVA, 2013, p. 24, grifos do autor), tornando-se um lugar onde o poder fixa limites.

Podemos encontrar, ainda, em Martins (1997), a definição de que fronteira é o lugar ou espaço onde se dá o encontro com diferentes sociedades e culturas. Embora muitas vezes as fronteiras sejam encaradas como barreiras impostas pela ação do Estado, a população em geral consegue burlar as restrições impostas pelos governos, driblando as barreiras²⁹. Assim, as fronteiras também ganham características de dinamismo, mas impulsionadas por forças que não são inerentes ao Estado.

Segundo Machado (1998), há diferenças entre fronteira e limites. A fronteira se concentra nas ações que estão “para fora”, enquanto os limites se concentram nas ações que estão agindo “para dentro”. Dessa forma, há “vantagens” em driblar as barreiras impostas pelo Estado. Ao mesmo tempo em que a população não pode usufruir das leis alheias do país vizinho, aproveitam as “brechas” oportunas de fiscalizações para manobras que facilitem e privilegiem esse modo de vida transfronteiriço. Esta não é a questão em si – as vantagens e desvantagens das fronteiras ou limites –, mas as formas de vida que as populações conseguem extrair para si e como, algumas vezes, as leis não avançam e se articulam com essas realidades vividas nas fronteiras.

Nem isso, no entanto, transforma as fronteiras em aparatos absolutamente inúteis. Criadas antes para proteger do que para isolar, elas se ligam à necessidade primitiva do homem em encontrar abrigo para suas manifestações coletivas, entre as quais se podem destacar certamente, o desejo de saber o que se passa e o que existe do outro lado da fronteira... (MARTIN, 1992, p. 88)

²⁷ Segundo Visentini (2002), o Tratado de Westphalia é um conjunto de tratados assinados que reconheceu uma sociedade de Estados fundada no princípio de soberania territorial.

²⁸ Entre 1618 e 1648, na Europa, ocorreram sucessivas guerras por motivos variados.

²⁹ As barreiras são “definidas como qualquer condição ou ação que impede ou restringe a livre circulação e interação de pessoas, capitais, produtos, serviços e ideias” (SILVA, 2013, p. 59).

O modo de vida nas fronteiras possibilita encontrar uma concentração de culturas, movimento, vida. “As fronteiras possuem um vetor dinâmico que promove inúmeras trocas entre diferentes povos” (LORO, 2013, p. 43). Esse vetor dinâmico são as migrações. Recorrentes em um contexto histórico da humanidade, os povos migram na busca por melhores condições de vida ou pelo sentimento de pertencimento em ambos os lados ou, ainda, na busca por esse pertencimento. É nesse sentido que se discute a importância da integração para os povos fronteiriços. Há uma inter-relação cultural e social vivida nessas regiões que necessita ser dinamizada e provocada ao desenvolvimento da integração, possibilitando diminuir as barreiras existentes entre as áreas de fronteiras.

2.3. CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO DAS NAÇÕES

O crescente aumento no número de blocos econômicos e acordos preferenciais de comércio criados por várias associações de países e seus vizinhos, vêm mudando o cenário do comércio internacional. Muitas vezes, esses acordos buscam a proteção do mercado interno, não acarretando ganhos e bem-estar social para a população, uma vez que se retraem e não se comprometem com o mercado externo. Defendem, assim, uma política de desenvolvimento e produção doméstica.

Na América Latina, inúmeros foram as associações e os grupos regionais que desenvolveram projetos na busca da promoção das regiões e da integração regional. Para Gadotti (1992, p. 89), “a integração regional é um movimento social dinâmico que os homens utilizam para, juntos, apoiando-se uns nos outros, poderem diminuir suas fraquezas e se desenvolverem”. Para o autor, o que ocorre com os indivíduos também acontece com as nações, diminuem-se as barreiras e aumenta-se a capacidade de cooperação.

Para Aleixo (1984), a integração é muito mais que uma unificação dos países vizinhos, os quais devem não só cessar lutas, mas superar conflitos e promover a solidariedade.

Unificar várias sociedades é primeiramente suprimir os antagonismos que as dividem, pôr fim às lutas que as fragmentam, mas países em conflitos não estarão realmente integrados se estiverem, apenas, justapostos, uns ao lado dos outros, sem verdadeiros elos entre si. A integração dos países supõe não só a superação dos conflitos, mas também o desenvolvimento das solidariedades. Na verdade, os dois aspectos freqüentemente se confundem. (ALEIXO, 1984, p. 25)

Nos anos 1960, foi formada a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) e, posteriormente, em 1980, esta foi substituída pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento (ALADI), a qual tomou impulso após a Guerra Fria (1989). Em 1991, firmou-se a criação de um bloco econômico da América do Sul – o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O moderno processo de integração regional latino-americano vem, gradualmente, tornando-se mais denso e profundo. Desde a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em 1960, posteriormente substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), os países da região têm demonstrado interesses em coordenar posições e em negociar acordos, visando, especialmente, à obtenção de ganhos econômicos por meio de uma inserção cooperativa do sistema internacional. Na esteira desses esforços, a constituição do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, em 1991, exprime um dos mais intensos projetos de integração regional da América Latina. (BESHARA, 2008, p. 2-3)

O MERCOSUL, firmado em 1991 entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, é um bloco econômico que, de fato, desde seu início, visa à consolidação política, econômica e social entre os países que o integram. Porém, suas articulações e relações internacionais com os países vizinhos se limitam até hoje a uma integração aduaneira e comercial. Para Schmied (2007, p. 106), muitos dos projetos sob a integração regional estão ficando inconclusivos, uma vez que as iniciativas políticas necessitam do fator cultural para desenvolver a integração, e este fator não vem sendo um elemento essencial para os projetos. Muitos dos projetos ainda não possuem sustentação e/ou não têm viabilidade econômica. “Em outros casos, os processos privilegiam o econômico-comercial sem ter uma base de sustentação político-institucional” (SCHMIED, 2007, p. 106).

Diferentemente de alguns blocos econômicos surgidos globalmente, o MERCOSUL, desde sua criação, vem buscando maior participação no mercado internacional. “‘América Unida’ não é uma novidade, pois existe desde os

tempos da independência dos países sul-americanos” (SCHMIED, 2007, p. 106).

Foi após a independência do Brasil e da Argentina que as nações passaram a buscar articulações de integração entre as regiões. Em 1904, o então Barão do Rio Branco expressou por escrito o surgimento de umas das primeiras intenções de alianças de Integração³⁰ Regional do século XX, sem envolver a disputa territorial, formando o “triângulo ABC”: Argentina, Brasil e Chile.

Essa aliança tinha como fim levar a paz e a ordem aos países vizinhos e demonstrava ser, assim, um dos primeiros acordos entre os países da América do Sul. Porém, não ganhou força e, por volta de 1915, segundo Bueno (2012, p. 53), “a Primeira Guerra levou a uma crise total da ordem internacional na qual se inseria o ABC que, em consequência, desapareceu sem encontrar condições para ressurgir no entre- guerras”.

Convém reiterar que no projeto do ABC, na concepção de Rio Branco, nada constava a respeito de economia e comércio entre as nações envolvidas, não incluía equivalência naval no Cone Sul, a qual veementemente descartava, e reafirmava que a aproximação Argentina- Brasil- Chile não se destinava a contrabalançar a influência norte-americana. Assim, permite-se concluir que na visão do chanceler brasileiro, o ABC embutia a ideia de condomínio oligárquico de nações, em benefício da paz na América do Sul. (BUENO, 2012, p. 46)

Após a Segunda Guerra Mundial, com o então presidente Eurico Gaspar Dutra, o Brasil manteve suas alianças próximas aos Estados Unidos. “Argentina se manteve na área de influência econômica inglesa até a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil já passara na órbita dos Estados Unidos” (ANDRADE, 2014, p. 74). Mais tarde, no governo de Getúlio Vargas, em 1951, o presidente da Argentina na ocasião, Juan Domingo Perón, ansiava fazer acordos que unissem os países do ABC.

O presidente argentino ficou aguardando manifestação de Vargas, que, todavia, não deu sequência ao assunto, provavelmente em razão da crise interna e das forças contrárias que se desencadeariam porque o líder justicialista tinha imagem de ditador fascista. A demora

³⁰ Para Adam Watson, “a integração foi produzida pelo jogo livre dos comércios” (In: NOGUEIRA, 2012, p. 6).

levou este, em conferência secreta na Escola Nacional de Guerra, a acusar Vargas de fraqueza e opinar que o Itamaraty punha obstáculos à união dos dois países. (BUENO, 2012, p. 55)

Dessa forma, o Brasil só passou a fazer novas relações com a intenção de alianças a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). Nesse período, houve a inserção da Operação Pan- Americana (OPA), tendo como única decorrência a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No entanto, apresentou poucos resultados práticos.

O processo de integração regional da América Latina ainda foi retomado nos anos de 1960, com a formação da Associação Latino- Americana de Livre- Comércio (ALALC), a qual, posteriormente, em 1980, foi substituída pela Associação Latino- Americana para o Desenvolvimento (ALADI). Após a Guerra Fria (1989), como citado, deu-se a formação de um bloco econômico na América do Sul, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a assinatura do Tratado de Assunção, no Paraguai, em 1991.

Inicialmente, o MERCOSUL buscava relações findadas no mercado econômico e nas relações comerciais entre os Estados partes³¹ com o objetivo de consolidar a integração política, econômica e social entre os países que o integravam, fortalecendo os vínculos entre os países do bloco e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Os Estados associados que integram o MERCOSUL e também se destacam em ações de desenvolvimento são: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004) e Guiana e Suriname (desde 2013). Cabe ressaltar que todos os países da América do Sul participam do bloco, seja como Estado parte, ou como Estado-associado. Recentemente, a Bolívia vem se destacando na tentativa de entrar no bloco econômico como Estado- parte desde 7 de dezembro de 2012, envolvendo-se com compromissos do bloco.

Segundo o Tratado de Assunção (1991)³², em seu artigo 2º, “O Mercado Comum do Sul estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados- Parte”. No artigo 4º, estabelece que: “Nas relações com terceiros países, assegurarão condições equitativas de comércio e aplicarão suas

³¹ Estados partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

³² PARAGUAI. Tratado de Assunção, 1991.

legislações nacionais, para inibir importações com práticas desleais”. Cabe aqui destacar que o MERCOSUL se encontra em um grau dois de estágio de implantação, caracterizando-se como uma união aduaneira. Além disso,

O MERCOSUL, tal como a União Européia, é um bloco formado com o processo de integração a ser realizado por etapas. A integração entre os países possui cinco fases reconhecidas pela doutrina. A primeira é *área ou zona de livre comércio*, caracterizada pela eliminação de tarifas alfandegárias e cotas entre os países membros, incentivos fiscais e tributários de modo que não haja distinção quanto à origem e ao destino final dentro do bloco. A segunda é a *união alfandegária ou aduaneira*, que implica a adoção do sistema de tarifas e cotas comuns para relações comerciais externas, ou seja, é criada uma tarifa externa comum. A terceira fase é o *mercado comum*, definido pela eliminação de restrições de circulação de mercadorias, pessoas e capital. Em seguida tem-se a *união econômica e monetária*, com a unificação de políticas e instituições econômicas em um único sistema financeiro, adoção pelo bloco de uma moeda comum. Por fim, a *união política e confederação* formalizam o mais profundo estágio de integração. (FIGUEIREDO, 2013, p. 113, grifos do autor).

O MERCOSUL vem atualmente se consolidando como um importante projeto de política externa. Mesmo se caracterizando como uma união aduaneira é fundamental e significativo na economia interna do bloco, devido aos acordos comerciais estabelecidos entre os Estados partes e organismos internacionais, mas, vem seguindo os discursos do mercado global para se estabelecer firmemente entre os blocos mundiais e só então, chegar às necessidades sociais dos países que o integram.

Embora muitos dos países possuam conflitos e tensões diplomáticas, o MERCOSUL consegue manter e incorporar os países do bloco, seja como Estados partes, seja como associados ou em suas relações comerciais com outros países. Isso vem sendo importante, bem como as questões culturais comuns entre os países, principalmente nas áreas fronteiriças. Ainda, a América Latina possui um maior grau de paz em relação a outros blocos, os quais enfrentam questões de terrorismo, que agravam a política comercial internacional.

Nesse sentido, os países latinos encontram no MERCOSUL uma grande abertura para a Integração Regional, o que conseqüentemente possibilita a busca por articulações políticas e econômicas e o desenvolvimento social e cultural.

2.4. O MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) considera que a ampliação de suas atuais dimensões de mercado é condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social e tem como propósito a inserção internacional de seus países globalmente. Isso implica estabelecer a livre circulação de seus produtos, bens e serviços entre seus países, assegurando a concorrência adequada entre os Estados partes.

Assim, seu compromisso é harmonizar as legislações dos países, nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração. Além de sua relação aduaneira com os países próximos, possui o intuito de melhorar as relações vizinhas com articulações comerciais e fortalecer o bloco economicamente inserindo-se no âmbito global.

Tal como na União Européia, o MERCOSUL vem adotando a sua lógica de inserção no mercado global e não fica distante desse discurso voltado à educação, que também é parte de um conjunto de interesses globais, onde relaciona as políticas educacionais desenvolvidas pelo bloco com agentes hegemônicos globais para a promoção da integração regional.

Neste ponto, o discurso do MERCOSUL, deixa claro, a política econômica- social que enquanto bloco assume para se inserir no contexto global. Esta lógica de flexibilização das legislações, e desregulamentação que fazem menção à lógica do mercado globalizado, acompanham o discurso de justiça social.

Esta próxima seção abordará a composição do bloco Mercado Comum do Sul e o MERCOSUL Educacional, suas estruturas e a temática educacional nas estratégias de política externa da América Latina.

2.4.1. Composição e finalidades do bloco MERCOSUL

O movimento de organização e redemocratização dos países do Cone Sul, após os regimes militares, deu ao Brasil e à Argentina a condução econômica ao processo de integração e cooperação. Depois de projetos

bilaterais, como o Programa de Integração e Cooperação (1986) e o Tratado de Integração (1988), estendeu-se o mercado econômico a outros vizinhos com o Tratado de Assunção (1991).

O Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai assinaram o Tratado de Assunção com o objetivo de consolidar a integração política, econômica e social entre os países que integram o bloco, além de fortalecer os vínculos entre os cidadãos e contribuir para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes (PARAGUAI, 1991). Entretanto, a expressão “melhorar a qualidade de vida de seus habitantes” também indica o envolvimento de agentes hegemônicos globais, caracterizando mais uma vez, o discurso da lógica do mercado externo.

Atualmente, o MERCOSUL corresponde a 71,8% (12.789,558 km²) do território da América do Sul, sendo o equivalente a três vezes a área da União Européia, segundo o IBGE. Somada a população do bloco, chega a aproximadamente 275 milhões de habitantes. De acordo com o FMI, a população do MERCOSUL equivale a 69,78% da população da América do Sul.

Em seu artigo 5º, define alguns instrumentos, como o Programa de Liberação Comercial, com o objetivo de redução tarifária progressiva, linear e automática; a coordenação de políticas macroeconômicas, com o objetivo de eliminar as restrições não tarifárias; a tarifa externa comum, incentivando a competitividade entre os Estados- partes; e adoção de acordos setoriais.

Segundo o Capítulo II do Tratado de Assunção (1991), a estrutura do bloco fica organizada em Conselho do Mercado Comum (órgão superior) e Grupo Mercado Comum (órgão executivo). O Conselho do Mercado Comum:

- Composto por Ministros das Relações Exteriores e Ministros de Economia dos Estados partes;
- Reúnem-se pelo menos uma vez ao ano;
- Presidência exercida por rotação dos Estados partes em ordem alfabética, por período de 6 meses.

Já o Grupo Mercado Comum:

- Integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternados por país:
 - Membros dos Ministérios das Relações Exteriores;
 - Membros dos Ministérios da Economia, ou seus equivalentes;

- Membros do Banco Central;
- É coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores:
- Tem como compromissos:
 - Velar pelo cumprimento do Tratado;
 - Propor medidas;
 - Fixar programas;
 - Delegar subgrupos de trabalho.

Ainda como estrutura da organização do MERCOSUL, destaca-se que os idiomas oficiais, segundo o artigo 17 do Tratado de Assunção, são o português e o espanhol, sendo que os documentos oficiais deverão ser produzidos no idioma do país-sede. Recentemente, durante o primeiro semestre de 2015, o Brasil ocupou a Presidência *pro tempore* do MERCOSUL.

Quadro 6. Relação dos principais acordos com os Estados partes

Datas	Acordos
26/03/1991	Assinatura do Tratado de Assunção (MERCOSUL)
Dez/1991	Reunião dos Ministros da Educação dos países Membros do MERCOSUL
17/12/1994	Assinatura do Protocolo de Ouro Preto
24/07/1998	Aprovação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile
16/12/2004	Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)
24/05/2006	Assinado o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL
18/01/2007	Criação do Instituto Social do MERCOSUL
24/07/2009	Criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL
23/12/2009	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel
16/12/2010	Criação de placa veicular do MERCOSUL ("Patente MERCOSUR")
20/12/2011	Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina
12/08/2012	Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela
07/12/2012	Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL
17/12/2014	Assinatura do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano
17/12/2014	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia

Fonte: Dados organizados pela autora.

O cronograma extrai os principais acordos com o objetivo de impulsionar o bloco econômico e as articulações que se fizeram ao longo dos anos para que, de fato, se estruturasse o MERCOSUL, desenvolvendo estratégias de alianças. Dentre eles, destacamos a assinatura do Tratado de Assunção, o qual

fixa metas, prazos e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o qual estabelece as bases institucionais do MERCOSUL; e a Reunião dos Ministros da Educação dos países-membros do MERCOSUL, a qual criou o Setor Educacional do MERCOSUL.

2.5. SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL: PRINCÍPIOS E ESTRUTURA

Entendendo que a integração regional não deve apenas estar ligada aos setores político e econômico, mas também a incentivos culturais, sociais e educativos, depois de passados oito meses da união dos países latinos para a formação do bloco, foi criado o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), tornando a área educacional uma via de integração entre as nações da região.

A 24^a Reunião de Ministros da Economia e Finanças, ocorrida em Santiago do Chile em 1992, analisou a conveniência de se situar a educação como um meio de crescimento econômico na década de 1990, o que demandaria investimentos na área. “Dessa maneira, a educação emergia como única política pública capaz de responder às necessidades de desenvolvimento expressa no crescimento econômico e na integração social” (CASASUS, 2001, p. 11). Essa visão neoliberal foi tomada por muitos países latinos nesse período da década dos anos de 1990. No contexto da globalização, a educação atender as necessidades do mercado seria um avanço social e crescimento econômico.

Segundo o Protocolo de Intenções (BRASÍLIA, 1991), “a Educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide e se desenvolva” e declara a necessidade de melhorar a qualidade da educação, difundir os idiomas de português e espanhol e assegurar a educação básica para todos, estimulando a interação entre educação, trabalho e emprego, assinalando outra vez, o desenvolvimento da educação para atender a lógica de mercado.

Ainda, no documento Compromisso de Brasília (BRASIL, 1998), afirma-se que o MERCOSUL teve, através da educação, grande papel no fator de integração:

Desde sua criação, o MERCOSUL conferiu grande relevância à Educação como fator de integração e, conseqüentemente, como peça

chave para a consolidação e projeção da união aduaneira que começava a construir. Além disso, reconhecia-se, desde o início, sua importância para a promoção do reencontro dos povos da região em seus valores comuns, sem sacrificar sua identidade singular. Destacava-se, ainda, seu papel na geração e transmissão de valores e conhecimentos científico-tecnológicos e a firme possibilidade que oferece para a modernização dos Estados Partes. (BRASIL, 1998³³)

O SEM tem a necessidade de corresponder a três funções principais: política, técnica e de execução. Essas funções possibilitam torná-lo dinâmico e flexível e são coordenadas por instâncias orgânicas, como a Reunião de Ministros da Educação (RME) e o Comitê Coordenador Regional (CCR).

Segundo o Comitê de Tecnologias do Cibec/ Inep e o MERCOSUL Educacional³⁴, a gestão educacional é um “conjunto de ações que materializam as políticas educacionais no âmbito dos sistemas de ensino, nas esferas federal, estadual e municipal, de forma articulada e de acordo com o princípio de gestão democrática” (MERCOSUL Educacional) ³⁵

É nesse sentido que a pesquisa analisa as atas oficiais de Reuniões dos Ministros da Educação (RME), sendo estas fundamentais na função política do Setor Educacional do MERCOSUL. Tais documentos evidenciam o conjunto de ações que o SEM vem desenvolvendo sob o princípio de gestão democrática e vem se estruturando da seguinte maneira:

- Reunião de Ministros da Educação (RME): é a instância máxima, responsável pelas definições das políticas a serem implementadas na área educacional;
- Comitê Coordenador Regional (CCR): órgão assessor da Reunião de Ministros, composto por membros políticos e técnicos, propõe políticas de integração e coordena o desenvolvimento da atuação do SEM;
- Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRC): comissões técnicas correspondentes a Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior, assessoram o Comitê na definição de estratégias de

³³ O texto não traz paginação.

³⁴ Portal MERCOSUL Educacional, disponível em: Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/>>. Acesso em: 31 mar. 2016

³⁵ Portal MERCOSUL Educacional, disponível em: Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/>>. Acesso em: 31 mar. 2016

ação do SEM e propõem mecanismos para a implementação dos objetivos e linhas de ação no Plano de Ação;

- Grupo de Gestores de Projetos (GGP): responsável pela elaboração e implementação desses Projetos, está vinculado ao acompanhamento da gestão e da execução de projetos.

A seguir, o quadro 7, traz o cronograma dos principais planos e ações do Setor Educacional do MERCOSUL entre os anos de 1994 a 2000:

Quadro 7 – Cronograma dos principais planos e ações do SEM

Anos	Planos e ações
1994	Reconhecimento e validação de Certificados e Títulos de estudo de nível fundamental e médio, não técnicos
1995	Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e estudos de nível médio técnico
1998- 2000	Memorando Experimental de caráter gradativo de reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária – o reconhecimento não é extensivo ao exercício da profissão (Agronomia, Engenharias e Medicina) Projeto de materiais didáticos referentes a Direitos Humanos; Espaço regional de educação superior do MERCOSUL (Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA)

Fonte: Dados organizados pela autora.

Conforme o quadro 7 destaca-se alguns planos e ações do SEM, entre eles, a criação Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que começou a ser estruturada em 2007 pela Comissão de Implantação, com a proposta de criação do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. A criação da Universidade (UNILA) se deu pela aprovação do Projeto de Lei em 2010, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lei n.º 12.189, de 12 de janeiro de 2010), a Comissão foi liderada pelo professor Héglio Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A manutenção da universidade se dá por verbas oriundas do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), sendo disponibilizados R\$10 milhões para custear projetos de integração, com o objetivo de promover a convergência estrutural entre os países-membros (BESHARA, 2008, p. 7).

O Setor Educacional do MERCOSUL ainda aponta, nos seus Planos de Ação, a necessidade de se difundir o aprendizado do português e do espanhol por meio dos sistemas educacionais formais e não formais, considerando como área prioritária o fortalecimento da identidade regional. Dessa forma, alcançar-

se-ia o conhecimento mútuo, uma cultura de integração e a promoção de políticas de formação de recursos humanos, visando à melhoria da qualidade da educação (ARGENTINA; BRASIL, 2008, p. 2),

O SEM desenvolveu ao longo dos anos planos de ação como estratégias para a integração regional através da educação. Nesse sentido, surgiu o Programa Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF), em 2005, por uma ação bilateral Brasil-Argentina, com o objetivo principal de integrar estudantes e professores dos dois países, com foco na integração, superação da barreira fronteiriça e aprendizado da segunda língua. No âmbito do programa, professores de ambos os lados fazem planejamentos juntos e, posteriormente, realizam um intercâmbio entre escolas, ensinando seus conteúdos em suas línguas maternas, porém em outro país, o que possibilita o aprendizado das disciplinas e de outra língua.

Cabe destacar que o MERCOSUL conta com um novo marco acordado e aprovado por nossos países na XX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado, o Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, que aborda os principais desafios educacionais da região, com o objetivo de melhorar a qualidade e a equidade na educação para fazer frente à pobreza e à desigualdade, assumindo o compromisso de investir mais e melhor na educação nos próximos 10 anos. O Plano SEM e o Projeto Metas 2021 estão em sinergia, de forma que os esforços para a concreção de um e outro resultarão em benefício de ambos. (MERCOSUL, 2011, p. 5)

Pode-se perceber essa intenção de progressão e continuidade com o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PAES), o qual destaca, em seu IV eixo, as diretrizes a serem buscadas pelas políticas educacionais, promovendo a educação de qualidade e o intercâmbio, bem como a inclusão social.

Dentre os objetivos prioritários nesse eixo, destacam-se o fomento a ações de formação docente/multiplicadores para a integração regional; a implementação de programas complementares de formação docente em espanhol e português como segunda língua; o fortalecimento da integração regional entre os Países do MERCOSUL a partir de estratégias e ações concretas nas regiões de fronteiras com as instituições educativas; e a promoção de ações de articulação dos países, estados municípios e regiões com os municípios que possuem escolas participantes do Programa Escolas de Fronteira. (FIGUEIREDO, 2013, p. 117)

Assim, a educação, no âmbito da América Latina, também foi pensada por organismos internacionais como: OEI (Organização dos Estados Iberoamericanos), OEA (Organização dos Estados Americanos), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), entre outras; buscando-se reorganizar e modernizar os sistemas de ensino através da gestão educacional para colocar a educação no centro das estratégias de desenvolvimento econômico. “Os objetivos gerais do Mercosul Educacional consistem em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional” (BRASÍLIA, IBRAES, 2007, p. 35). Novamente, aparecem objetivos globais compondo o MERCOSUL, com uma nova gestão facilitadora à abertura do sistema e receptiva à demanda da sociedade, favorecendo a aliança com instituições e organismos, aberta à descentralização e orientada para a qualidade e a equidade (CASASUS, 2001, p.18).

No próximo capítulo, abordaremos as políticas educacionais para a América Latina, paralelo à lógica do mercado neoliberal que conduziu a educação na região durante os anos de 1990, mas que ainda deixam significativas influências nos sistemas de ensino nos países latinos.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A discussão sobre políticas educacionais permite compreender como as sociedades estão inseridas no contexto complexo do neoliberalismo, em meio a interesses e articulações econômicas, o que exige muita reflexão crítica para resgatar elementos que compõem a educação na América Latina.

É nesse sentido que os textos deste capítulo trazem considerações para a análise da gestão da educação, em sendo democrática, suas articulações com os organismos internacionais durante a última década do século XX, tentando evidenciar a educação na América Latina na época da formação do bloco MERCOSUL. Ainda, traz considerações sobre a gestão democrática adotada pelo MERCOSUL Educacional para desenvolver suas políticas educacionais.

3.1. A EDUCAÇÃO E POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES

O processo educativo é um ato político no qual nenhuma prática educacional ou política se constitui neutra, mas sim carregada de sentidos, expostos nas ações e decisões tomadas no dia a dia. A política, de grande importância e de ampla dimensão, deve ser integrante do processo educativo. Negar essa dimensão recai na construção e na direção da sociedade que queremos, e, assim, o sistema educacional se torna o reflexo do que a sociedade espera para seu futuro.

Se a sociedade evolui, o sistema educacional tende a evoluir com ela; se uma sociedade entra em crise, muito rapidamente a escola refletirá essa mesma crise. Este não é um fenômeno novo. (GUTIÉRREZ, 1988, p. 17)

Assim sendo a educação um instrumento chave no desenvolvimento das políticas sociais, cabe assinalar que a política também está presente ao “promover um tipo de homem e cultura, crença, política, desprezando outras formas humanas, outras culturas e crenças [...]” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 21). Da mesma forma, as correntes educacionais carregadas de ideologias políticas

confirmam o caráter político da educação, e guardam estreita relação com a estrutura sociopolítica entre economia e desenvolvimento social.

Nos últimos anos, especialmente na América Latina, surgiram diferentes experiências e conceitos que de alguma forma, confirmam o caráter político do aparato escolar. Falar, por exemplo, em escola democrática e participativa, educação libertadora, educação para a justiça, educação aberta, escola unitária, pedagogia da comunicação, educação socialmente produtiva etc... é fazer referência a diferentes e importantes aspectos da educação. Cada uma dessas correntes educativas – ou a visão global de todas elas – guarda estreita relação com a estrutura sócio-política com a economia e com o desenvolvimento social em benefício das maiorias de nosso povo. (GUTIÉRREZ, 1988, p. 23)

Então essa prática diária e ideológica na escola também se confirma com uma estrutura social controlada pelos governos e suas políticas. Esse controle assegura a ideologia³⁶ perceptível nos sistemas educativos, fortemente carregada de segregação social. Nela, os objetivos da escola são contemplados sob os objetivos da sociedade. Dessa maneira, a escola parece funcionar como servidora de um sistema ideológico, no qual o mercado econômico vem sendo o regulador das dimensões das políticas educacionais.

3.2. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A LÓGICA DE MERCADO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO DA AMÉRICA LATINA DURANTE A DÉCADA DE 1990

A discussão sobre políticas educacionais permite entender como as sociedades estão inseridas em um contexto complexo e neoliberal. Junto, há interesses governamentais em estruturar os sistemas de ensino, o que exige reflexão crítica na busca de elementos fundamentais desse contexto que compõem a educação atualmente.

Esses elementos são sempre carregados de ideologias capazes de esconder percepções e as direções para as quais as políticas sociais são empurradas pelos governos. É nesse sentido que Dalila Oliveira (2005) alerta

³⁶ Ideologia entendida como falsa consciência, roupada pelos governos ao introduzir a lógica do mercado neoliberal e causando a segregação social pela sua política econômica e social.

para a observância de que as políticas públicas sofrem interferências das mudanças sociais e tecnológicas e que, assim, a gestão educacional passa a intervir nos graves problemas sociais.

Os sistemas escolares, que sofreram significativas mudanças durante o século XX, foram reorganizados em função do mercado de trabalho e de exigências produtivas.

Os sistemas escolares passam a sofrer mudanças consoantes à nova regulação social, a despeito do pouco que se sabe a esse respeito. Tais mudanças repercutem também sobre a regulação das políticas educativas. (OLIVEIRA, 2005, p. 757)

Para Boaventura de Souza Santos (2000, p. 42), o pilar dessa regulação é composto pelo Estado, pela comunidade e pelo mercado. Há uma convergência entre modernidade e capitalismo, tornando o mercado o único regulador moderno.

No âmbito do neoliberalismo, o Estado pode ser o responsável pelo setor da educação. Assim, pode dividir e transferir suas responsabilidades para o setor privado, estimulando a competição e a regulação de mercado à educação (AZEVEDO, 2008, p. 216).

Se a educação como política social representa a materialidade da intervenção do Estado configurado nas políticas públicas, o modo de articulação entre o Estado e a sociedade passou a sofrer a relação entre o público e o privado dentro da lógica capitalista.

Para os neoliberais, os problemas causadores da crise do sistema educacional são integrantes da própria forma de regulação assumida pelo Estado do século XX. A política educacional será bem-sucedida com a orientação principal dos ditames que regem os mercados. Ocorre, portanto, a adoção do paradigma da qualidade total, que é adotado pelas empresas e agora adotado pelos sistemas de ensino público e privado. (AZEVEDO, 2008, p. 216)

Ocorre, então, que essa “economia de educação”³⁷ traz elementos que expõem a educação a um jogo de medidas e indicadores de performance e produtividade (BALL, 2010, p. 38)³⁸.

³⁷ Termo utilizado por Ball (2010, p. 38).

Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medida de produtividade ou resultados como forma de representação da *qualidade* ou *momentos* de promoção ou inspeção. (BALL, 2010, p. 38, grifos do autor)

Para Janete Azevedo (2008), a forma como o Estado assumiu essa regulação gerou crises no sistema educacional no século XX, adotando paradigmas da qualidade total, termo utilizado pelas empresas e introduzido ideologias nos sistemas de ensino público e privado.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tornaram os países dependentes de empréstimos, os quais foram sendo realizados justamente pela liquidez internacional, facilitando a oferta de bens e serviços aos países da região latina. De modo geral, o Banco Mundial ditou o posicionamento dos governos latinos em troca do financiamento de suas políticas para a educação pública. Essas políticas não foram concebidas no âmbito da coletividade, em meio às associações e confederações, nem originadas pelas necessidades locais.

As crises econômicas dos anos 1990 geraram reformas nos sistemas de ensino em diferentes países da América Latina. Houve uma forte mobilização dos organismos internacionais na promoção de reformas educacionais na América Latina. Essas reformas impactaram nos sistemas de ensino de modo geral, modificando a lógica educacional que se buscava para as populações latinas, lógica esta impulsionada pelo neoliberalismo e pela necessidade de modernidade para enfrentar desafios de uma nova ordem econômica.

Algumas leituras também sugerem que esses mecanismos instalados pelos organismos internacionais de esfera global tenham iniciado ainda nos anos de 1980 (BITTELBRUNN, 2013). Para Moacir Gadotti (1992, p. 95), esse projeto de modernidade do neoliberalismo supõe conflito entre o velho e o novo, e não entre o justo e o injusto, e vem carregado de ideologias sendo utilizadas para camuflar a falta de democracia política e econômica.

Já Maria Abádia da Silva (2002) afirma que as políticas assentadas na autorregulação do mercado não cumpriram a promessa de desenvolvimento

³⁸ A performance, para Ball (2010), significa a representação de um valor, qualidade ou valia de um indivíduo dentro de uma organização e de um campo de julgamento. É uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação (BALL, 2010, p. 38).

social, colocando governos e sociedades nos mesmos desafios: interesses externos, educação como indústria e difusão dos valores morais e ideológicos. Além disso, “a democratização, a justiça social e a qualidade da educação básica pública não acontecem pelo jogo espontâneo das forças do mercado” (SILVA, 2002, p. 149).

Assim, a escola foi ganhando caráter seletivo: o mercado empregador selecionava os melhores, mostrando que existe um educar para o mercado, o preparar a mão de obra. “Não se procura modificar a estrutura e a natureza dos empregos, mas simplesmente preparar a mão de obra para as ofertas de trabalho existentes” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 31).

As reformas foram primordiais na mudança das estruturas dos sistemas educacionais no contexto de orientação da política educacional, comandada por uma lógica de mercado influenciada por organismos internacionais, na tentativa de importar modelos estrangeiros de ensino que pudessem solucionar os problemas da educação. Nesse sentido, Saviani (2008) afirma que essa própria condição foi sendo absorvida pela sociedade elitista, perdendo seu caráter de imposição.

Essas políticas que inicialmente tiveram de ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos. (SAVIANI, 2008, p. 428)

Esses modelos impostos pelos organismos internacionais são ainda sentidos na organização e na condução dos sistemas de educação que até hoje seguem a lógica das escolas tradicionais, não tendo perdido seu caráter credencialista, utilitarista e centralizado, mostrando que se podem espremer rendimentos à custa da produtividade, mostrando o grande jogo ideológico que constitui um discurso hegemônico.

3.3. GESTÃO DA EDUCAÇÃO

A Educação como desenvolvimento social, se torna essencial para os avanços das políticas públicas. Nesse sentido, a escola também passa a ter um papel fundamental na formação dos sujeitos não só voltados para o mercado de trabalho, mas também passa a ser, um espaço democrático e de convivências.

As formas como a gestão da educação são realizadas, mostram o delineamento das políticas educacionais adotadas por um governo em que as diretrizes orientarão os sistemas de educação e que implicarão nas sociedades. As diretrizes que se estabelecem na educação precisam estar em acordo com os interesses das sociedades. (MARTINS, 2010, p. 106)

É preciso, entretanto, que os parâmetros apresentados sejam utilizados sem que se perca de vista a educação democrática, progressista, transformadora. Os objetivos nesta ótica consistem na apropriação do saber e no desenvolvimento da consciência crítica. Daí a especificidade do processo educativo, cujos objetivos estão articulados com os interesses sociais mais amplos, em contraposição aos objetivos de dominação implícitos na proposta de produtividade capitalista. (MARTINS, 2010, p. 106)

Desta forma, muitos dos sistemas de ensino da América Latina se desenvolveram nesta lógica do mercado neoliberal, conforme a situação econômica de cada região, ou o desenvolvimento político e social, dadas ações políticas governamentais. Martins (2010) expõem ainda, o pensamento de que não há dificuldades de se desenvolver uma educação voltada para o mercado de trabalho desde que esta seja uma necessidade e venha do interesse da classe trabalhadora, mas alerta para as propostas da classe hegemônica com a aplicação de “pseudoconceitos”³⁹ que não correspondem à essência dos segmentos da sociedade.

Em contrapartida, diante das necessidades de mudanças na educação, Juan Casarus (1995), quando discorre sobre a modernização da educação, enfatiza que “não basta estar aberto às necessidades e demandas da sociedade, senão que estas devam se satisfazer em forma adequada”

³⁹ Termo utilizado pelo autor.

(CASASUS, 1995, p. 15), introduzindo critérios de qualidade e inovação para produzir melhorias e reduzir desperdícios.

O autor ainda descreve um conjunto de medidas importantes à modernização: desconcentração e descentralização dos sistemas; introdução de tecnologias de informação; medidas destinadas à distribuição de gastos entre os níveis dos sistemas; e desregulamentação dos sistemas, gerando crescimento e autonomia para dar mais flexibilidade às demandas das sociedades.

As escolas e os sistemas⁴⁰ de ensino, muito diversificados e complexos, nem sempre conseguem chegar ao desenvolvimento de ações voltadas para as necessidades das sociedades, mas sim, muitas vezes tendem a atender as demandas da sociedade numa lógica econômica, em que “preparam-se” os sujeitos para o mercado de trabalho, gerando discussões sobre a reestruturação do ensino, o que se torna um desafio que recai sobre as nações latinas, estruturadas dentro de uma política econômica neoliberal.

Antes, os sistemas de ensino firmados em estrutura piramidal, eurocratizados⁴¹ e complexos, que seguem os padrões da escola clássica da administração, vêm por muito tempo “definindo quem manda e quem obedece a quem” (GADOTTI; ROMÃO, 1993, p. 138).

Assim, segundo os autores, “questiona-se o comportamento administrativo dos ‘sistemas’ educacionais, que se assentam nas relações de poder, de dominação, mas não a concepção estrutural que engendra essas relações” (GADOTTI; ROMÃO, 1993, p. 138) e acabam padronizando e enquadrando a educação.

José do Prado Martins (2010) faz uma abordagem crítica do processo administrativo em educação e apresenta alguns assuntos que influenciam a educação significativamente: a fragmentação dos processos administrativos e suas reflexões na educação, o currículo globalizado e interdisciplinaridade, educação de excelência ou gestão da qualidade total na educação. Esses assuntos possibilitam entender que os sistemas econômicos influenciam na

⁴⁰ Segundo José do Prado Martins (2010), um sistema se caracteriza pela intencionalidade, unidade, variedade, coerência interna e coerência externa, mantidos em uma intencionalidade. (MARTINS, 2010, p. 42)

⁴¹ Termo usado pelos autores (GADOTTI; ROMÃO, 1993)

organização e administração da educação e compõem um conjunto de discursos globais.

Na prática, o sistema econômico tem influência na organização e na administração da educação, porém a recíproca nem sempre é verdadeira. Os economistas do passado, por exemplo, achavam que os recursos aplicados em educação, pelos governos, representavam despesas sem retorno para a economia. Com o passar do tempo esta postura foi mudando e, a partir dos estudos de economistas, mais recentemente, a educação pública passou a ser considerada como fator ativo do processo econômico, pois contribui para o crescimento da produção e facilita a compreensão dos princípios de uma mais conveniente e justa distribuição de bens produzidos. (MARTINS, 2010, p.88)

A questão de distribuição justa de bens e produtos chama a atenção pela busca da padronização da educação, que também atrai a discussão sobre a qualidade na educação implicando, sobretudo, nas formas de organizar o trabalho da escola, constituindo-se em diferenciadas e alternativas maneiras de organização do exercício do poder e estabelecendo a lógica inovadora nas relações sociais.

Para Vitor Paro, (2007) uma educação de qualidade requer processos que envolvam o social e individual, em que se possa usufruir de bens sociais e culturais. A pauta sobre esse tema da qualidade na educação estabelece, ainda, uma relação entre a eficiência administrativa e a descentralização⁴². Contudo, não há fórmulas acabadas nem soluções fáceis para a questão da centralização *versus* descentralização (SANDER, 1995, p. 140).

A descentralização e a democratização da gestão educacional têm sido apontadas como alternativas para superar os efeitos perversos da burocratização do sistema escolar, que agigantou as estruturas centrais e intermediárias. (GADOTTI; ROMÃO, 1993, p. 144)

Há tempos a gestão democrática da educação vem sendo discutida e sendo fonte para a abertura de outros debates. Com o intuito de ter novas perspectivas de gestão educacional, o envolvimento das comunidades e o caráter de coletividade são importantes elementos para a democratização da gestão educacional.

⁴² O sentido de descentralização aqui tratado no texto se refere aos processos de mudanças.

A gestão democrática é entendida como um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as prática educativas. (DOURADO, 2001, p.79, grifos do autor)

Uma gestão democrática é capaz de promover as estruturas de um sistema de ensino, porém, estas acabam sendo muito mais impostas pelos poderes governamentais do que pelas comunidades da educação, ou seja, muitas vezes essas mudanças não emanam da necessidade do povo, elas seguem a relação macro dos governos que estabelecem o “jogo democrático” que Dourado (2001) se refere. Portanto, aparecem apenas os discursos de gestão democrática, não havendo muitas vezes, uma gestão democrática de fato.

Romualdo Oliveira e Afrânio Catani (1993) alertam que os temas ligados à gestão democrática do ensino tratam também de questões relativas à organização dos coletivos, tomadas de decisão, eleições, formas de iniciativas para a participação das comunidades nos processos cotidianos das escolas e, em amplitude maior, para a participação nos sistemas (OLIVEIRA; CATANI, 1993, p. 120).

A participação das comunidades nas tomadas de decisões nas escolas faz parte do processo de democratização da gestão e contribui para mobilizar a reestruturação organizacional dos sistemas de ensino e suas conseqüentes reformas. A administração escolar, quando comprometida com a transformação social, objetiva a atender as necessidades das sociedades, mas é preciso ter em mente que este espaço democrático que é a escola está inserido em um sistema educacional envolvido com diferentes realidades que influenciam nas posições políticas dos governos.

Assim, Martins (2010) aponta que “qualquer ação sobre o sistema educacional somente acontece com o apoio das transformações do sistema social e que são frutos de decisões políticas”. (MARTINS, 2010, p. 104). Há importância na participação das comunidades nas escolas – enquanto movimento para essas transformações sociais - para encontrar formas de mobilizar governos em que a educação possa atender as aspirações da

população e construir participativamente em uma gestão educacional democrática.

3.3.1 Gestão Democrática da Educação na América Latina

A educação, a qual desempenha um papel central, importante e decisivo nos projetos de transformação das sociedades e de afirmação dos países no âmbito internacional, vem sofrendo, na América Latina, efeitos da globalização e necessita vencer o desafio de participação internacional para intervir nas decisões para desenvolver ações que promovam a qualidade de vida da sua população.

Esta prioridade se acentua na América Latina que, para defender seus interesses econômicos e políticos, necessita ampliar seu nível de participação internacional nas decisões que afetam sua qualidade de vida humana, sua capacidade científica e tecnológica e seu desenvolvimento cultural. (SANDER, 1995, p. 127)

Visto que as nações buscam novos padrões de desenvolvimento e novas formas de se organizar, os velhos padrões burocráticos e funcionalistas não cabem mais a elas. Para Sander (1995), a participação cidadã é uma estratégia democrática de gestão que visa à construção de uma sociedade livre e equitativa comprometida com a qualidade de vida humana coletiva.

Porém, o desenvolvimento dos sistemas de educação na América Latina esteve historicamente atrelado à formação das nações. As influências externas atingiram as reformas tanto nas questões administrativas de gestão da educação e seus sistemas quanto na orientação positivista do desenvolvimento das ciências e do conhecimento (SANDER, 1995, p. 2-3).

A compreensão da educação e da gestão da educação na América Latina encara um esforço de análise histórica, evidenciando o caminho dos países latinos até se constituírem enquanto Estados nacionais. A construção desse conhecimento introduz a questão da integração desses países. Os distanciamentos e as aproximações que as nações latinas dinamizaram por conta de conflitos e guerras, por disputas territoriais e, mais adiante, pela

necessidade de união e fortalecimento das nações firmaram os primeiros acordos comerciais.

Como já mencionado, nos anos 1980 e 1990, a concentração de renda e a exclusão social eram situações graves nas populações na América Latina, tomadas pelas crises dos países. Evidenciava-se a necessidade de se romper com as formas tradicionais de trabalho e economia, instaurando formas mais modernas e competitivas.

Impondo sua posição política, o Banco Mundial e o Fundo Monetário inundaram os Estados da América Latina, particularmente o Brasil, com a doutrina e as promessas neoliberais (SILVA, 2002, p. 148). No Brasil, Silva (2002) cita que as políticas subjacentes, em 1989/1990, eram que as escolas públicas deveriam se assemelhar às indústrias, passando a gestão a ser monopolizada e fortalecida. Assim, os gestores deveriam centralizar as decisões e socializar a escassez de recursos financeiros.

Nesse contexto, os países adotaram diferentes modelos de educação, com objetivos políticos distintos da necessidade real da América Latina. Muitos desses modelos aplicavam à gestão educacional uma prática da Escola Clássica de Administração⁴³ (SANDER, 1995, p. 3).

Dessa forma, como Sander (1995) expôs, a gestão da educação desempenhou um papel político e cultural específico, historicamente construído e geograficamente localizado.

Isto significa que, à luz dos esforços internacionais para construir um mundo livre e equitativo na economia e na cultura, tanto nos países do Norte e do Sul como os do Leste e Oeste, enfrentam o desafio de conceber instâncias de educação e administração a partir de suas próprias tradições culturais e aspirações políticas. (SANDER, 1995, p. 4)

Os desafios de construção e reconstrução dos sistemas de ensino e da gestão assumiram um esforço comprometido com a qualidade da educação. Muitas vezes, o conceito de democratização da educação era deslocado para a qualidade⁴⁴, evidenciando uma reestruturação dos sistemas de ensino na

⁴³ “Três movimentos deram origem à escola clássica de administração no princípio do Século XX: a administração científica dos Estados Unidos, a administração geral na França e a administração burocrática na Alemanha” (SANDER, 1995, p. 3).

⁴⁴ A qualidade em questão está ligada à eficiência e ao rendimento escolar.

América Latina voltado para a *qualidade total*⁴⁵ da educação (SANTOS; OURIQUE; SILVA, 2007).

Nas duas últimas décadas do século XX, sobretudo na América Latina (AL), o discurso por uma educação democrática foi substituído pelo da qualidade, em uma estratégia que contribui para o encobrimento das posturas conservadoras no campo da educação. De certa forma, o discurso fatalista dos países mais desenvolvidos, o qual forja um suposto consenso sobre a necessidade de se tentar construir uma sociedade democrática com desenvolvimento econômico, liga a educação ao formato das organizações empresariais balizadas pela competitividade, eficiência e eficácia. (SANTOS; OURIQUE; SILVA, 2007, p. 33)

Essa competitividade e eficiência ocorrem devido ao neoliberalismo, o qual provocou nos sistemas de ensino da América Latina efeitos que intensificam a segmentação ao promoverem o acesso à educação com baixos níveis de aprendizagem. Para Gentili (2009), a expansão da educação na América Latina fundamenta uma sociedade antidemocrática, pois “os sistemas nacionais de educação na América Latina encontram-se altamente diferenciados em circuitos institucionais que concentram condições e oportunidades educacionais altamente heterogêneas e profundamente desiguais” (GENTILI, 2009, p. 1068).

Dessa maneira, “se a luta anterior era pelo direito à educação, a luta, hoje, é contra a exclusão e a segmentação criada no interior do sistema educacional” (SANTOS; OURIQUE; SILVA, 2007, p. 34). A questão que Santos, Ourique e Silva (2007), levantam é que a educação vem sendo tomada por padrões de medidas associados à exigência ditada pelo mercado, gerando os mesmos critérios de qualidade do mundo dos negócios.

O exposto alerta para esse olhar mercantilista da qualidade da educação, que vende e sustenta políticas neoliberais, deixando de lado as questões de igualdade e democracia. Além disso, entende-se que não há uma qualidade universal assegurada pelos sistemas de ensino; há o acesso, mas não se atenta para o papel social da educação pública. Nessa lógica, Michael Young (2007) ⁴⁶ pergunta: qual é o papel social da escola? Em seus textos,

⁴⁵ O termo *qualidade total* é usado pelo autor como uma questão técnica de gerenciamento, buscando a eficácia em se administrar recursos humanos e materiais.

⁴⁶ O autor discute neste texto as questões curriculares e o poder que o currículo exerce sobre qual conhecimento é mais valioso. Esse tema não entra em questão aqui; porém, o raciocínio

evidencia a necessidade de as escolas darem legitimidade ao aluno para que adquira conhecimento que, em suas experiências de vida, ainda não possuam. Assim, possibilita o empoderamento do conhecimento “poderoso”.

Giroux (2003) também analisa que o papel empresarial da escola dificulta o pensamento crítico, reafirma o individualismo e enfraquece as esferas políticas. Isso vai ao encontro do pensamento de Lima (2012, p. 33): “a aprendizagem é cada vez mais um assunto privado, e cada vez mais dependente da prestação de serviços segundo os estilos de vida, as culturas de aprendizagem, os perfis de consumo e as capacidades aquisitivas de cada indivíduo”.

Quando se coloca a educação sob a lógica do mercado produtivo, surgem as procuras por serviços: a escola “vende” aprendizagem, e os alunos passam a ser os clientes. Desse modo, “orientam seus clientes, em nome da eficiência, para agirem como empresas que vendem seus produtos e procuram nichos de mercado para sobreviverem” (GIROUX, 2003, p. 56).

Ausente de grande parte do discurso empresarial sobre o processo escolar está qualquer análise de como o poder funciona para moldar o conhecimento, como o ensino de valores sociais mais amplos proporciona garantias contra transformar as capacidades do cidadão em um simples treinamento de técnicas para o local de trabalho, ou de como a escola pode ajudar os estudantes a reconciliar as necessidades aparentemente opostas de liberdade e de solidariedade para forjar uma nova concepção de coragem cívica e de vida pública democrática. (GIROUX, 2003, p. 61)

A universalização das oportunidades de acesso à educação foi apontada por Gentili (2009, p.1069) como um imenso processo de diferenciação e segmentação dos sistemas escolares, concentrando “oportunidades educacionais altamente heterogêneas e profundamente desiguais”.

A rigor, a própria definição de “sistema educacional” choca-se com a realidade de aparelhos institucionais altamente heterogêneos em suas dinâmicas de funcionamento, em suas condições de acesso a recursos, no perfil dos docentes que neles atuam, no tipo de alunos e alunas que convocam, assim como no tipo e na qualidade dos conhecimentos que ministram. O ideal de uma escolaridade comum

exposto por ele sobre o papel social da escola possibilita reafirmar que a educação evidencia, muitas vezes, a lógica de mercado e que, para contornar essa lógica, o papel social da escola está atrelado a desenvolver o que chama de “conhecimento poderoso”, ou seja, a ampliação do repertório do conhecimento.

tem sido conquistado no espaço formal de uma legislação que amplia e certamente ampliará o reconhecimento jurídico do direito à educação de todos, sem nenhum tipo de discriminação ou exclusão. Contudo, esta aspiração tropeça em um aparelho institucional que, embora aberto a todos, acolhe os sujeitos de forma desigual em função de certos atributos que os princípios democráticos condenam, pelo menos eticamente: a cor da pele, seu grupo étnico de origem, o gênero, a região ou o bairro onde moram, a profissão do pai e da mãe, seus salários (ou a falta deles), etc. (GENTILI, 2009, p. 1069)

Nesse sentido, o intuito de universalização sem a democratização da condição “pública” não amplia o *status* de bem comum da educação, nem o direito e à socialização das melhorias da educação. À medida que o sistema educacional se torna heterogêneo em função das desigualdades, também se tornam mais complexos os direitos iguais, aumentando a exclusão educacional e o acesso ao conhecimento.

Entretanto esse complexo jogo de mercado competitivo presente nas dinâmicas de desenvolvimento do bloco MERCOSUL, alinhados aos fatores globais para manter articulações com outros organismos abrem evidências da necessidade de olharmos para esses discursos, tanto no que diz respeito ao bloco MERCOSUL, quanto ao MERCOSUL Educacional.

Ao longo dos capítulos e seções, relacionamos alguns pontos que assinalam o discurso do MERCOSUL com a política de inserção no mercado internacional. A existência de uma inter-relação com organismos internacionais e seus agentes hegemônicos expressam as bases que dão suporte econômico e organizacional ao bloco e atuam também, influenciando nas ações de desenvolvimento da educação, que por fim, discorrem da globalização.

Embora essas justificativas de atuações possuam sua legitimidade para alavancar o bloco MERCOSUL no mercado internacional, consegue-se extrair do estudo deste capítulo 3, que em muitas vezes, o bloco deixa uma porta de entrada para a atuação de grupos externos e que estes grupos, apontam para a necessidade a implantação do livre comércio, das tendências globais voltadas para o mercado competitivo e da desregulamentação e flexibilização, possibilitando assim, chegar à qualidade de vida da população e a paz com justiça social.

Nem sempre a lógica de mercado se debruçará em prioridades que atendam completamente a qualidade de vida das pessoas. É importante então observar e chamar a atenção de que o MERCOSUL atua com um discurso que

emprega ações ligadas à integração regional através da educação básica e que buscam atender as necessidades da população latina.

Conseqüentemente, a análise destas ações ao longo dos últimos dez anos representa a possibilidade de apontar o caminho em que a educação vem sendo direcionada dentro do bloco, tomadas de decisões e a repercussão da gestão educacional com a promoção da integração regional na educação básica.

Adiante, no próximo capítulo, faremos uma análise das ações planejadas, aprovadas e desenvolvidas pelo SEM entre os anos de 2005 e 2015. Ao trabalhar com estas ações, será possível visualizar a atuação de cada presidência *pro tempore*, a concentração de ações por áreas de atuação, país e semestres por ano. Ainda, as ações poderão apontar se a gestão educacional promoveu a integral regional na educação básica.

4. ANÁLISE DOS DADOS: Ações desenvolvidas e aprovadas pelas RME do SEM entre 2005 e 2015

Esta seção se destina à análise dos dados relativos ao Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), especificamente dos Planos SEM e das atas das Reuniões dos Ministros de Educação (RME). Ao relacionar os documentos à repercussão do MERCOSUL Educacional quanto a sua função política de gestão educacional, destaca-se a promoção da integração regional por meio da Educação Básica.

Analisando os Planos SEM 2006-2010 e 2011-2015, considera-se a conjuntura em que esses planos foram redigidos para o entendimento das tomadas de decisões pelos Ministros da Educação, conforme consta nas atas e conforme suas principais atividades durante a vigência dos planos.

Nessa contextura, ressaltamos que as análises dos planos apresentados a seguir se concentram na avaliação da conjunção que os próprios planos consideram para as épocas. Assim sendo, o Plano SEM 2006-2010 apresenta o período entre 2001 e 2005. Similarmente, o Plano SEM 2011-2015 retrata as circunstâncias e o desenvolvimento do setor referente a 2006-2010. Ambos os documentos desenham o cenário político e econômico na elaboração dos planos.

Ainda, destaca-se que o balanço da conjuntura e do desenvolvimento do setor educacional referente ao Plano SEM 2011-2015 não está publicado, mas estará redigido no próximo plano, 2016-2020. Dessa forma, a pesquisa encontra sua primeira limitação, pois não dispõe da visão do SEM referente ao contexto entre 2011-2015.

A análise das atas das Reuniões de Ministros da Educação foi realizada em três etapas: leitura e tradução dos documentos; classificação em categorias e quantificação dos dados.

Este capítulo foi organizado em três momentos, conforme o período de vigência dos Planos SEM, para que houvesse suporte do entendimento quanto às tomadas de decisões e práticas exercidas na gestão educacional. O primeiro momento se resumiu a 2005-2010; o segundo momento, a 2011-2015; e o terceiro momento traz as informações e a retrospectiva desses 10 anos em análise, revelando ações, relacionadas à repercussão do SEM e à Educação

Básica, na promoção da integração regional ao longo da atuação da Gestão Educacional do SEM.

4.1. OS PLANOS TRIENAIIS DO SEM

As atividades do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) foram iniciadas em 1991, logo após a criação do bloco, pois era necessário ir além da formação econômica e como modo de integração, encontram na educação uma via promissora para incluir, na regionalização, os povos latinos.

Em dezembro de 1991, com o Protocolo de Intenções, escrito pelos Ministros da Educação dos Estados partes, desenvolveu-se o primeiro Plano Trienal do MERCOSUL Educacional⁴⁷, o qual tinha a intenção de encontrar soluções conjuntas para os países e suas necessidades, bem como para a questão da integração.

Em 1992, o Conselho do Mercado Comum aprovou o Plano Trienal para o SEM, o qual foi prorrogado até 1994 e seguidamente prorrogado até 1997⁴⁸. Ainda, em 1996, foi aprovado o documento *MERCOSUL 2000: Desafios e metas para o Setor Educacional*⁴⁹, enfatizando políticas educacionais voltadas para a qualidade da educação. Em 1998, o segundo Plano Trienal foi aprovado e vigorou até 2001, encerrando a atuação dos primeiros 10 anos do SEM.

No segundo semestre de 2004, fez-se a avaliação do Plano SEM 2001-2005, quando foi elaborado um documento que constituiu o quadro organizador das ações e projetos a se desenvolverem durante os próximos anos.

Seguidamente, nos anos de 2006 a 2010 vigorou mais um Plano Trienal que foi sucedido pelo Plano Trienal SEM 2011- 2015.

⁴⁷ Os Planos SEM, de modo geral, reúnem objetivos, alinhamentos estratégicos, princípios orientadores e resultados esperados. Nele, são elaboradas as metas e ações que permitirão cumprir com os resultados esperados e, ainda, são estabelecidas programações anuais, para que se possa dar uma sequência coerente e contextualizada às decisões. Neste caso, a pesquisa não se deteve à análise comparativa dos Planos SEM e das atas das Reuniões dos Ministros da Educação. A intenção é trazer a conjuntura da época, como descrita, para o entendimento das decisões tomadas pelos Ministros nas diferentes presidências *pro tempore*

⁴⁸ Com o Tratado de Ouro Preto, a vigência do Plano Trienal foi retificada até 1997.

⁴⁹ Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria/viewcategory/7-planos-planes.html>. Acesso em 09 de outubro de 2016.

4.2. AS ATAS DAS REUNIÕES DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO

As atas são documentos oficiais de registro das Reuniões dos Ministros da Educação (REM) do MERCOSUL Educacional. Foram analisados 19 documentos produzidos entre os anos de 2005 e 2015. A análise dessas atas está apresentada por semestre/ano e são destacadas as principais ações de cada gestão *pro tempore*.

Considerando que há duas presidências *pro tempore* por ano no SEM⁵⁰, todos os dados qualitativos (Unidades de Registro – UR) das atas em análise foram tabulados em planilha Excel, gerando um total de 34 subcategorias, 8 categorias, 9 subeixos e 2 eixos principais, como já exposto no item 1.4.1. desta pesquisa.

Cada ata contém as ações, tomadas de decisões e articulações realizadas pelos Ministros da Educação de cada Presidência *pro tempore* do MERCOSUL.

4.3. DADOS DO BALANÇO GERAL DO PLANO SEM 2006-2010: A CONJUNTURA ENTRE 2001 E 2005

Em 1992, o Setor Educacional do MERCOSUL deu início a suas atividades. O MERCOSUL não podendo manter-se somente nos entendimentos econômicos, cria em 1991, por meio de um Protocolo de Intenções escrito pelos Ministros da Educação dos Estados partes, o primeiro Plano Trienal (aprovado em 1992 pelo CMC⁵¹), o qual, após dupla prorrogação, vigorou até 1997. O segundo Plano Trienal vigorou de 1998 até 2001 e encerrou a atuação dos primeiros 10 anos do SEM.

Em 2001, o Plano Estratégico do SEM⁵² foi estabelecido e desenvolvido até 2005. Em 2004, fez-se a avaliação do primeiro Plano Trienal, elaborando-se

⁵⁰ Exceto para os anos de 2005 e 2014, os quais possuem atas apenas do segundo semestre.

⁵¹ Conselho do Mercado Comum

⁵² Aqui, mais uma vez, expõe as reflexões do final do capítulo 3 desta dessa dissertação, em que, o MERCOSUL, atende exigências globais como parte estratégica para passar a fazer parte de um conjunto global de interesses e discursos.

um documento que constituiu o quadro organizador das ações e projetos dos próximos anos.

Os avanços apontados pelos planos permitem entender a situação do SEM nesse período. Houve a coordenação de instâncias de trabalho a nível intergovernamental para as definições de marcos conceituais, normativos e operativos; a aprovação de protocolos e acordos de integração educativa nos níveis da Educação Básica, Média, Técnica e não Técnica e Universitária; a sensibilização dos sistemas educacionais e dos atores da sociedade civil para a formação da consciência de pertencimento de espaço; a sensibilização para a aprendizagem dos idiomas oficiais do MERCOSUL; a articulação de organismos internacionais, capitalizando experiências em desenvolvimento e coordenação de projetos regionais; o desenvolvimento e a aprovação de um Mecanismo Experimental de Acreditação de Carreiras de Graduação para o reconhecimento de títulos de grau universitário entre os países do MERCOSUL; a harmonização de perfis profissionais por competência em educação tecnológica em nível Médio Técnico; e o desenvolvimento e as implementações de estratégias para o ensino de História e Geografia na perspectiva regional.

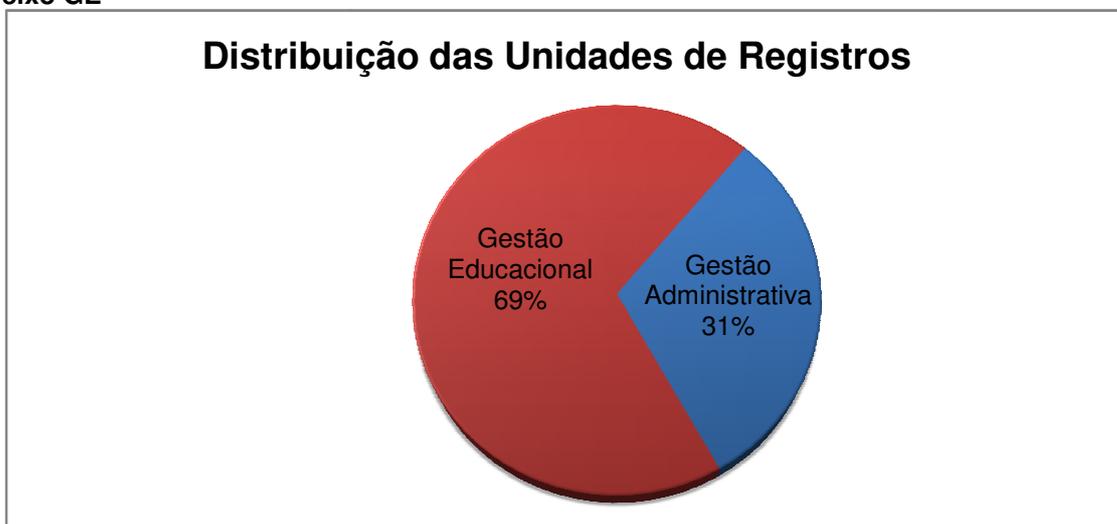
Nesse sentido, o diagnóstico da conjuntura do Plano SEM 2006-2010, relata a necessidade de adequar a estrutura do SEM⁵³, melhorar a gestão e gerenciar um sistema de financiamento para a implementação das ações do Setor. Aponta também a necessidade de incorporar novos atores educacionais nos processos de integração e, assim, promover as instâncias do SEM. Ainda, reconhece as instituições educacionais como um espaço de cultura, sendo as escolas significativamente um núcleo básico e favorável à integração regional.

⁵³ Como teve coordenação de instancias de trabalho a nível intergovernamental e articulações com organismos internacionais, extrai-se que a necessidade de adequar a estrutura do SEM sejam de interesses externos ao bloco, sinalizando mais uma vez, ações voltadas para a inserção no mercado internacional.

4.3.1. Segundo semestre de 2005: presidência *pro tempore* do Uruguai

No segundo semestre do ano de 2005, durante a presidência *pro tempore* do Uruguai, foram classificadas 39 ações (URs), as quais constam na Ata n.º 2/05 da XXIXRME. Dessas ações, 12 foram classificadas como pertencentes ao eixo da Gestão Administrativa (GA), correspondendo a 31% do total de ações desse semestre. Outras 27 ações foram agrupadas no eixo Gestão Educacional, equivalendo a 69% das ações, como mostra o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2005, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Destas 27 ações, 10 estão ligadas ao subeixo da Educação Básica, sete ao do Ensino Superior e outras 10 ações ao subeixo Educação Geral. O quadro 8, a seguir, apresenta as categorias emergentes do eixo Gestão Educacional e do subeixo Educação Básica.

Quadro 8 – Presidência *pro tempore* do Uruguai no 2º semestre de 2005

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Demanda	Concursos	-A12- Concurso “Caminhos do MERCOSUL”
GE	EB	Continuidade e Seguimento	Avaliações	-H10- Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL
GE	EB	Difusão	Material	-F10- Material do Projeto Bibliotecas Escolares do

				MERCOSUL	
GE	EB		Coleção	-J10- MERCOSUL Lee	
GE	EB	Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	-E10- Em realizar experiências similares em 2006 com outras 90 escolas referentes ao Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL	
GE	EB		Instruções	-I10- Às instituições participantes do Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL que elaborem um projeto de fortalecimento da Integração Regional	
GE	EB		Iniciativas		-A4- Tomadas pelos Ministros da Educação em favor da formação cidadã e à RELPE
GE	EB				-D12- Valorização do processo de integração regional com a realização do concurso "Caminhos do MERCOSUL"
GE	EB	Ações de Fomento	Apoio recebido	-A12- Da OEI para a realização do concurso "Caminhos do MERCOSUL"	
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Planos	-B2- PLAN. 2006-2010	
Total de Ações:				10	

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º 2/05 da XXIXRME do SEM.

Na categoria Ações de Demanda, conforme o quadro 8 há uma subcategoria Concursos. Foi realizado no referido semestre o Concurso "Caminhos do MERCOSUL" ⁵⁴.

Na categoria Continuidade e Seguimento, há a subcategoria Avaliações. Nela, foi avaliado positivamente o projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL.

Na categoria Difusão, surgiram as subcategorias: Material e Coleção. Neste quesito, houve, por parte dos organismos do SEM, a distribuição de material referente ao Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL e, ainda, a publicação da Coleção MERCOSUL Lee.

Quanto à categoria Ações de Direcionamento, surgiram as subcategorias Compromissos Assumidos, Instrução e Iniciativas. Houve o compromisso de realizar experiências similares do Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL em 2006 com outras 90 escolas. Indica também, instruções a essas instituições para a elaboração de um projeto de fortalecimento da Integração Regional e o

⁵⁴ O objetivo do concurso é promover nas escolas do ensino médio uma consciência favorável à integração regional [...], havendo a afirmação do interesse pelo desenvolvimento de uma consciência favorável a integração com um grande apoiador, agente hegemônico global – OEI;

recebimento de duas iniciativas: uma, dos Ministros da Educação, em favor da formação cidadã e da Rede Latino- Americana de Portais Educativos (RELPE), e outra, em favor da valorização do processo de integração regional com a realização do concurso “Caminhos do MERCOSUL”.

Na categoria Ações de Fomento, classifica-se a subcategoria Apoio Recebido. Em relação a esta subcategoria, indica que o MERCOSUL Educacional recebeu apoio da OEI para a realização do concurso “Caminhos do MERCOSUL”.

Na última categoria apresentada na análise desta ata, Desenvolvimento e Planejamento, há apenas uma subcategoria, a qual diz respeito à elaboração do Plano SEM 2006-2010.

4.3.2. Primeiro semestre de 2006: presidência *pro tempore* da Argentina

No primeiro semestre do ano de 2006, durante a presidência *pro tempore* da Argentina, foram listadas 47 ações (URs), as quais constam na Ata n.º1/06 da XXXRME. Dezoito dessas ações foram classificadas no eixo Gestão Administrativa (GA), correspondendo a 38% do total das ações desse semestre, e outras 29 ações no eixo Gestão Educacional (GE), correspondendo a 62% do total, como mostra o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Distribuição das URs referentes ao 1º semestre de 2006, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das ações do eixo Gestão Educacional; 13 situam-se no subeixo Educação Geral; outras 12 estão ligadas ao da Educação Superior; 3, ao da Educação Básica; e 1, ao da EJA. No quadro 9, a seguir, são apresentadas as categorias emergentes da análise do eixo Gestão Educacional e do subeixo Educação Básica.

Quadro 9 – Presidência *pro tempore* da Argentina no 1º semestre de 2006

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Direcionamento	Proposta	-B15-A proposta de "Mecanismos para a implementação do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados de Títulos e Estudos de nível primário Médio não Técnico"
GE	EB	Ações de Fomento	Ofereceu apoio	-F13-2-Ofertar assistência para a incorporação do RELPE nos países que ainda não o aderiram
GE	EB			-O16-Ao Projeto OEA "Escolas Solidárias"
Total de Ações				03

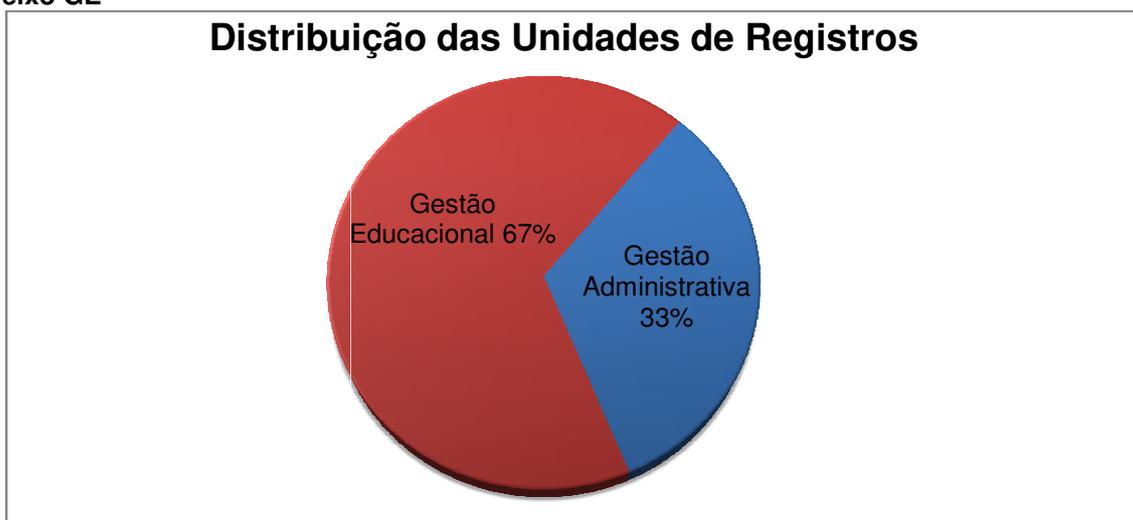
Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º1/06 da XXXRME do SEM.

Sobre essa presidência *pro tempore* da Argentina, há duas categorias para análise: Ações de Direcionamento e Ações de Fomento. Houve uma proposta de "Mecanismo para implementação do protocolo de integração educativa e Reconhecimento de certificados de Títulos de Estudo de nível Médio Primário não Técnico"; e dois oferecimentos de apoio: um para a incorporação da RELPE nos países que ainda não haviam aderido a ele; e outro, ao Projeto OEA "Escolas Solidárias".

4.3.3 Segundo semestre de 2006: presidência *pro tempore* do Brasil

No segundo semestre de 2006, no decorrer da presidência *pro tempore* do Brasil, foram classificadas 46 ações (URs), conforme texto da Ata n.º02/06 da XXXIRME. Destas, foram classificadas 15 ações ao eixo Gestão Administrativa (GA), equivalendo a 33% do total de ações desse semestre, e outras 31 ao eixo Gestão Educacional (GE), correspondendo a 67% do total.

Gráfico 4 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2006, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das 31 ações (URs) classificadas no eixo Gestão Educacional, 8 ações se enquadram no subeixo Educação Geral, 13 ações no subeixo Ensino Superior, seis ações no subeixo Educação Básica e apenas uma ação nos subeixos Educação Tecnológica e Educação em Prisões.

Quadro 10 – Presidência *pro tempore* do Brasil no 2º semestre de 2006

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Feira	-G18- I Feira Nacional de Ciências de Educação Básica
GE	EB	Segmento e Continuidade	Avaliações	-I9- I Seminário de Escolas de Fronteira do MERCOSUL
GE	EB			-AE10- da IV Edição do Concurso “Caminhos do MERCOSUL”, organizado pelo Ministério de Educação e Cultura do Paraguai, com êxito
GE	EB	Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	-AF19-Com o Setor Educacional do MERCOSUL em relação ao Ano Ibero- americano de Alfabetização (2007-2008)
GE	EB		Iniciativas	-K11-A iniciativa brasileira de publicar os trabalhos dos ganhadores das três primeiras edições do “Concurso Caminhos do MERCOSUL”, de 2003 a 2005
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projetos	-AG24-2- Projetos de Escolas de Fronteiras
Total de Ações:				06

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º02/06 da XXXIRME do SEM.

Analisando o texto desta ata conforme quadro 10, classificaram-se seis ações (UR) em quatro categorias: Realização de Eventos; Seguimento e Continuidade; Ações de Direcionamento; e Desenvolvimento e Planejamento.

Na categoria Realização de Eventos, há apenas uma subcategoria: Feira. Esta cita a I Feira Nacional de Ciências da Educação Básica.

Na categoria Seguimento e Continuidade abrange a subcategoria Avaliações. A RME avaliou positivamente duas ações: o I Seminário Escolas de Fronteira do MERCOSUL e a IV Edição do Concurso “Caminhos do MERCOSUL”.

A categoria Ações de Direcionamento apresenta duas subcategorias: Compromissos Assumidos e Iniciativas. A primeira engloba compromissos assumidos com o SEM em relação ao Ano Ibero- Americano de Alfabetização (2007-2008). Já a segunda cita a iniciativa brasileira de publicar os trabalhos dos ganhadores das três primeiras edições do “Concurso Caminhos do MERCOSUL”, de 2003 a 2005.

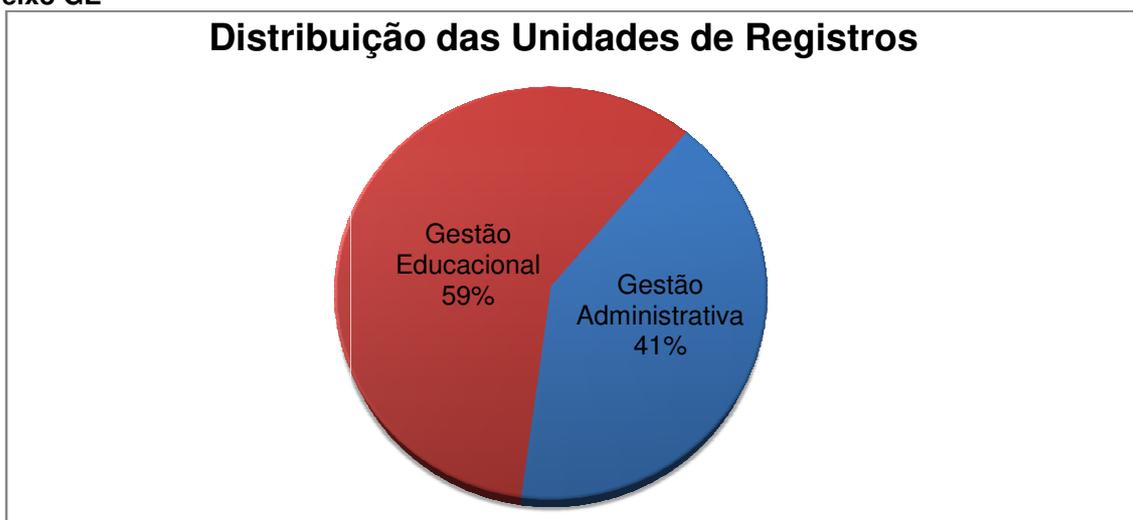
A quarta categoria, classificada, Desenvolvimento e Planejamento; aponta o Projeto de Escolas de Fronteiras, incluindo a subcategoria Projetos.

4.3.4. Primeiro semestre de 2007: presidência *pro tempore* do Paraguai

Durante o primeiro semestre de 2007 e na presidência *pro tempore* do Paraguai, foram citadas na Ata da XXXIIRME⁵⁵ 28 ações (URs), em sendo: 12 ações de Gestão Administrativa (GA), que correspondem a 41%do total, e 17 ações de Gestão Educacional (GE), que correspondem aos outros 59% do total de ações, como se pode extrair do Gráfico 5, a seguir:

⁵⁵ Esta ata não possui numeração.

Gráfico 5 – Distribuição das URs referentes ao 1º semestre de 2007, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Sobre as 17 ações de Gestão Educacional, classificam-se 6 ao subeixo Educação Superior; 5 ao subeixo Educação Básica; e outras 6 ao subeixo Educação Geral.

Esta ata cita ações que foram classificadas em 4 categorias, conforme o quadro 11: Realização de Eventos; Ações de Demanda; Difusão; e Ações de Direcionamento.

Quadro 11 – Presidência *pro tempore* do Paraguai no 1º semestre de 2007

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Seminário	-G12-1-Pela realização do Seminário Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos organizado pelo Ministério de Educação e Cultura do Paraguai e a OEI, no quadro de celebração do Ano Ibero-americano de Alfabetização
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	-A8-Sobre os avanços da V Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL “Rio da Prata: um mundo a descobrir”, organizado pela República Oriental do Uruguai
GE	EB		Referendo	-C7- Referendo das instâncias normativas nacionais à proposta de “Acordo Complementar de Cooperação e Reconhecimento dos Estudos, Títulos e Certificados de Educação Primária/ Básica e Média/Secundária Não Técnica entre o SEM e o Convênio Andrés Bello (CSB)”

GE	EB	Difusão	Publicação	-S9-O Ministério da Educação e Cultura do Paraguai pela publicação dos trabalhos dos ganhadores da IV Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL “Abrindo o portão dos sonhos de Augusto Roa Bastos”
GE	EB	Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	-G12-2- Reiterou o compromisso de continuar desenvolvendo diversas estratégias para erradicar o analfabetismo e universalizar a educação básica na região
Total de Ações:				05

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata da XXXIIRME do SEM.

A categoria Realização de Eventos traz a realização do Seminário Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos coordenado pelo Ministério de Educação e Cultura do Paraguai e a OEI, no quadro de celebração do Ano Ibero- americano de Alfabetização.

A categoria Ações de Demanda traz outras duas subcategorias: Concurso, com a V Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL “Rio da Prata: um mundo a descobrir”, organizado pela República Oriental do Uruguai, e referendo às instâncias normativas nacionais da proposta de “Acordo Complementar de Cooperação e Reconhecimento de Estudos, Títulos e Certificados de Educação Primária/ Básica e Média/ Secundária Não Técnica entre o SEM e o Convênio Andrés Bello (CSB)”.

Na categoria Difusão, há a subcategoria Publicação, com trabalhos dos ganhadores da IV Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL “Abrindo o portão dos sonhos de Augusto Roa Bastos”.

A última categoria identificada nesta ata diz respeito a Ações de Direcionamento, com a subcategoria Compromissos Assumidos. Em relação a este tópico, assume-se o compromisso de continuar desenvolvendo diversas estratégias para erradicar o analfabetismo e universalizar a Educação Básica na região.

4.3.5. Segundo semestre de 2007: presidência *pro tempore* do Uruguai

Durante a presidência *pro tempore* do Uruguai no segundo semestre de 2007, foram classificadas 48 ações (URs), conforme a Ata n.º2/07 da XXXIII REM. Dezesesseis destas se inserem no eixo de Gestão Administrativa (GA), o que corresponde a 33% do total das ações desse semestre; outras 32 ações estão relacionadas à Gestão Educacional (GE), equivalendo a 67% do total de ações:

Gráfico 6 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2007, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das 32 ações atribuídas ao eixo Gestão Educacional, 13 são classificadas no subeixo da Educação Geral; outras 13 no subeixo da Educação Superior; e 6 ações ao da Educação Básica.

Quadro 12 – Presidência *pro tempore* do Uruguai no 2º semestre de 2007

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Reuniões	-G2-1-A realização da Primeira Reunião da Educação em Primeira Infância no âmbito dos objetivos da Educação para Todos, estabelecidos pela UNESCO
GE	EB	Continuidade e Seguimento	Implementação	-E5-1- Implementação do Projeto Biblioteca Escolar do MERCOSUL -E5-2- Implementação do Seminário "Leitura e Integração regional"

				-G4- Implementação bem-sucedida do Concurso 2007 Histórico-Literário: “Caminhos del MERCOSUR”, cujo tema foi: “Rio Prata: um mundo a descobrir”
GE	EB	Ações de Fomento	Ofereceu apoio	-E5-3- Com livro e estratégias de ensino como uma primeira instância de apoio aos professores no uso de coleções de bibliotecas
GE	EB		Recebeu apoio	-K21-Colaboração e compromisso assumido no semestre pelo: OEI, UNESCO, Unión Latina e OEA
Total de Ações:				06

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º2/07 da XXXIIIRME do SEM.

No documento analisado, classificaram-se as seis ações em três categorias de acordo com o quadro12: Realização de Eventos; Continuidade e Seguimento; e Ações de Fomento. Na categoria Realização de Eventos, há a subcategoria Reuniões, com a citação da Primeira Reunião da Educação em Primeira Infância no âmbito dos objetivos da Educação para Todos, estabelecidos pela UNESCO.

A categoria Continuidade e Segmento indica a subcategoria Implementação, com três ações: implementação do Projeto Biblioteca Escolar do MERCOSUL, implementação do Seminário “Leitura e Integração Regional” e implementação bem-sucedida do Concurso 2007 Histórico-Literário “Caminhos del MERCOSUR”, cujo tema foi “Rio Prata: um mundo a descobrir”.

A terceira categoria, Ações de Fomento, cita duas ações, as quais foram classificadas em outras duas subcategorias: Ofereceu Apoio, com livro e estratégias de ensino, como uma primeira instância de apoio aos professores no uso de coleções de bibliotecas; e Recebeu Apoio, com colaboração e compromisso durante o semestre dos organismos UNESCO, Unión Latina e OEA.

4.3.6. Primeiro semestre de 2008: presidência *pro tempore* da Argentina

Durante o primeiro semestre de 2008, na presidência *pro tempore* da Argentina, foi identificado na Ata n.º1/08 da XXXIVRME um total de 46 ações. Desse total, foi realizada a classificação em: Gestão Administrativa (GA), com

15 ações, correspondendo a 33% do total de ações; e Gestão Educacional (GE), com 31 ações, correspondendo a 67%.

Gráfico 7 – Distribuição das URs referentes ao 1º semestre de 2008, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das 31 ações do eixo Gestão Educacional, 11 são atribuídas ao subeixo Educação Geral; 10 ao subeixo Educação Superior; e outras 8 ao subeixo Educação Básica.

As 8 ações citadas na ata e correspondentes ao subeixo Educação Básica foram classificadas em 7 categorias: Realização de Eventos; Ações de Demanda; Continuidade e Seguimento; Difusão; Ações de Direcionamento; Ações de Fomento; e Desenvolvimento e Planejamento, conforme o quadro 13 a seguir:

Quadro 13 – Presidência *pro tempore* da Argentina no 1º semestre de 2008

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidade de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Encontros	-AD23-Realizar o II Encontro de Escolas Solidárias do MERCOSUL, que contou com a participação de estudantes e docentes e apresentou suas conclusões ao Ministro (Anexo VIII)

GE	EB	Ações de Demanda	Chamadas	-A7-Da chamada para a 6ª edição do Concurso Histórico-Literário “Caminhos del MERCOSUR”, a ser realizada no mês de outubro na República da Bolívia, com o tema “Lagos, solares e culturas no caminho do sol”
GE	EB	Difusão	Histórias	-K8- O Ministério da Educação da Argentina, pela elaboração da história “Historias del MERCOSUR”, a ser lançada nas escolas dos Estados-partes e associados
GE	EB	Ações de Direcionamento	Instruções	-L3-Criar um grupo de trabalho na Comissão de Educação Básica para promover o trabalho de intercâmbio
			Recomendações	-AG9-A recomendação de incluir autores dos países do MERCOSUL na aquisição de doações destinadas ao sistema escolar
			Propostas	-H8- Levar ao Conselho de Mercado Comum (CMC) o Projeto de Decisão “Disposições transitórias para atualizar/ modificar e implementar a Tabela de Equivalências anexa ao “Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico” que permitirá melhorar a aplicação deste instrumento (Anexo V ⁵⁶)
GE	EB	Ações de Fomento	Reconhecimento	-G5-1-Os avanços no desenvolvimento do livro <i>Memória e Direitos Humanos no MERCOSUL</i> , que será concluído em 2008
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projeto	-G5-2-Aprovação do Projeto “Memória e os Direitos Humanos no MERCOSUL: Biblioteca e materiais didáticos” pela Organização dos Estados Americanos (OEA)
Total de Ações:				08

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º1/08 da XXXIVRME do SEM.

A categoria Realização de Eventos apresenta a subcategoria Encontros. Aponta-se a realização do II Encontro de Escolas Solidárias do MERCOSUL,

⁵⁶ Anexo da Ata, não será apresentado nesta pesquisa.

que contou com a participação de estudantes e docentes e apresentou suas conclusões ao Ministro.

Na categoria Ações de Demanda, a subcategoria, Chamadas, cita a chamada para a realização da 6^o Edição do Concurso Histórico- Literário “Caminhos del MERCOSUR”, que se passou no mês de outubro na República da Bolívia, com o tema “Lagos, solares e culturas no caminho do sol” ⁵⁷.

A categoria Difusão aponta uma ação, classificada na subcategoria Histórias, lançada pelo Ministério da Educação da Argentina. Este elaborou e lançou nas escolas dos Estados partes e associados à história “Historias del MERCOSUR”.

A categoria Ações de Direcionamento é relacionada a três subcategorias: Instruções, Recomendações e Propostas. Na subcategoria Instruções, a Presidência *pro tempore* indica a criação de grupo de trabalho na Comissão de Educação Básica para promover o trabalho de intercâmbio. Na subcategoria Recomendações, solicita a inclusão de autores dos países do MERCOSUL na aquisição de doações destinadas aos sistemas escolares. Na subcategoria Proposta, a ação apontada tem a moção de levar ao CCR (Comitê Coordenador Regional) o Projeto de Decisão referente ao instrumento Tabela de Equivalências de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico, com o intuito de melhorias à aplicação desse instrumento.

A categoria Ações de Fomento cita uma atividade referente à subcategoria Reconhecimento, no que concerne aos avanços no desenvolvimento do livro *Memória e Direitos Humanos no MERCOSUL*.

Na última categoria Desenvolvimento e Planejamento, é classificado uma ação ligada à subcategoria Projetos. Alude-se à aprovação do Projeto “Memória e os Direitos Humanos no MERCOSUL: Biblioteca e materiais didáticos” da Organização dos Estados Americanos (OEA).

⁵⁷ Anexo da Ata, não será apresentado nesta pesquisa.

4.3.7. Segundo semestre de 2008: presidência *pro tempore* do Brasil

No segundo semestre de 2008, durante a presidência *pro tempore* do Brasil, constam, na Ata n.º02/08 da XXXVRME, 28 ações (URs), sendo que 8 foram classificadas no eixo de Gestão Administrativa (GA) e correspondem a 29% do total de ações do semestre; e outras 20 foram classificadas no eixo de Gestão Educacional (GE) e correspondem a 71% do total, conforme o Gráfico 8, a seguir:

Gráfico 8 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2008, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Na classificação do eixo Gestão Educacional, identificam-se 6 ações ligadas à subcategoria de Educação Geral; 5 ações à subcategoria Educação Superior; 8 à subcategoria Educação Básica; e 1 à subcategoria EJA, conforme quadro 14, a seguir.

Quadro 14 – Presidência *pro tempore* do Brasil no 2º semestre de 2008

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Jornada	-K6- II Jornada de Capacitação do Projeto Bibliotecas Escolares
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	-AE2- Concurso Histórico-Literário Caminhos do MERCOSUL

GE	EB	Ações de Direcionamento	Instruções	-AH3-Realização da VII Edição do Concurso Histórico-Literário Caminhos do MERCOSUL em 2009
GE	EB	Difusão	Material	-K6-Exemplares correspondentes à segunda fase do Projeto Bibliotecas Escolares
GE	EB	Ações de Fomento	Reconhecimento	-G7-Países pelos avanços do referido Projeto (AG7- Grupo de Trabalho de Escolas Bilingües de Fronteira)
				-S16-Importância de promover a universalização do Ensino Médio como forma de inclusão social e construção da cidadania
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Grupo	-AG7-Resultados do Grupo de Trabalho de Escolas Bilingües de Fronteira
GE	EB		Projetos	-K6- Projeto Bibliotecas Escolares
Total de Ações:				08

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º02/08 da XXXVRME do SEM.

Dentre as ações citadas na ata em análise, chegou-se a seis categorias: Realização de Eventos; Ações de Demanda; Ações de Direcionamento; Difusão; Ações de Fomento; e Desenvolvimento e Planejamento.

A categoria Realização de Eventos cita uma ação caracterizada na subcategoria Jornada. Esta ação diz respeito à II Jornada de Capacitação do Projeto Bibliotecas Escolares.

A categoria Ações de Demanda cita uma ação, classificada na subcategoria Concursos, que menciona a realização do Concurso Histórico-Literário Caminhos do MERCOSUL.

Sob a categoria Ações de Direcionamento, é realizada a VII Edição do citado Concurso para 2009 (Concurso Histórico-Literário Caminhos do MERCOSUL). Esta é uma ação classificada na subcategoria Instrução e foi indicada pelo Ministro de Educação *pro tempore* em exercício daquele semestre.

A categoria Difusão apresenta uma ação ligada à subcategoria Material. É informado que os exemplares correspondentes à segunda fase do Projeto Bibliotecas Escolares foram distribuídos.

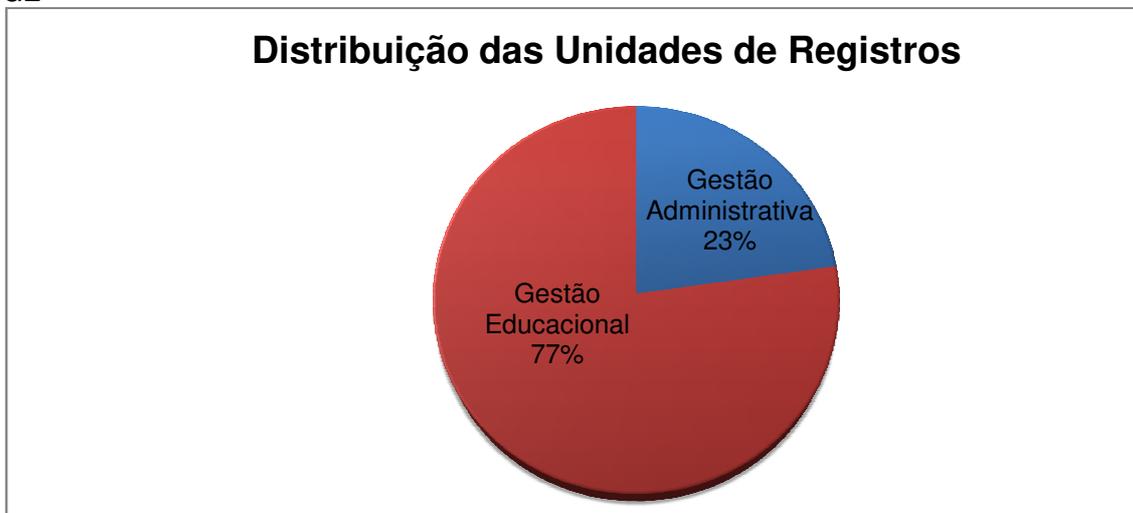
Na categoria Ações de Fomento, citam-se duas ações pertencentes à subcategoria Reconhecimento. É mencionado o reconhecimento dos países

pelos avanços do referido Projeto Escolas Bilíngues de Fronteira e da importância de se promover a universalização do Ensino Médio como forma de inclusão social e construção da cidadania.

4.3.8. Primeiro semestre de 2009: presidência *pro tempore* do Paraguai

No primeiro semestre de 2009, no decorrer da presidência *pro tempore* do Paraguai, foram classificadas 45 ações (URs), citadas na Ata n.º01/09 da XXXVIRME. Dessas ações, 10 se classificam no eixo Gestão Administrativa (GA), correspondendo a 23% do total das ações do semestre; e outras 34 ações foram classificadas no eixo de Gestão Educacional (GE); o qual ficou com a parcela de 77% do total das ações, em concordância com o Gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9 – Distribuição das URs referentes ao 1º semestre de 2009, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das 34 ações do eixo Gestão Educacional citados na ata, 12 foram classificadas no subeixo Educação Geral; 14 estão ligadas ao da Educação Superior; 5 ao da Educação Básica; 2 ao da Educação Profissional; e 1 ao da Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 15 – Presidência *pro tempore* do Paraguai no 1º semestre de 2009

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	-G9-2- Compromete-se com a divulgação dos materiais produzidos pelo Projeto Multinacional “Elaboração de Políticas e Estratégias para a prevenção do fracasso escolar”, coordenado pela Argentina no quadro do FEMCIDI da OEA
GE	EB	Ações de Fomento	Reconhecimento	-G9-1-Resultados obtidos no Projeto Multinacional “Elaboração de Políticas e Estratégias para a prevenção do fracasso escolar”, coordenado pela Argentina no quadro do FEMCIDI da OEA
				-G14-1-Postulação do Brasil como organizador da edição 2009 do Projeto “Caminhos do MERCOSUL” e desejo de êxito na preparação e no desenvolvimento dele
				-G15-O Governo e o povo da Bolívia, por terem atingido, em dezembro de 2008, a Declaração oficial como país livre do analfabetismo
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projetos	-G14-2- Projeto “Caminhos do MERCOSUL”
Total de Ações:				05

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º01/09 da XXXVIRME do SEM.

As categorias que surgiram nesta ata em análise conforme o quadro 15: Ações de Direcionamento; Ações de Fomento; e Desenvolvimento e Planejamento.

Na categoria Ações de Direcionamento, encontramos uma ação ligada à subcategoria Compromissos Assumidos, referente à divulgação dos materiais produzidos pelo Projeto Multinacional “Elaboração de Políticas e Estratégias para a prevenção do fracasso escolar”, coordenado pela Argentina no quadro do FEMCIDI da OEA.

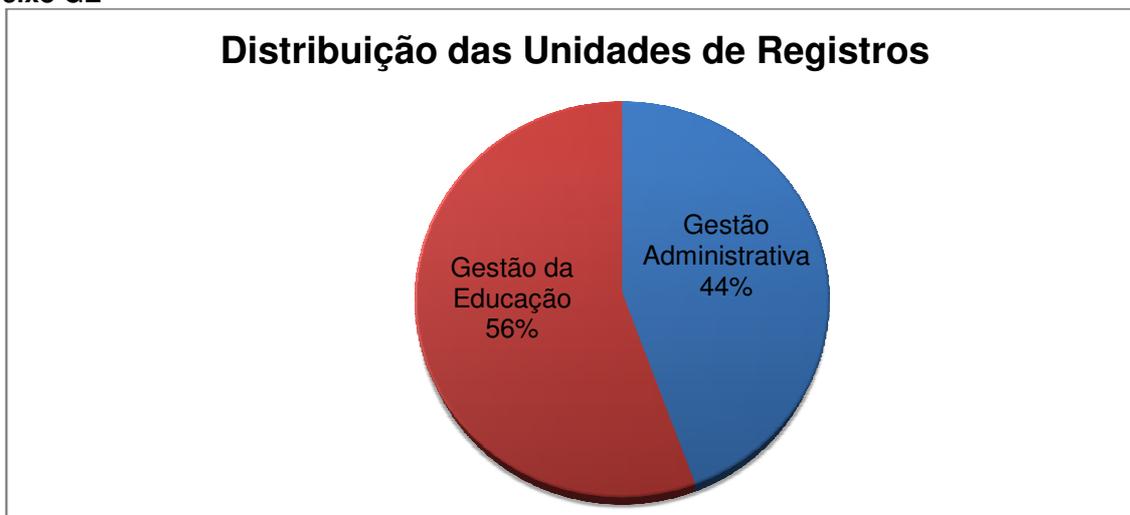
Na categoria Ações de Fomento, surgiu a subcategoria Reconhecimento. Dentro dela, a RME reconhece a organização do Brasil para o desenvolvimento do Projeto “Caminhos do MERCOSUL” no ano de 2009.

Já a categoria, Desenvolvimento e Planejamento; cita uma ação desenvolvida e realizada no ano de 2009, a qual se classificou na subcategoria Projetos, fazendo menção ao projeto “Caminhos do MERCOSUL”.

4.3.9. Segundo semestre de 2009: presidência *pro tempore* do Uruguai

No segundo semestre do ano de 2009, na presidência *pro tempore* do Uruguai, segundo a Ata n.º 2/09 da XXXVIIRME, foram classificadas 27 ações (URs) nos 2 eixos: Gestão Administrativa (GA), com 12 dessas ações, o que corresponde a 44% do total; e Gestão Educacional (GE), com 15 ações, o que corresponde a um percentual de 56% do total de ações desse semestre, de acordo com o Gráfico10 seguinte:

Gráfico 10 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2009, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Das 15 ações classificadas no eixo de Gestão Educacional, 3 estão ligadas ao subeixo da Educação Geral; 3 ao subeixo da Educação Superior; 7 ao subeixo da Educação Básica; e outras 2 ações ao subeixo da EJA.

As categorias reconhecidas na análise desta ata foram 7 sendo: Realização de Eventos; Ações de Demanda; Continuidade e Segmento; Ações de Direcionamento; e Desenvolvimento e Planejamento, conforme descrito no quadro 16, a seguir:

Quadro 16 – Presidência *pro tempore* do Uruguai no 2º semestre de 2009

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Encontros	-E3-1- Segundo Encontro de Educação na Primeira Infância
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	-K3- Ao Brasil a realização da edição 2009 do Concurso Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL", com o tema central "As cidades Históricas de Minas Gerais"
GE	EB	Continuidade e Seguimento	Implementação	-G15-1- Na implementação do Plano CEIBAL, pelo qual se entrega um computador por criança e professor de escola pública do Uruguai
GE	EB	Ações de Direcionamento	Proposta	-X3- Com satisfação a proposta do Chile de organizar a edição 2010 deste Concurso (K3 - Concurso Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL") -E3-2- Levará em conta as recomendações que emanam do Segundo Encontro de Educação na Primeira Infância, com a finalidade de proporcionar uma educação que qualidade para meninos e meninas desde o nascimento até os cinco anos
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Planos	-G15-2- Plano CEIBAL, pelo qual se entrega um computador por criança e professor de escola pública do Uruguai -AR10 - Plano do SEM; Anexo VI ⁵⁸ - S10).
Total de Ações:				07

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº. 2/09 da XXXVII RME do SEM.

Na categoria Realização de Eventos, é citada uma ação que se refere à subcategoria Encontro. Foi realizado durante o segundo semestre de 2009 o Segundo Encontro de Educação na Primeira Infância.

A categoria Ações de Demanda cita o acontecimento do Concurso Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL", cujo tema central foi "As cidades Históricas de Minas Gerais", realizado no Brasil. Esta ação se situa na subcategoria Concursos.

Houve também a implementação do Plano CEIBAL⁵⁹, pelo qual se entregou um computador por criança e professor de escola pública no Uruguai.

⁵⁸ Anexo da Ata, não será apresentado nesta pesquisa.

Essa ação se classifica na subcategoria Implementação, alocada na categoria Continuidade e Segmento.

Na categoria Ações de Direcionamento, são duas as ações identificadas que consistem na subcategoria Propostas: a primeira diz respeito à proposição do Chile em organizar a edição de 2010 do Concurso “Caminhos do MERCOSUL”, e a outra é a consideração dada à proposta emanada do Segundo Encontro de Educação na Primeira Infância de uma educação de qualidade para meninos e meninas desde o nascimento até os cinco anos.

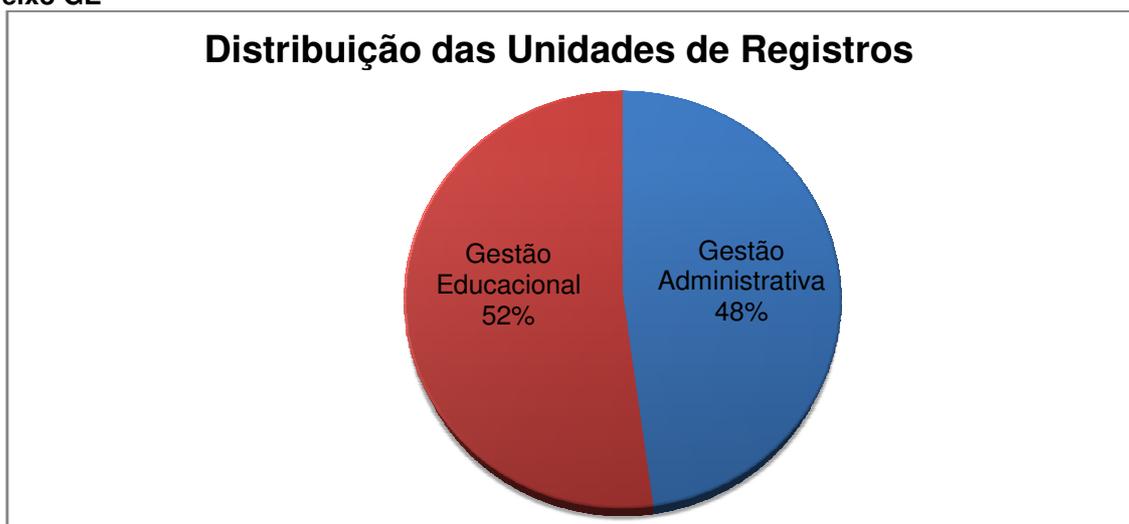
Na categoria Desenvolvimento e Planejamento indica duas ações planejadas e situadas na subcategoria: Planos; o CEIBAL, que desenvolve a inclusão digital com crianças e adolescentes do Uruguai, e também o Plano SEM, no âmbito do MERCOSUL.

4.3.10. Primeiro semestre de 2010: presidência *pro tempore* da Argentina

Em 2010, durante o primeiro semestre da presidência *pro tempore* da Argentina, são citadas, no total, 23 ações, de acordo com a Ata nº. 1/2010 da XXXVIII RME. Foram identificadas 11 ações no eixo de Gestão Administrativa (GA); e 12 ações no eixo de Gestão Educacional (GE). Assim, as ações do eixo GE reúnem 52% das ações realizadas nesse ano e o eixo da Gestão Administrativa (GA), com 48% das ações totais, como se pode extrair do Gráfico 11, a seguir:

⁵⁹ Plano de Conectividade Educacional de Informática Básica para o Aprendizado Online – realizado pelo Uruguai

Gráfico 11 – Distribuição das URs referentes ao 1º semestre de 2010, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

As 12 ações ligadas à Gestão Educacional foram reclassificadas em 4 subeixos: Educação Geral, em que se inserem 4 ações; o subeixo da Educação Superior, com 3 ações; e o subeixo da Educação Básica, que reúne outras 5 ações.

Quadro 17 – Presidência *pro tempore* da Argentina no 1º semestre de 2010

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de Eventos	Seminários	-G12- Seminário “A educação no contexto da integração latino-americana: O papel da Escola Média”
GE	EB	Ações de Fomento	Recebeu apoio	-AD11-Pelo oferecimento do Paraguai de organizar a edição de 2011 do Concurso Histórico-Literário “Caminhos do MERCOSUL” por ocasião de celebrar esse ano o Bicentenário de sua independência nacional
GE	EB	Documentos Citados	Protocolos	-C10- Protocolo de Reconhecimento de Estudantes em nível primário/Básico/Fundamental e Médio/Secundário para sua aprovação no Conselho de Mercado Comum (CMC)
Total de Ações:				03

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata n.º1/10 da XXXVIII RME do SEM.

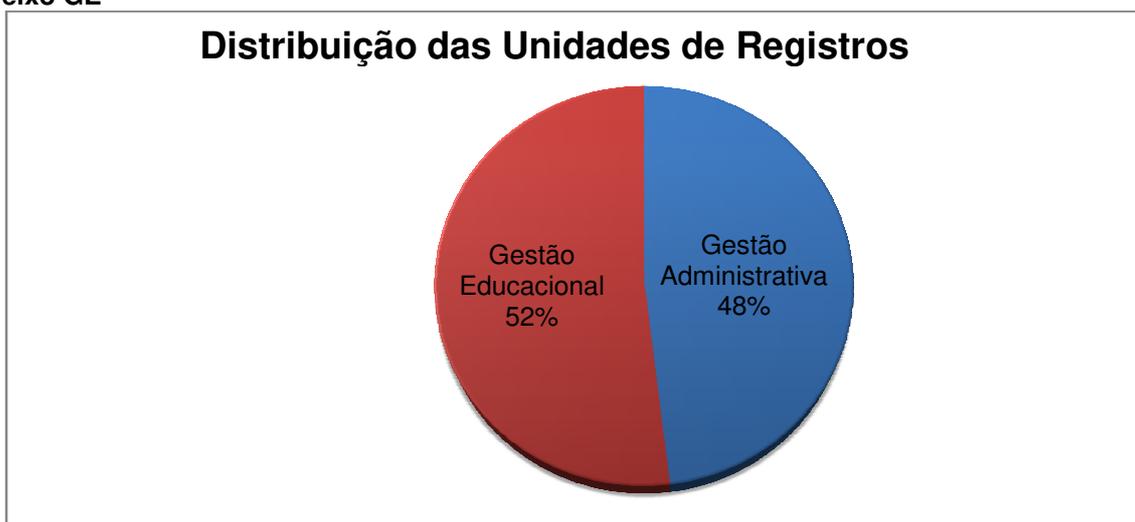
Durante esse primeiro semestre de 2010, foram classificadas 3 ações segundo o quadro 17: Realização de Eventos; Ações de Fomento; e

Documentos Citados. Na categoria Realização de Eventos, há 1 ação classificada junto à subcategoria Seminários, intitulada como: “A educação no contexto da integração latino-americana: o papel da Escola Média”. A categoria Ações de Fomento cita a subcategoria Recebeu Apoio, a qual aponta o oferecimento do Paraguai em organizar a edição de 2011 do Concurso Histórico-Literário “Caminhos do MERCOSUL”. Há, ainda, o registro do protocolo Reconhecimento de Estudantes em nível Primário/Básico/Fundamental e Médio/Secundário para aprovação do Conselho de Mercado Comum (CMC).

4.3.11. Segundo semestre de 2010: presidência *pro tempore* do Brasil

No decorrer do segundo semestre de 2010, na presidência *pro tempore* do Brasil, a Ata n.º 02/10 da XXXIX RME cita 52 ações no total. Destas, 25 foram classificadas no eixo de Gestão Administrativa (GA), correspondendo a 48% das ações do semestre. Outras 27 ações foram classificadas no eixo Gestão da Educação (GE), equivalendo a 52% das ações totais:

Gráfico 12 – Distribuição das URs referentes ao 2º semestre de 2010, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Após reclassificadas as 27 ações da GE, 10 se relacionaram à subcategoria Educação Geral; 14 à subcategoria Educação Superior; e outras 3 à subcategoria Educação Básica.

Quadro 18 – Presidência *pro tempore* do Brasil no 2º semestre de 2010

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Fomento	Reconhecimento	-AY12-Esforços realizados pela Argentina para a realização da VIII Edição do Concurso Histórico-Literário “Caminhos do MERCOSUL”, cujos ganhadores já se encontram selecionados e realizarão uma viagem a Buenos Aires e à Província de Jujuy, Argentina, entre 8 a 16 de dezembro de 2010
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Mecanismos	-C20- Mecanismos para a implementação do Protocolo de integração educativa de conhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico
GE	EB		Projetos	-AS3- Projeto Escolas de Fronteira
Total de Ações:				03

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº. 02/10 da XXXIX RME do SEM.

São citadas três ações na ata analisada, as quais foram classificadas em duas categorias, como mostra o quadro 18: Ações de Fomento; e Desenvolvimento e Planejamento.

Na categoria Ações de Fomento, a ação, classificada na subcategoria Reconhecimento, faz menção aos esforços da Argentina na realização da VIII Edição do Concurso Histórico-Literário “Caminhos do MERCOSUL”.

Na categoria Desenvolvimento e Planejamento apresenta duas ações classificadas em outras duas subcategorias: Mecanismos e Projetos. A subcategoria Mecanismos aponta a necessidade de um dispositivo para a implementação de um Protocolo de Integração educativa de conhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico no âmbito do MERCOSUL. Ainda, a subcategoria Projetos faz referência ao Projeto Escolas de Fronteira no âmbito do desenvolvimento e planejamento do SEM.

4.4. ANÁLISE PARCIAL DO PERÍODO DE 2005 A 2010 DAS AÇÕES DO SEM

Nesse primeiro período, entre os anos de 2005 e 2010, foram analisadas 11 atas das Reuniões de Ministros da Educação. No eixo Gestão Educacional, foram classificadas 65 ações em oito categorias de análise, subdivididas em outras 27 subcategorias das 33 desenvolvidas no total, como mostra o quadro 19, a seguir:

Quadro 19 – Ações do SEM entre 2005- 2010, por categoria de análise

EIXOS	Subeixos	CATEGORIAS	Subcategorias	Quantidade de ações (UR)
Gestão Educacional	Educação Básica	Ações de Demanda	Chamadas	1
			Concurso	4
			Referendo	1
		Continuidade e seguimento	Implementação	4
			Avaliação	3
		Difusão	Material	2
			Coleção	1
			Publicação	1
			Histórias	1
		Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	4
			Recomendação	1
			Instrução	4
			Propostas	4
			Iniciativa	3
		Ações de Fomento	Apoio recebido	3
			Ofereceu apoio	3
			Reconhecimento	7
		Desenvolvimento e planejamento	Planos	3
			Projetos	5
			Grupos	1
			Mecanismos	1
		Realização de eventos	Feira	1
			Seminário	2
			Reuniões	1
			Encontros	2
			Jornada	1
		Documentos	Protocolos	1
Total:		8 categorias	27 Subcategorias	65 ações (UR)

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das Atas das RME, entre os anos de 2005 e 2010.

O quadro 19 mostra o desempenho da Gestão Educacional do SEM no desenvolvimento de ações relacionadas ao subeixo Educação Básica. Nesse período de tempo, destacamos que houve quatro concursos, mostrando a capacidade de implementações que geraram demandas pelos projetos e planos lançados pelo SEM. Foram quatro implantações, dando continuidade e seguimento aos trabalhos das presidências anteriores e indicando haver uma política de continuidade.

Os elementos de difusão do SEM durante esse período não foram muitos: apenas dois materiais divulgados, uma publicação; uma coleção; e uma história.

Quanto aos compromissos assumidos, a análise evidenciou quatro ações, as quais foram possíveis, juntamente com quatro outras propostas consideradas e vistas positivamente, constatar um direcionamento e um movimento dinâmico da gestão educacional durante este período.

Ao reconhecer as oito ações realizadas por outros setores ligados ao SEM e o desempenho de outros países na participação e envolvimento da promoção da integração e educação, demonstra-se o envolvimento e o interesse destes nos trabalhos, projetos e articulações que o setor vem desenvolvendo.

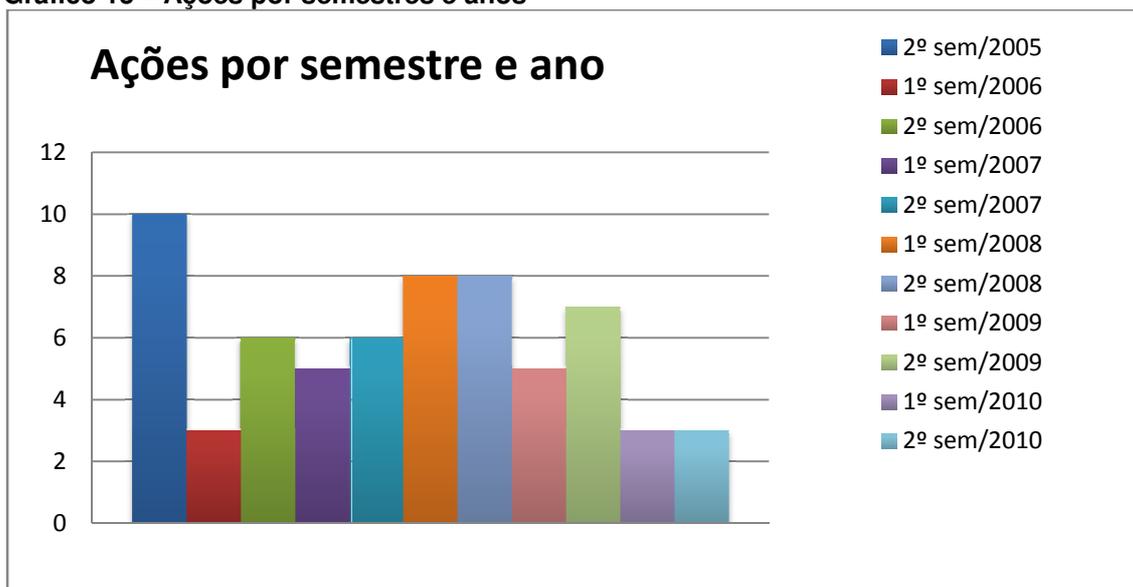
Foram, ainda, citados cinco projetos e dois planos no período compreendido entre 2005 e 2010. Dentre eles, cita-se o Plano do Setor Educacional do MERCOSUL, o qual prevê as ações, estratégias e objetivos para os próximos cinco anos de desenvolvimento e planejamento.

Foram no total, oito realizações de eventos, os quais promoveram discussões de diversos temas, como: “Integração Regional; a Formação Cidadã e a Integração Docente”; “Aprendizagem e Serviço”; “Educação Tecnológica”; “Alfabetização”; “Educação e Universalização da Educação Básica”; “Rio da Prata: um mundo a descobrir”; “Educação para Todos”; “Lagos Solares e Culturas no Caminho do Sol”; “Direitos Humanos”; “Trabalho de intercâmbio”; “Universalização do Ensino Médio”; “A prevenção do fracasso escolar”; e “As cidades históricas de Minas Gerais”. Esses temas esclarecem o proveito e a importância das discussões em torno da promoção da integração regional.

Destes temas, aprendizagem e serviço, educação e universalização da educação, educação para todos, prevenção do fracasso escolar, marcam mais uma vez, as relações de interesses globais do MERCOSUL, através da educação para a inserção no mercado internacional.

Ainda, o Gráfico 13 resume a análise do desempenho do SEM em relação ao número de ações realizadas pelo setor na Educação Básica.

Gráfico 13 – Ações por semestres e anos



Fonte: Dados organizados pela autora a partir das Atas das RME entre os anos de 2005 e 2010.

Nos semestres que compreendem os anos entre 2005 e 2010 em que mais se desenvolveram ações voltadas ao subeixo Educação Básica, foi no 2º semestre de 2005, durante a presidência *pro tempore* do Uruguai, com 10 ações, conforme mostra o gráfico 13, acima.

Em seguida, o ano de 2008 aponta 8 ações em cada semestre, durante as presidências *pro tempore* de Argentina (1º semestre), e de Brasil (2º semestre).

Esses dados marcam a concentração de ações criadas e desenvolvidas a cada gestão educacional do SEM, influenciando o direcionamento e a promoção da integração regional na Educação Básica.

Podemos dizer que o Brasil foi o país que mais desenvolveu ações nesse período analisado. Foram 78 ações voltadas à Gestão Educacional na Educação Básica. Em seguida, temos Uruguai com 74 ações; e Argentina com

72 ações. Esses países, ambos atuaram por 5 vezes nas presidências *pro tempore* do MERCOSUL.

4.5. DADOS DO BALANÇO GERAL DO PLANO SEM 2011-2015: A CONJUNTURA ENTRE 2006 E 2010

O Plano SEM 2006-2010 se insere em um contexto internacional abalado pela crise econômica de 2008 no cenário europeu e da América do Norte, quando a diminuição do poder econômico dos países desenvolvidos possibilitou a ascensão dos países emergentes e fortaleceu os mecanismos de negociação multilaterais. “Neste contexto, a América Latina tem se destacado como importante destino dos fluxos de investimento externos, demonstrando a superação da crise econômica” (MERCOSUL, PLANO 2011-2015, p. 3).

Destaca-se também que houve uma estabilidade democrática que favoreceu os países da região no desenvolvimento das políticas e direitos sociais. “Os indicadores econômicos e sociais demonstram, por exemplo, que uma parte da sua população conseguiu superar a linha de pobreza” (MERCOSUL, PLANO 2011-2015, p. 3).

Um importante papel assumido pela América do Sul foi diante do compromisso da UNASUL de fortalecer os países da região e também pelo avanço do MERCOSUL em temas como o Código Aduaneiro, Tarifas Externas Comuns e a consolidação do Sistema de Controvérsias.

O Plano SEM 2011-2015 destaca, ainda, que, nos últimos cinco anos, foi consolidada a concepção de educação como “um direito humano e um bem público e social”, (MERCOSUL, PLANO 2011-2015, p. 5). Além disso, os países se comprometem a seguir firmes no esforço de aumentar os investimentos em educação, o que levará à melhoria de infraestruturas, de políticas de atendimento aos setores mais vulneráveis e ao reconhecimento da importância da profissão docente na sociedade.

Com relação à integração regional, “observa-se que as políticas educacionais incluem conteúdos e ações comuns para a formação de uma identidade regional, com vistas a alcançar uma educação de qualidade para todos” (MERCOSUL, PLANO 2011-2015, p. 5).

Ressalta-se o acordo aprovado pelos países do MERCOSUL, na XX Cúpula Ibero- americana de Chefes de Estado, para o Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, com o objetivo de melhorar a qualidade e a equidade da educação⁶⁰.

Como balanço geral, o Plano SEM 2011-2015 sinaliza que o SEM manteve a estrutura funcional com as RME, CCR, CRC e SIC, realizou a implementação de vários projetos, avançou no relacionamento com outros blocos e organismos internacionais, como OEI, UNASUL, U.E., UNESCO e OEA, assinando o primeiro acordo com a U.E., criando o Programa de Mobilidade do MERCOSUL.

O Fundo de Financiamento do Setor Educacional do SEM (FEM), recebeu implementações e servirá de instrumento para a continuidade de ações do setor; a participação do MERCOSUL na Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO (CMES) e na Conferência Mundial de Educação de Jovens e Adultos (CONFITEA) em 2009. Destaca-se também a interação com a sociedade civil, realizando reuniões com ONGs e sindicatos (Setor Educacional da Confederação de Centrais Sindicais do Cone Sul).

Sobre a Educação Básica,

Houve a consolidação e a atualização da tabela de equivalência do protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não técnico, que estava defasado face às alterações legislativas relacionadas à educação nos países. (PLANO SEM 2011-2015, p.7)

Foi institucionalizado o Projeto “Caminhos do MERCOSUL”, com a realização de oito edições consecutivas, sinalizando a integração educacional e a cultura dos jovens.

Destaca-se o Programa Mecanismo Experimental de Acreditação (MEXA), com a adesão de seis países e 85 cursos acreditados em três áreas: Agronomia, Medicina e Engenharia. Já o Sistema ARCU-SUL deu adesão a sete países e sete áreas (Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia, Medicina, Odontologia e Veterinária).

⁶⁰ Aqui está mais um demonstrativo das relações com agentes hegemônicos globais.

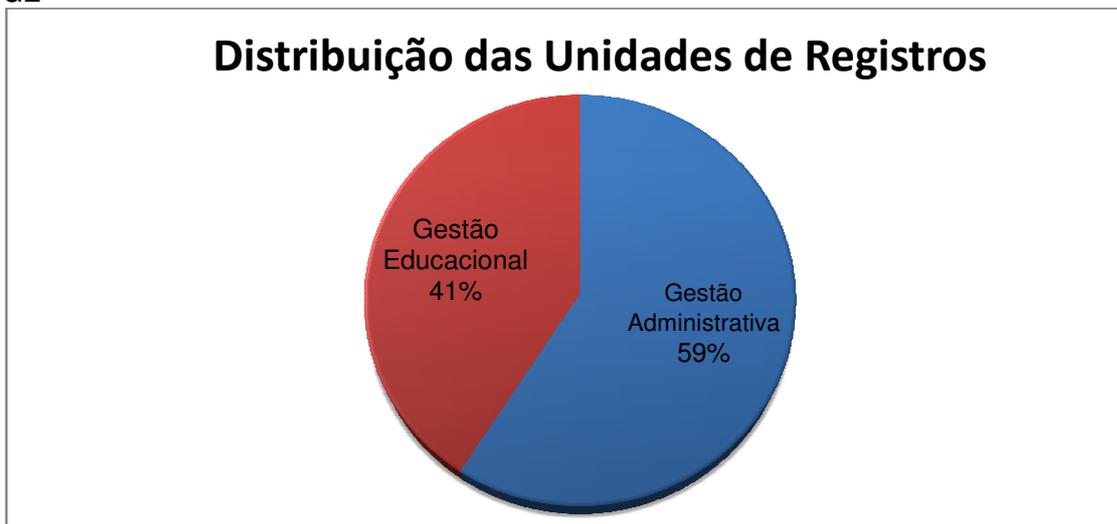
O Plano destaca três vias de financiamento para a educação, classificadas desta forma: diretamente dos países; de um país em favor do bloco para a realização de uma atividade regional; de organismos internacionais para a realização de eventos e projetos.

Em geral, o Plano SEM 2011-2015 aponta que, no Plano 2006- 2010, não havia um instrumento de avaliação e monitoramento que permitisse acompanhar as ações estabelecidas e aponta a necessidade de se desenvolver esse sistema para a avaliação do Plano 2011-2015.

4.5.1. Primeiro semestre de 2011: Presidência *pro tempore* do Paraguai

Durante a Presidência *pro tempore* do Paraguai, no primeiro semestre de 2011, foram citadas 22 ações na Ata nº 1/2011 da XLRME. Destas, 13 ações classificadas no eixo Gestão Administrativa (GA) correspondem a 59% das ações totais deste semestre sob análise, e outras 9 ações do eixo Gestão Educacional (GE) se referem aos 41%, como demonstra o gráfico 14, a seguir:

Gráfico 14- Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre/ 2011 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Ao analisar o eixo da Gestão Educacional, foram citadas 4 ações na referida ata e que têm relação com a Educação Geral; 2 ações ficam classificadas no subeixo da Educação Superior; outras 2 no da Educação

Tecnológica e apenas 1 no subeixo da Educação Básica, como mostra o quadro 20, a seguir:

Quadro 20- Presidência *pro tempore* do Paraguai no 1º Semestre de 2011

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Continuidade e seguimento	Avaliação	A5- aprovou a realização da IX Edição Cominhos do MERCOSUL "Bicentenário da Independência do Paraguai -2011", organizado pela República do Paraguai.
Total de Ações:				01

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº1/2011 da XLRME do SEM

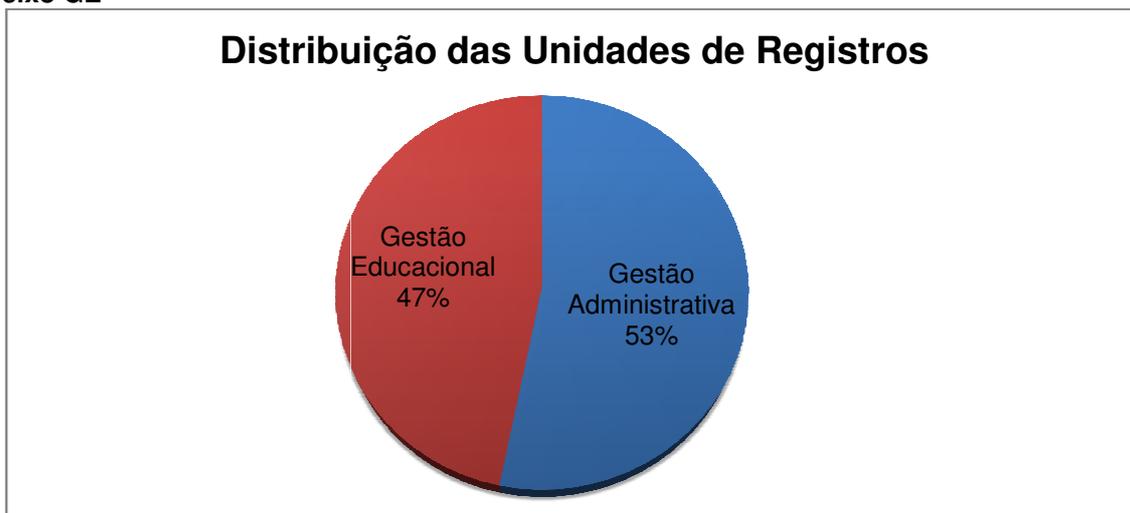
Conforme o quadro 20, na ata há a citação de apenas uma ação realizada pelo SEM ligada à Educação Básica, que foi classificada na Categoria Continuidade e seguimento e se encontra relacionada à Subcategoria Avaliação, em que foi aprovada pela reunião de ministros do Setor Educacional do MERCOSUL a realização da IX Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL sob o tema “Bicentenário da Independência do Paraguai-2011, organizada pela República do Paraguai.

Observou-se que esta ata apresenta, pela primeira vez dentro do recorte analítico, o eixo (GA) com uma quantidade de ações classificadas superior em relação ao eixo (GE). Assinala, assim, uma concentração de ações voltada à dedicação administrativa do SEM.

4.5.2. Segundo semestre de 2011: Presidência *pro tempore* do Uruguai

No segundo semestre de 2011, na Presidência *pro tempore* do Uruguai, foram citadas e registradas 47 ações na Ata nº 2/2011 da XLIRME. Destas, 25 situam-se no eixo Gestão Administrativa (GA) e equivalem a 53% das ações totais em análise; e outras 22 ações classificadas no eixo Gestão Educacional (GE) correspondem a 47% das ações, conforme apresenta o gráfico 15, a seguir:

Gráfico 15- Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2011 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Nesta ata, como evidencia o gráfico 15, e igualmente em ata do período anterior deste mesmo ano, que há uma concentração de ações relacionadas ao eixo Gestão Administrativa do SEM maior em relação às ações do eixo Gestão Educacional, apontando para a observância da dedicação do setor com relação às Ações da Educação Básica na promoção da Integração Regional;

Ainda, analisando o eixo de Gestão Educacional, são atribuídos aos subeixos: Educação Geral (4 ações); à Educação Superior (8 ações); à Educação Básica (6 ações); à Educação Tecnológica (2 ações); e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Ambiental (1 ação para cada subeixo), conforme o quadro 21, a seguir:

Quadro 21- Presidência *pro tempore* do Uruguai no 2º Semestre de 2011

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de eventos	Reuniões	K3- Reunião preparatória do Parlamento Juvenil no ano de 2012.
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	K13 Concurso Histórico-Literário: "Caminhos do MERCOSUL" cujo tema foi: " <i>Paraguai no Bicentenário da Independência</i> "
GE	EB		Convocação	L2-1- Realizar a convocação da segunda Edição do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, a se realizar em Montevideu no segundo semestre de 2012.

GE	EB	Ações de direcionamento	Compromissos assumidos	L2-2- se comprometeu a realizar os esforços necessários para a organização das atividades nacionais do Parlamento Juvenil;
GE	EB		Propostas	X13 recebeu com satisfação a proposta do Uruguai em organizar a edição 2012 do concurso "Caminhos do MERCOSUL".
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projetos	A4 da apresentação do Projeto Parlamento Juvenil;
Total de Ações:				06

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº 2/2011 da XLIRME do SEM

Nas seis ações descritas no quadro 21 foram classificadas as categorias: Realização de eventos, com uma ação classificada na subcategoria Reuniões; Ações de Demanda, com uma ação para cada subcategoria: Concursos e Convocações; Ação de direcionamento com uma ação para cada Subcategorias: Compromissos assumidos e Propostas; e a Categoria Desenvolvimento e Planejamento com uma ação classificada na subcategoria Projetos.

Na subcategoria Reuniões, é citada a realização da Reunião preparatória do Parlamento Juvenil para o ano de 2012. A Subcategoria Concursos faz referência ao Concurso Histórico-Literário: "Caminhos do MERCOSUL", cujo tema foi: *"Paraguai no Bicentenário da Independência"*. E em Convocação, uma ação classificada foi a realização da convocação para segunda Edição do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, a se realizar em Montevideu no segundo semestre de 2012.

Na Subcategoria Compromissos assumidos, a Reunião de Ministros da Educação se comprometeu a realizar os esforços necessários para a organização das atividades nacionais do Parlamento Juvenil e, na subcategoria Propostas, recebeu com satisfação a proposta do Uruguai em organizar a edição 2012 do concurso "Caminhos do MERCOSUL".

Na análise desta ata, houve também a apresentação do Projeto Parlamento Juvenil, em que esta ação foi classificada na subcategoria Projetos.

4.5.3. Primeiro semestre de 2012: Presidência *pro tempore* da Argentina

Durante a Presidência *pro tempore* de 2012, no decorrer do primeiro semestre, são classificadas 63 ações conforme consta em Ana nº 01/12 da XLIIRME, sendo que 26 ações situam-se no eixo Gestão Administrativa (GA) e correspondem a 41% das ações totais classificadas; e outras 37 ações foram agrupadas no eixo de Gestão Educacional (GE) equivalente a 59%, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 16- Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2012 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

No eixo Gestão Educacional, são reclassificadas 14 ações que se encaixam no subeixo Educação Geral; 11 ações ligadas ao subeixo Educação Superior; e outras 11 ao subeixo da Educação Básica e uma sendo ligada ao subeixo da Educação Ambiental conforme quadro 22, a seguir.

Quadro 22- Presidência *pro tempore* da Argentina no 1º Semestre de 2012

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	G6 "Caminhos do MERCOSUL Bicentenário de Independência do Paraguai".
				A8 - Caminhos do MERCOSUL: "O êxodo do povo Oriental"

GE	EB	Continuidade e Seguimento	Incorporação	H28- Inclusão de conteúdos de integração regional no currículo da educação média e secundária e de formação de docentes para avançar na construção de uma consciência cidadã favorável à integração mercosuliana, através de ações e concepções desenvolvidas no âmbito educativo;
GE	EB	Difusão	Informe	AU10 informe final da primeira edição do Parlamento Juvenil do MERCOSUL;
GE	EB		Virtual	Au7 publicação virtual dos trabalhos ganhadores da edição 2010 "Caminhos do MERCOSUL", organizado pela Argentina;
GE	EB	Ações de fomento	Incentivos	C4- Tabela de equivalências para o Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio;
GE	EB	Ações de direcionamento	Reconhecimento	G6 ao Paraguai pela realização da edição 2011 "Caminhos do MERCOSUL Bicentenário de Independência do Paraguai"
GE	EB			O30 a importância de dar continuidade e fortalecer a mobilidade dos docentes da área da educação básica na região;
GE	EB			AD33- a adesão da República do Peru ao protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário /Fundamental/ Básico e Médio/ Secundário Entre os Estados Parte do Mercosul e os estados Associados;
GE	EB	Documentos citados	Declarações	O30- a importância de dar continuidade e fortalecer a mobilidade dos docentes da área da educação básica na região;
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projetos	AD9 Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL parabenizando a participação do Chile e Equador;
Total de Ações:				11

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº01/2012 da XLIIRME do SEM

Do quadro 22, é possível extrair a classificação das onze ações no subeixo da Educação Básica. Estas foram reclassificadas em outras seis

categorias: Ações de Demanda, com duas ações na subcategoria Concurso; Continuidade e segmento, com uma ação na Subcategoria de Implementação; A categoria Difusão traz uma ação para cada Subcategoria de Informe e Virtual;

Na categoria Ações de fomento, foi classificada uma ação na Subcategoria de Incentivos. Outra subcategoria traz três ações classificadas dentro da categoria de Ações de direcionamento; Há um documento citado classificado em subcategoria de Declarações. E a categoria de Desenvolvimento e planejamento classifica uma ação na subcategoria Projetos.

Assim, foram citados os concursos: Caminhos do MERCOSUL "Bicentenário de Independência do Paraguai" e Caminhos do MERCOSUL: "O êxodo do povo Oriental".

Houve a implementação com a inclusão de conteúdos de integração regional no currículo da educação média e secundária e de formação de docentes com o intuito de avançar na construção de uma consciência cidadã favorável à integração mercosuliana, através de ações e concepções desenvolvidas no âmbito educativo;

Foi citado o informe final da primeira edição do Parlamento Juvenil do MERCOSUL e realizada a publicação virtual dos trabalhos ganhadores da edição 2010 "Caminhos do MERCOSUL", organizado pela Argentina.

A Reunião de Ministros da Educação cita em ata o reconhecimento de três ações: ao Paraguai pela realização da edição 2011 "Caminhos do MERCOSUL Bicentenário de Independência do Paraguai"; a importância de dar continuidade e fortalecer a mobilidade dos docentes da área da educação básica na região; e a adesão da República do Peru ao protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário / Fundamental/ Básico e Médio/ Secundário entre os Estados Parte do MERCOSUL e os estados Associados

A reunião de ministros também declarou a importância de dar continuidade e fortalecer a mobilidade dos docentes da área da educação básica na região e cita o Projeto Parlamento Juvenil, parabenizando a participação de Chile e Equador.

4.5.4. Segundo semestre de 2012: Presidência *pro tempore* do Brasil

Em 2012, durante o segundo semestre e na Presidência *pro tempore* do Brasil, são citadas na Ata RME nº02/12 da XLIIIRME, 32 ações. Destas, 18 ações estão ligadas ao eixo Gestão Administrativa (GA), que correspondem a 56% das ações citadas neste semestre, e outras 14 ações classificadas no eixo Gestão Educacional (GE), com 44% das ações totais, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 17 - Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2012 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Assim, conforme o gráfico acima, este foi um semestre em que as ações citadas em ata se relacionam em maior concentração a atividades desenvolvidas sob o olhar administrativo do SEM, sem haver muitas citações ao desenvolvimento de atividades ligadas ao eixo de Gestão Educacional e especificamente ao subeixo da Educação Básica.

Referente à Gestão Educacional, seis ações estão relacionadas ao subeixo Educação Geral, 3 ações ao subeixo da Educação Básica e outras 5 ações ao subeixo da Educação Superior.

Quadro 23- Presidência *pro tempore* do Brasil no 2º Semestre de 2012

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de eventos	Encontros	A14 Encontro do Parlamento Juvenil do MERCOSUL EM Medellin- Colômbia, nos dia 28 e 29 de agosto de 2012
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	AD77- 10ª edição do concurso Caminhos do MERCOSUL-Uruguai
GE	EB	Desenvolvimento e Planejamento	Projetos	G3 Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL;
Total de Ações:				03

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº02/2012 da XLIIIRME do SEM

Dentre as ações expostas no quadro 23, a ata registra uma ação na subcategoria Encontros, que se classifica dentro da categoria Realização de eventos e faz relação ao Encontro do Parlamento Juvenil do MERCOSUL na cidade de Medellin, na Colômbia em 2012.

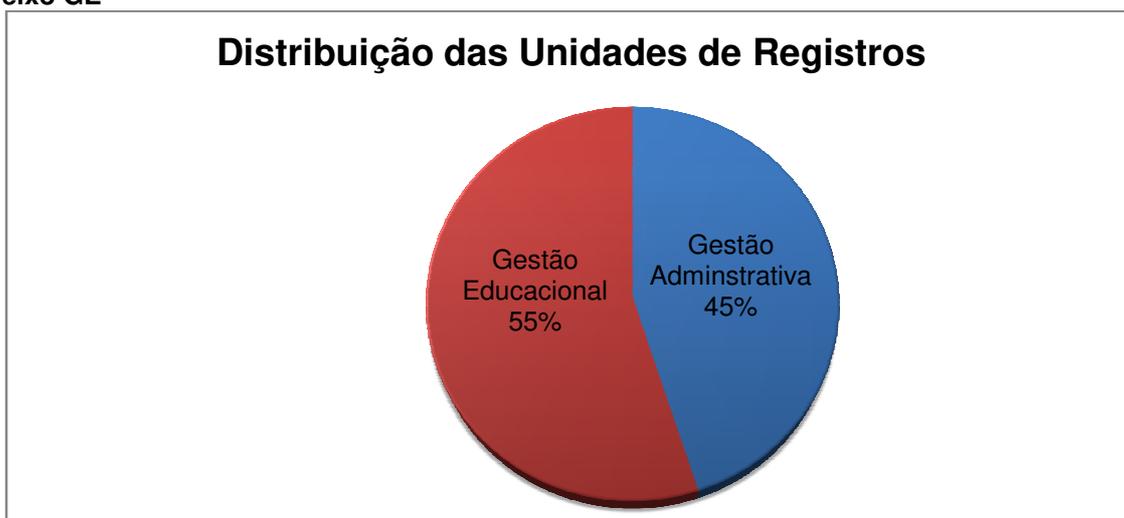
Outra citação é referente à décima edição do concurso Caminhos do MERCOSUL, realizado no Uruguai. Esta ação se classifica na subcategoria Concursos, apreendida à categoria Ações de Demanda.

Na categoria Desenvolvimento e Planejamento, uma ação ligada à subcategoria de projetos, em sendo: Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL.

4.5.5. Primeiro semestre de 2013: Presidência *pro tempore* do Uruguai

Durante a Presidência *pro tempore* do Uruguai no primeiro semestre do ano de 2013, são citadas 40 ações, conforme registros na Ata nº 01/2013 da XLIVRME. Neste período, foram classificadas 22 ações no de eixo Gestão Educacional (GE) que correspondem a 55% das ações totais das atas e outras 18 ações (45%) no eixo Gestão Administrativa (GA), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 18- Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2013, de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Em análise do eixo Gestão Educacional, foram 10 ações classificadas no subeixo Educação Geral; 7 ações no subeixo Ensino Superior; outras 4 ações no subeixo da Educação Básica e apenas uma ação ligada ao subeixo da EJA.

Quadro 24- Presidência *pro tempore* do Uruguai no 1º Semestre de 2013

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	X21 décima segunda edição do Concurso "Caminhos do MERCOSUL" para o ano de 2014.
GE	EB	Ações de fomento	Recebeu apoio	X21 com agrado o oferecimento de Bolívia para o desenvolvimento da décima segunda edição do Concurso "Caminhos do MERCOSUL" para o ano de 2014
GE	EB	Documentos citados	Declarações	X9- Dialogou com uma delegação do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, tomando conhecimento da DECLARAÇÃO DO PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL 2012, relatada em Brasília em dezembro de 2012. Anexo VIII
GE	EB		Carta	X8 a carta dirigida ao OCDE com relação a Provas PISA, a que será assinada pelos Ministros da Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, facultando ao PPTU para que envie a mesma Anexo VII
Total de ações:				04

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº 01/2013 da XLIVRME do SEM

Conforme o quadro 24 são 4 ações ligadas ao subeixo da Educação Básica e se classificam assim, uma ação na subcategoria de Concursos, vinculada à categoria de Ações de Demanda; uma ação na Subcategoria Recebeu apoio, dentro da categoria Ações de fomento; e outras duas ações que dizem respeito à categoria Documentos citados e se dividem em duas subcategorias: Declarações e Carta.

Na subcategoria Concursos, a ata cita a realização da 12ª Edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL para o ano de 2014. A subcategoria Recebeu apoio referencia a Bolívia pelo seu oferecimento em desenvolver esta edição citada anteriormente do concurso Caminhos do MERCOSUL.

Na subcategoria Declarações, cita o diálogo com uma delegação do Parlamento Juvenil do MERCOSUL, tomando conhecimento da Declaração do Parlamento retratada em Brasília em dezembro de 2012. Ainda, a subcategoria Carta cita uma ação dirigida ao OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development) com relação a Provas PISA⁶¹, a que será assinada pelos Ministros da Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, facultando ao PPTU (Presidência *pro tempore* do Uruguai) para que envie a mesma.

4.5.6. Segundo semestre de 2013: Presidência *pro tempore* da Venezuela

No segundo semestre de 2013, durante a Presidência *pro tempore* da Venezuela, segundo a Ata nº 02/2013 da XLVRME, foram citadas 40 ações. Destas, 27 ações (68%) se concentram no eixo Gestão Educacional (GE) e 13 outras ações (32%) no eixo Gestão Administrativa (GA), como se extrai no gráfico 19, a seguir:

⁶¹ Mais um indicativo da adequação a sistemas globais.

Gráfico 19 - Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2013 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

Analisando o eixo de Gestão Educacional, classificam-se as ações em 8, ligadas ao subeixo Educação Geral; 14 ações, ao subeixo Educação Superior; 4 ao da Educação Básica; e uma ao subeixo da Educação à Distância, conforme o quadro 25, a seguir.

Quadro 25 - Presidência *pro tempore* da Venezuela no 2º Semestre de 2013

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de eventos	Seminários	G3 - Seminário Internacional de Políticas Públicas de Educação Infantil no MERCOSUL, celebrado na cidade de Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 2013.
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	G14 "Caminhos do MERCOSUL 2013, "A rota do café" Colômbia.

GE	EB	Ações de direcionamento	Propostas	I8 a proposta apresentada pela República Bolivariana da Venezuela de impulsionar um programa de Alfabetização e pós-alfabetização do MERCOSUL, que permite erradicar o analfabetismo nos países do bloco, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Educação Para Todos (EPT) e o Programa Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), elevando a taxa de conclusão da educação básica, desde uma perspectiva de educação permanente, contínua, com igualdade de oportunidades e condições.
GE	EB		Reconhecimento	G3 a UNESCO e a República Federativa do Brasil pela realização do Seminário Internacional de Políticas Públicas de Educação Infantil no MERCOSUL, celebrado na cidade de Brasília, nos dia 4 e 5 de novembro de 2013.
Total de Ações:				04

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº02/2013 da XLVRME do SEM

Das quatro ações classificadas no subeixo da Educação Básica: uma foi classificada na categoria Realização de eventos, em que, na subcategoria Seminários, cita o Seminário de Políticas Públicas de Educação Infantil no MERCOSUL, realizado na cidade de Brasília, nos dia 4 e 5 de novembro de 2013.

A categoria Ações de demanda apresenta uma ação classificada na subcategoria Concursos, que faz referência ao "Caminhos do MERCOSUL 2013, com o tema "A rota do café", realizado na Colômbia.

Na categoria Ações de direcionamento são classificadas duas ações: uma na subcategoria Propostas; e outra na subcategoria Reconhecimento. A subcategoria que faz referência a Propostas é uma ação apresentada pela República Bolivariana da Venezuela de impulsionar um programa de Alfabetização e pós alfabetização, do MERCOSUL, visando erradicar o analfabetismo nos países do bloco e elevar a taxa de conclusão da educação

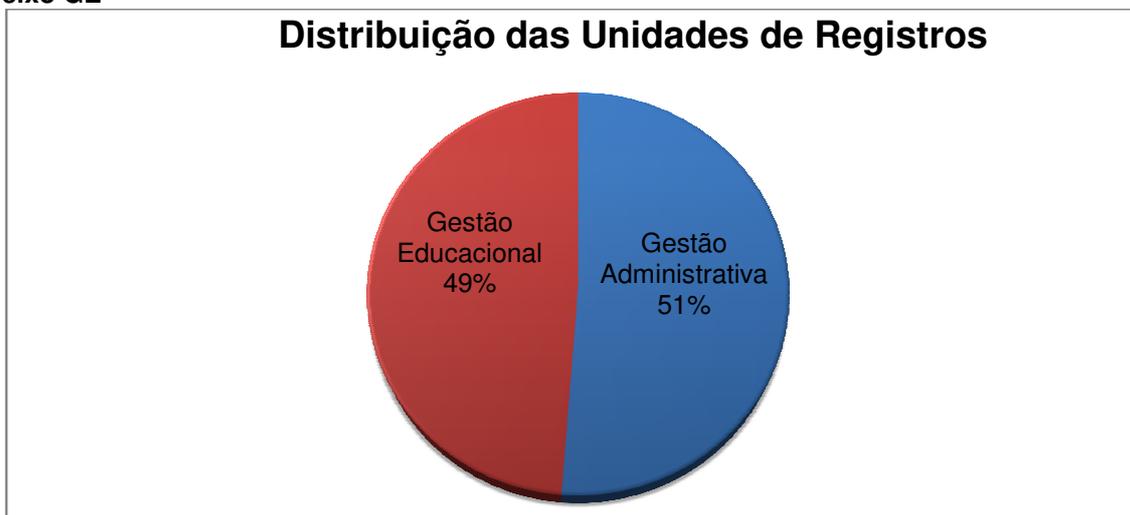
básica em uma perspectiva de educação permanente, contínua, com igualdade de oportunidades e condições.

Ainda em relação à Categoria Ações de direcionamento, a subcategoria Reconhecimento, em que a RME reconhece os esforços da UNESCO e a República Federativa do Brasil na realização do Seminário Internacional de Políticas Públicas de Educação Infantil no MERCOSUL, realizado na cidade de Brasília, nos dias 4 e 5 de novembro de 2013.

4.5.7. Segundo semestre de 2014: Presidência *pro tempore* da Argentina⁶²

Em 2014, no segundo semestre e no decorrer da Presidência *pro tempore* da Argentina, são citadas, na Ata nº 01/2014 da XLVIRME, 41 ações. Destas, 21 se classificam no eixo Gestão Administrativa (GA) e correspondem a 51% dos registros da ata e outras 20 ações classificadas no eixo Gestão Educacional (GE), equivalentes a 49% das ações totais deste semestre, de acordo com o gráfico 20, a seguir:

Gráfico 20 - Distribuição das URs referentes ao 2º Semestre de 2014 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

⁶² Durante o primeiro semestre de 2014, não houve Reunião dos Ministros da Educação do MERCOSUL, isso pode ser observado nas atas das reuniões realizadas como a do 2º Semestre de 2013 (Ata nº 02/2013 da XLVIRME) e a ata do 2º Semestre de 2014 (Ata 01/2014 da XLVIRME)

Conforme o gráfico anterior, mais uma vez as ações voltadas à GA se tornaram em maior quantidade que as ações relacionadas com a GE. No entanto, ao analisar o eixo Gestão Educacional, classificam-se 9 ações ligadas ao subeixo Educação Geral; 7 ações ligadas ao subeixo Ensino Superior e outras 4 ações ao subeixo Educação Básica, segundo o quadro 26, a seguir:

Quadro 26- Presidência *pro tempore* da Argentina no 2º Semestre de 2014

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategoria	Unidade de Registros (URs) Ações
GE	EB	Realização de eventos	Encontros	G15 II Encontro Preliminar do Parlamento Juvenil MERCOSUL
GE	EB		Seminários	AU16 Seminário de Educação Básica sobre Políticas de Educação Infantil do Setor Educacional do MERCOSUL,
GE	EB	Continuidade e Seguimento	Avaliações	I17 dos avanços produzidos na região da Educação na primeira infância
			Implementação	A4 atualização da Tabela de Equivalências para o Reconhecimento de Estudos e Certificações de Títulos de Nível Primário e Médio não Técnicos e a atualização do Mecanismo através de protocolo
Total de ações				04

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº 01/2014 da XLVIRME do SEM.

Durante este segundo semestre de 2014, a Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL registrou em Ata quatro ações ligadas ao subeixo da Educação Básica, conforme demonstra o quadro 26. Destas ações, podemos citar duas pertencendo à categoria Realização de eventos, que se dividem em duas subcategorias: Encontros e Seminários e a categoria Continuidade e Segmento, com outras duas ações que se dividem em duas subcategorias: Avaliação e Implementação.

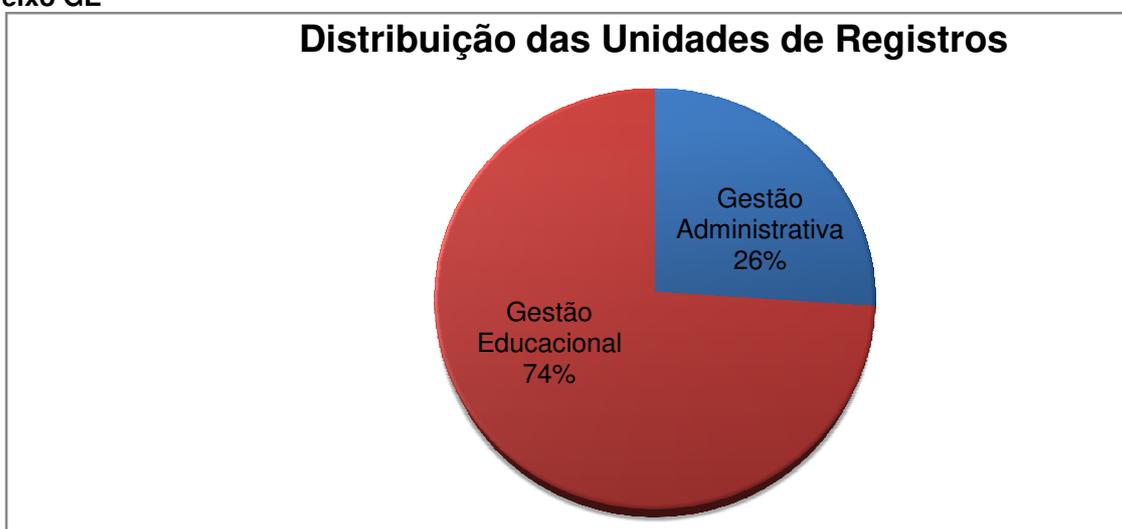
Na categoria Realização de eventos, a Subcategoria Encontros apresenta uma citação em ata referente ao II Encontro Preliminar do Parlamento Juvenil MERCOSUL, e a categoria Seminário cita a realização do Seminário de Educação Básica sobre Políticas de Educação Infantil do Setor Educacional do MERCOSUL.

Na categoria Continuidade e Seguimento, uma ação se classificada na subcategoria Avaliação, cita os avanços produzidos na região da Educação na primeira infância; e outra ação desta categoria se classifica na subcategoria Implementação com a atualização da Tabela de Equivalências para o Reconhecimento de Estudos e Certificações de Títulos de Nível Primário e Médio, não Técnicos; e a atualização do Mecanismo através de protocolo.

4.5.8. Primeiro semestre de 2015: Presidência *pro tempore* do Brasil

Durante a Presidência *pro tempore* do Brasil, no primeiro semestre de 2015, foram citadas 23 ações na Ata nº 01/2015 da XLVIIRME. Destas ações, 17 situam-se no eixo da Gestão Educacional (GE) e correspondem a 74% das ações deste semestre; e outras 6 ações no eixo da Gestão Administrativa (GA), equivalentes a 26% das ações totais deste semestre analisado, conforme o gráfico 21, a seguir:

Gráfico 21 - Distribuição das URs referentes ao 1º Semestre de 2015 de acordo com o eixo GE



Fonte: Dados organizados pela autora.

No eixo Gestão Educacional, foram classificadas as Unidades de Registros em 7 ações, ligadas ao subeixo Educação Geral; 6 ações ao subeixo da Educação Superior; e outras 4 ações classificadas no subeixo Educação Básica, conforme o quadro 27, seguinte:

Quadro 27 - Presidência *pro tempore* do Brasil no 1º Semestre de 2015

Eixo	Subeixos	Categorias	Subcategorias	Unidades de Registros (URs) Ações
GE	EB	Ações de Demanda	Concurso	O10 seu agradecimento ao Brasil pela realização da próxima edição do Concurso Caminhos do MERCOSUL, a ser realizada no segundo semestre de 2015
GE	EB	Ações de direcionamento	Instruções	A9- Tomou conhecimento da ratificação nacional do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico pelo Estado Plurinacional da Bolívia e instruiu os demais países que ainda não o ratificaram que o façam com a brevidade possível.
GE	EB	Continuidade e seguimento	Avaliações	E8- positivamente e aprovou a atualização da Tabela de Equivalências e Correspondências do "Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico", incorporando o nível de Educação Infantil/Pré- Escolar.
GE	EB	Ações de fomento	Iniciativas	K11 do Paraguai pela candidatura para a realização da edição 2016 do Concurso Caminhos do MERCOSUL.
Total de ações:				04

Fonte: Dados organizados pela autora a partir da Ata nº 01/2015 da XLVIIRME do SEM

Conforme o quadro 27 é apresentado 4 ações neste semestre e ações são classificadas em 4 categorias de análise: Ações de Demanda; Ações de direcionamento; Continuidade e segmento; e Ações de fomento.

Na categoria Ações de Demanda, é classificada uma ação na subcategoria Concurso, em que é citada em ata, quanto à realização do próximo concurso Caminhos do MERCOSUL pelo Brasil no ano de 2015.

Em seguida, a categoria Ações de direcionamento classifica uma ação na subcategoria: Instruções, recomendando aos países que ainda não retificaram o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico, que o façam brevemente.

Na categoria Continuidade e seguimento, uma ação é classificada como Avaliação, referente ao parecer positivo dado pela RME, que aprovou a atualização da Tabela de Equivalências e Correspondências do "Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico", que incorporou o nível de Educação Infantil/ Pré- escolar.

A categoria Ações de fomento apresenta uma ação ligada à subcategoria Iniciativas, parabenizando o Paraguai pela candidatura para realização da edição 2016 do Concurso Caminhos do MERCOSUL.

4.6. ANÁLISE PARCIAL DO PERÍODO DE 2011 A 2015 DO SEM

Neste segundo período de análise da GE, compreendido entre os anos de 2011 a 2015, foram verificadas 8 atas das Reuniões dos Ministros da Educação do SEM. No eixo Gestão Educacional, foram classificadas 37 ações em 20 subcategorias pertencentes a 8 outras categorias de análise, como mostra o quadro 28, seguinte:

Quadro 28 – Ações do SEM entre 2011 a 2015, por categorias de análise.

EIXOS	Subeixos	CATEGORIAS	Subcategorias	Quantidade de ações (UR)
Gestão Educacional	Educação Básica	Ações de Demanda	Concurso	7
			Convocação	1
		Continuidade e seguimento	Implementação	1
			Incorporação	1
			Avaliação	3
		Difusão	Informe	1
			Virtual	1
		Ações de Direcionamento	Compromissos assumidos	1
			Reconhecimento	4
			Instrução	1
			Propostas	2
		Ações de fomento	Apoio recebido	1
			Iniciativa	1
			Incentivos	1
Desenvolvimento e planejamento	Projetos	3		
Realização de	Seminário	2		

		Eventos	Reuniões	1
			Encontros	2
		Documentos	Cartas	1
			Declaração	2
Total:		8 categorias	20 Subcategorias	37 ações (UR)

Fonte: Dados organizados pela autora a partir das atas das RME, entre os anos de 2011 a 2015

No quadro 28, é possível analisar o agrupamento de ações realizadas pela GE do SEM relacionadas ao subeixo da Educação Básica. Neste período analisado, as atas revelaram ações concentradas em algumas categorias e subcategorias, tais como: 7 concursos, mostrando a capacidade de realização de ações que demandam acesso e procura por parte de organismos e instituições envolvidas com os projetos do SEM.

Foram, também, realizadas 3 avaliações no decorrer das presidências *pro tempore*, que deram continuidade e seguimento às ações que já vinham sendo realizadas em outras gestões.

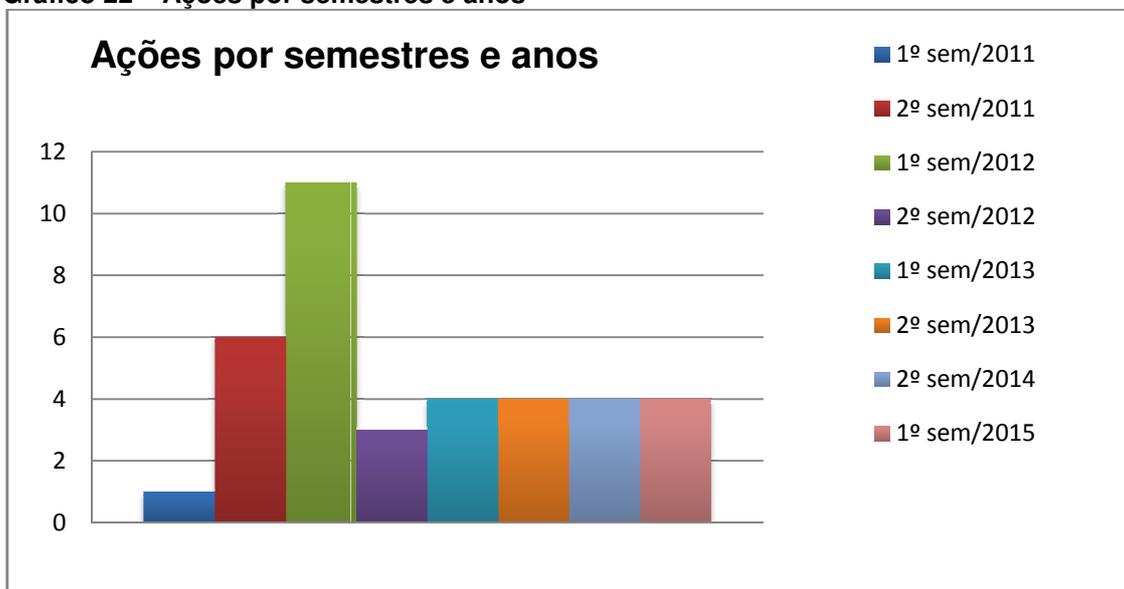
Efetou-se, por 4 vezes, o reconhecimento de ações desenvolvidas por países e organismos internacionais, possibilitando afirmar que suas realizações foram muito bem aceitas e aprovadas pelo SEM. Da mesma forma, outras duas propostas no decorrer deste período foram realizadas, impulsionando deliberações à educação básica, significativamente em relação à alfabetização.

Quanto às ações relacionadas ao desenvolvimento e planejamento, é citado por três vezes o Projeto Parlamento Juvenil com a participação de Chile e Equador, indicando o envolvimento dos países associados nas atividades da Educação Básica proferidas pelo SEM.

Foram cinco realizações de eventos que promoveram debates entre três temas: “Êxodo do povo Oriental”; “Bicentenário de Independência do Paraguai”; “Políticas de Educação Infantil do Setor Educacional do MERCOSUL”. Ainda, no decorrer deste período analisado, outros dois temas foram debatidos, como: “Integração regional no currículo da educação média e secundária e a formação docente”; “fortalecimento da mobilidade dos docentes”, evidenciando, assim, as pautas e assuntos significativos para o SEM no âmbito dos interesses regionais no desenvolvimento da Educação Básica.

O Gráfico 22, a seguir, resume a análise de desempenho do SEM em relação ao número de ações realizadas pela Gestão Educacional nas diferentes presidências *pro tempore* do MERCOSUL.

Gráfico 22 – Ações por semestres e anos



Fonte: Dados organizados pela autora a partir das Atas das RME, entre os anos de 2011 e 2015.

O gráfico 22 aponta a concentração de ações voltadas ao subeixo da Educação Básica com maior afluência durante o primeiro semestre de 2012, indicando oito ações. Durante o primeiro semestre de 2011, indica um baixo efeito à educação básica, com apenas uma ação desenvolvida.

Entre o primeiro semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2015, o gráfico demonstra uma estabilidade no desenvolvimento de ações para a promoção da educação básica.

Assim, esses dados demonstram a efetiva evolução e atuação das GE do SEM no decorrer deste período analisado, em promover o desenvolvimento da educação básica e, assim, deixam seus resultados para a promoção da integração regional.

4.7. CONCENTRAÇÃO DE AÇÕES CITADAS NAS ATAS DAS REUNIÕES DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO ENTRE 2005 A 2015

Entre os anos de 2005 e 2015, foram analisadas 19 Atas das Reuniões de Ministros da Educação do MERCOSUL, o que totalizou 734 ações, medidas e tomadas de decisões que apontam o caminho que o Setor Educacional do MERCOSUL vem percorrendo em sua função política de gestão educacional.

Assim, deste total de ações citadas em atas, pode-se chegar aos seguintes dados totais, conforme quadro 29, a seguir:

Quadro 29 - Ações entre 2005 a 2015⁶³

Total de ações entre 2005-2015											
Quantidades de ações citadas nas atas das RME entre 2005- 2015											
Semestres/ Anos	Eixos		Subeixos								
	Gestão Administrativa	Gestão Educacional	Educação Geral	Educação Superior	Educação Básica	Educação Tecnológica	Educação de Jovens e Adultos	Educação Ambiental	Educação em Prisões	Educação Profissional	Educação à Distância
2º/2005	12	27	10	7	10	-	-	-	-	-	-
1º/2006	18	29	13	12	3	-	1	-	-	-	-
2º/2006	15	29	8	13	6	1	-	-	1	-	-
1º/2007	12	17	6	6	5	-	-	-	-	-	-
2º/2007	16	32	13	13	6	-	-	-	-	-	-
1º/2008	15	29	11	10	8	-	-	-	-	-	-
2º/2008	8	20	6	5	8	-	1	-	-	-	-
1º/2009	11	34	12	14	5	-	1	-	-	2	-
2º/2009	12	15	3	3	7	-	2	-	-	-	-
1º/2010	11	12	4	3	6	-	-	-	-	-	-
2º/2010	25	27	10	14	3	-	-	-	-	-	-
Total parcial	155	271	96	100	66	1	5	0	1	2	0
Quantidades de ações citadas nas atas das RME entre 2011- 2015											
1º/2011	13	9	4	2	1	2	-	-	-	-	-
2º/2011	25	22	4	8	6	2	1	1	-	-	-
1º/2012	26	37	14	11	11	-	-	1	-	-	-
2º/2012	18	14	6	5	3	-	-	-	-	-	-
1º/2013	18	22	10	7	4	-	1	-	-	-	-
2º/2013	13	27	8	14	4	-	-	-	-	-	1
2º/2014	21	20	9	7	4	-	-	-	-	-	-

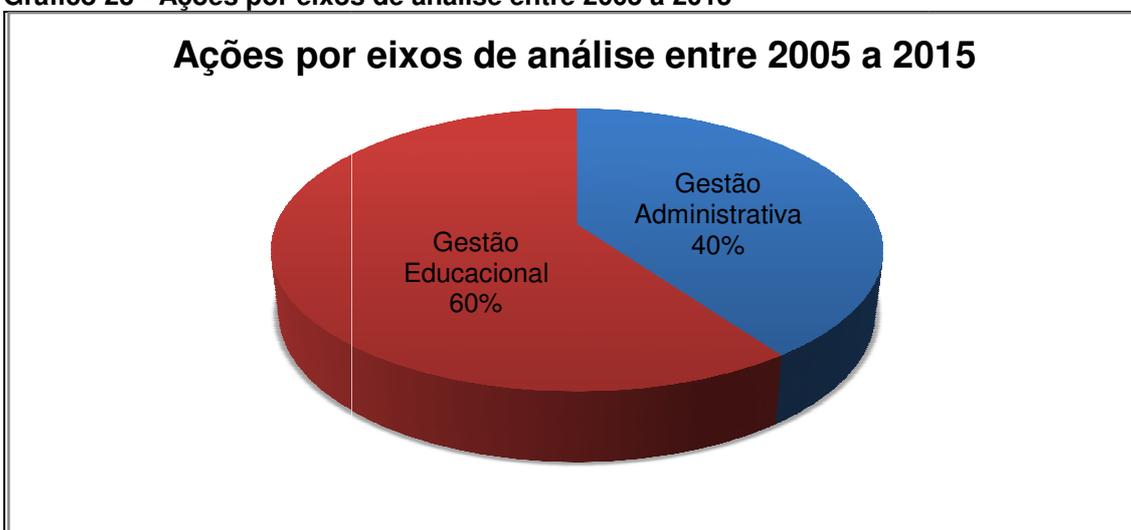
⁶³A tabulação dos dados no quadro 29 não tem a intenção de fazer análise comparativa entre os dois períodos (2005-2010 e 2011-2015), mas demonstra a progressão das ações empregadas pelo SEM registradas nas atas das RME.

1º/2015	6	17	7	6	4	-	-	-	-	-	-
Total parcial	140	168	62	60	37	4	2	2	0	0	1
Total entre 2005 a 2015	295	439	158	160	103	5	7	2	1	2	1

Fonte: Dados organizados pela autora com base nas atas das RME do SEM

O quadro 29 permite extrair as quantidades de ações voltadas para cada eixo e subeixos, visualizando ações empregadas em cada período das presidências *pro tempore*. Cabe destacar que, das 734 ações, 60% dizem respeito ao eixo da Gestão Educacional e 40% ao eixo da Gestão Administrativa, como mostra o gráfico 23, a seguir:

Gráfico 23 - Ações por eixos de análise entre 2005 a 2015



Fonte: Dados organizados pela autora, baseado nas atas das RME do SEM.

Assim, podemos verificar que o SEM, através dos registros de ações em atas das Reuniões de Ministros da Educação nas diferentes Presidências *pro tempore*, concentrou suas deliberações na Gestão Educacional. Mesmo dentre as ações; do eixo GE, a Educação Básica não concentra a prevalência das ações, é possível verificar as decisões e direcionamentos dados em relação à promoção da integração regional por meio da Educação Básica.

Na próxima seção, são apresentadas as ações qualitativas da Educação Básica na promoção da integração regional;

4.7.1. Concentração de ações citadas nas atas das RME entre 2005 a 2010

Durante os anos de 2005 a 2010, podemos destacar, na análise das 11 primeiras atas das Reuniões de Ministros da Educação, um total de 426 ações. Destas, 155 ligadas à Gestão Administrativa; e 271 ligadas à Gestão Educacional, o que corresponde a 36% das ações citadas nas atas das Reuniões de Ministros da Educação do MERCOSUL para o eixo GA e 64% para o eixo GE, como mostra o Gráfico 24, a seguir:

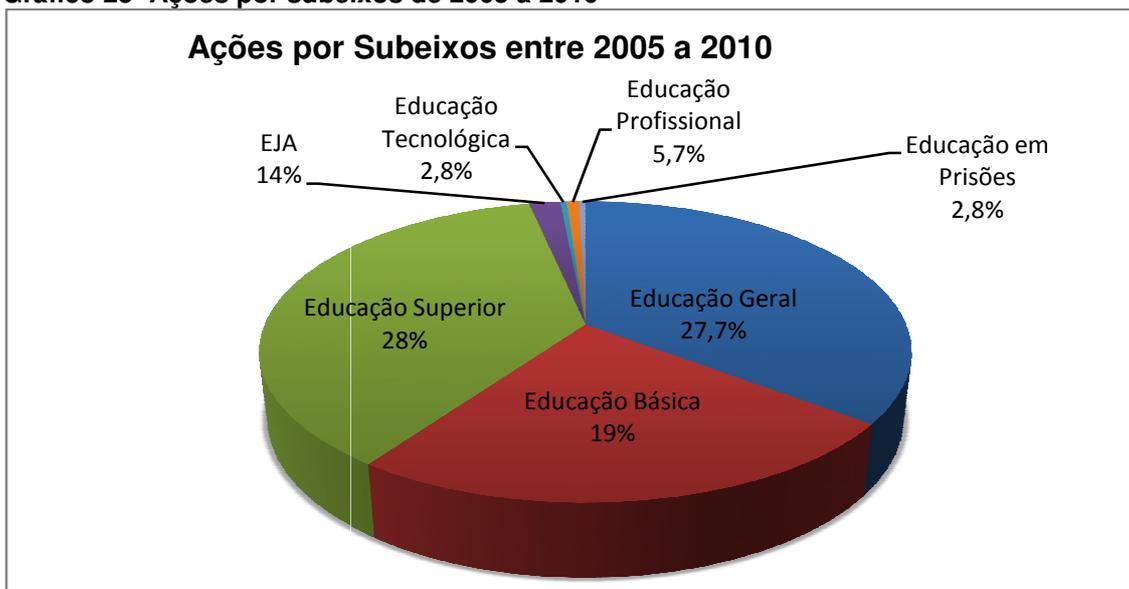
Gráfico 24- Ações de 2005 a 2010, por eixos



Fonte: Dados organizados pela autora.

Deste modo, podemos evidenciar também as ações ligadas a 7 subeixos: Educação Geral; Educação Superior, Educação Básica; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Profissional; Educação Tecnológica e Educação em Prisões, conforme o Gráfico 25, a seguir:

Gráfico 25- Ações por subeixos de 2005 a 2010



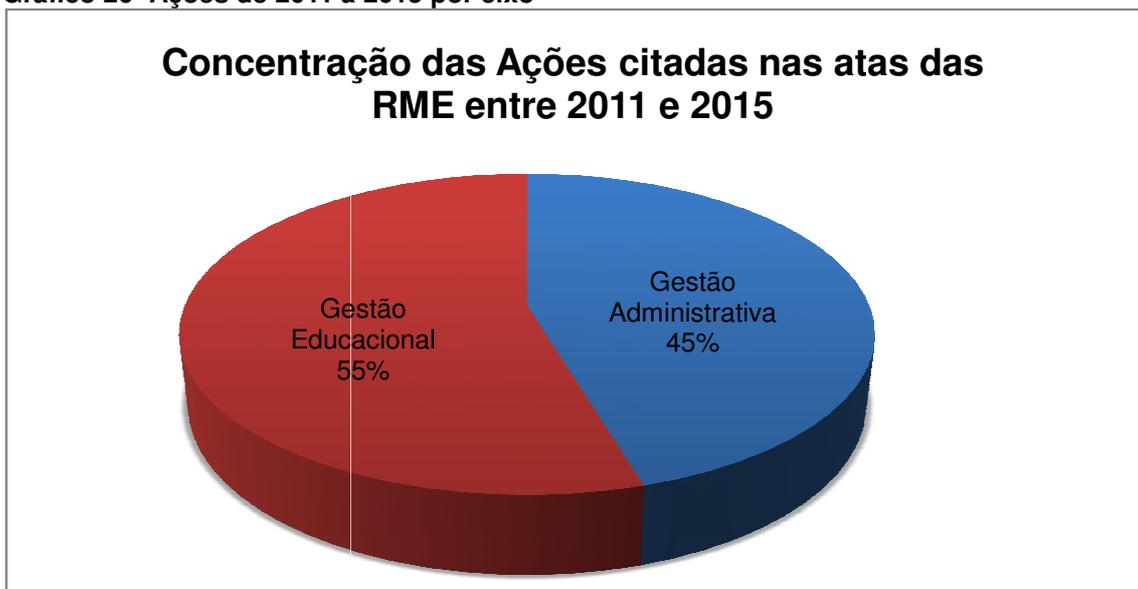
Fonte: Dados organizados pela autora, segundo as Atas das RME entre 2005 e 2010.

Conforme o Gráfico 25, podemos perceber uma maior concentração das ações citadas nas atas das RME ao longo deste período para a Educação Superior. A Educação Geral também fica com uma grande parcela das ações, mas a Educação Básica possui maior parcela de ações realizadas em relação aos outros subeixos em análise. Destes, o gráfico expõe 2,8% das ações para Educação Tecnológica e Educação em Prisões, o que corresponde à quantidade de uma ação para cada subeixo entre 2005 e 2010, não evidenciando muitos investimentos nessas áreas da educação.

4.7.2. Concentração de ações citadas nas atas das RME entre 2011 a 2015

Foram analisadas entre 2011 e 2015, oito Atas das Reuniões de Ministros da Educação do MERCOSUL, somando um total de 308 ações: 140 ligadas ao eixo Gestão Administrativa, equivalentes a 45% das ações totais e 168 ações ao eixo da Gestão Educacional, o que corresponde a 55% do total, como mostra o Gráfico 26, seguinte:

Gráfico 26- Ações de 2011 a 2015 por eixo

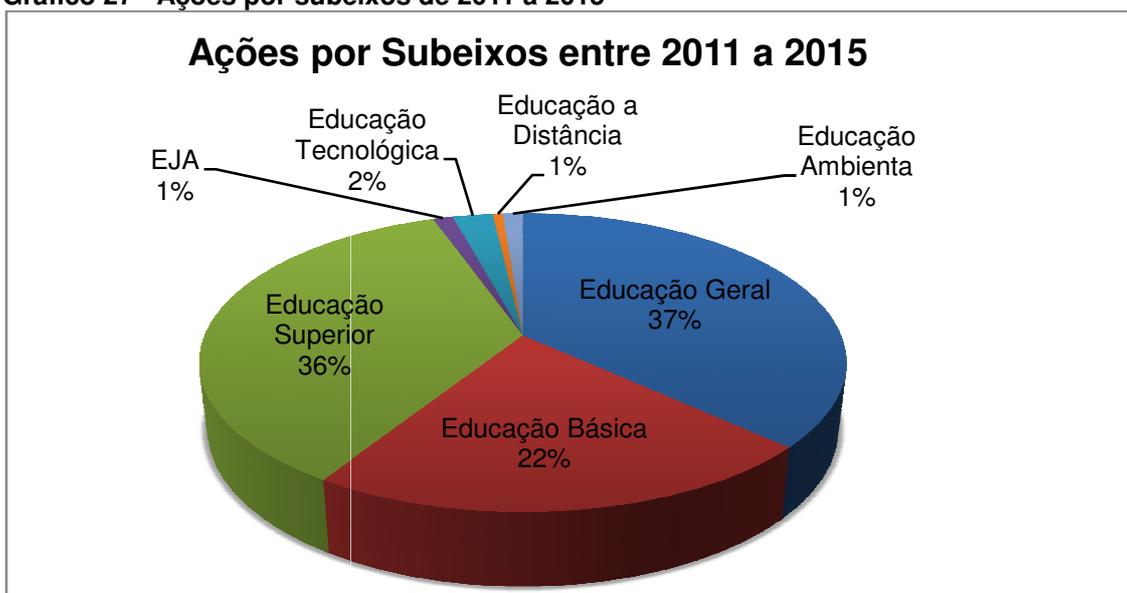


Fonte: Dados organizados pela autora.

De acordo com o Gráfico 26, a maior concentração de ações deste período analisado corresponde a 55% no eixo da Gestão Educacional e 45% no eixo da Gestão Administrativa.

Assim, podem-se destacar ações ligadas a 7 subeixos: Educação Geral; Educação Superior, Educação Básica; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação a Distância; Educação Tecnológica e Educação Ambiental.

Gráfico 27 - Ações por subeixos de 2011 a 2015



Fonte: Dados organizados pela autora, segundo as Atas das RME entre 2011 e 2015.

De acordo com o gráfico 27, 37% das ações citadas em atas neste período analisado correspondem ao subeixo da Educação Geral; 36% ao subeixo da Educação Superior e outros 22% ao subeixo da Educação Básica. Assim, a Educação Tecnológica teve apenas 2% das ações citadas em ata, o que se refere a apenas 4 ações. Os outros subeixos, Educação à Distância, EJA e Educação Ambiental tiveram um percentual mínimo em relação aos demais, apenas 1% das quantidades relatadas.

4.8. AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A análise evidenciou que ao longo dos últimos dez anos, que o MERCOSUL Educacional pode promover 103 ações, voltadas à integração regional na educação básica. Entre essas ações podemos citar as que foram promovidas:

- os Concursos Caminhos do MERCOSUL;
- o Projeto Bibliotecas Escolares do MERCOSUL;
- a RELPE – Rede Latino- Americana de Portais Educativos;
- o PLANO SEM 2006-2010;
- o PLANO SEM 2011-2015;
- o reconhecimento de Certificados e Títulos de Estudos em Nível Médio não- técnico;
- Projeto Escolas de Fronteiras (PEIF)
- Projeto Leituras e Integração Regional
- o lançamento de livros como estratégias de apoio a professores no uso de coleções das Bibliotecas escolares do MERCOSUL;
- Histórias do MERCOSUL;
- os trabalhos de Intercâmbio desenvolvidos pelos GTs do CCR;
- a inclusão de autores dos países do MERCOSUL na doação de livros aos sistemas escolares;
- a universalização do Ensino Médio
- as políticas e estratégias para prevenir o fracasso escolar;
- a educação na primeira infância (0 a 5 anos);

- o plano CEIBAL (Conectividade Educativa de Informática Básica para a Aprendizagem em Linha);
- o reconhecimento de estudantes em nível primário básico fundamental e médio;
- o Parlamento Juvenil
- a inclusão de conteúdos de integração regional no currículo da educação Média/ secundária e de formação docente;
- a publicação de trabalhos por meio virtual;
- o fortalecimento da mobilidade dos docentes da área da educação básica na região;
- a busca pela erradicação do analfabetismo dos países do bloco;
- a impulsão da Alfabetização da população de Venezuela;
- a busca pela elevação da taxa de conclusão da educação básica;
- a incorporação do nível de educação infantil/ pré- primário na Tabela de equivalência de Certificados e Títulos;

Estas ações foram na maioria realizadas por meio de concursos, implementações ao longo das presidências, compromissos firmados e assumidos, instruções dadas, projetos criados, avaliação das ações firmadas, e pelo reconhecimento das realizações e esforços das nações que fazem parte do MERCOSUL, em promover a integração regional.

Ainda, podemos citar a participação de organizações internacionais na realização destas ações, como: OEA, CSB, UNESCO, OEI, Unión Latina, FEMCIDI, OCDE, PISA, PEAS e EPT.

Foi possível também encontrar vários temas dentro destas ações realizadas como, por exemplo: “Integração Regional”; a “Formação Cidadã”; a “Integração Docente”, “Aprendizagem e Serviço”, “Educação Tecnológica”, a “Alfabetização”, “Lagos Solares e Culturas no Caminho do Sol”, “Direitos Humanos”, “Trabalho de Intercâmbio”, “As cidades históricas de Minas Gerais”, “A educação no contexto da integração Latino- Americana”; “O papel da Escola Média”; “Bicentenário da Independência do Paraguai”; “Êxodo do povo Oriental”; “Rota do Café”; “Alfabetização e pós- alfabetização do MERCOSUL”; “promoção da cidadania regional”; e “integração educativa”.

Estes foram os principais temas e ações desenvolvidos pelo SEM para promover a integração regional possibilitando perceber que estas atividades

gerenciadas pelas presidências *pro tempore* do MERCOSUL assumem um papel fundamental dentro do contexto da educação na America Latina.

5. CONSIDERAÇÕES

As sociedades que constituem a América Latina são de diversas origens étnicas e, ao longo dos anos, se miscigenaram com os povos indígenas que aqui já viviam antes do homem europeu chegar. Hoje, culturalmente, essas sociedades se mantêm diversificadas e, economicamente, possuem largas diferenças.

Os laços que se constituíram entre os povos latinos foram se concentrando, ora por conflitos, guerras e disputas, ora pela necessidade de enlace com o intuito de se fortalecerem e de se completarem. As alianças e disputas que envolveram os povos latinos – e aqui incluo o Brasil – por muitas vezes quebraram resistências e por outras sobreviveram a interesses, uniram povos, ao mesmo tempo em que também os diferenciaram, ofuscando de certo modo, nossas identidades como povos latino-americanos⁶⁴.

Também, foi importante para entender a posse de territórios, as disputas por limites das fronteiras, além da formação cultural dos povos latinos. À medida que as relações de poder sob o pertencimento dos povos e de suas fronteiras moldavam-se, a formação dos Estados Nacionais da América Latina também mostravam distanciamentos, os diferentes governos, suas políticas e organizações se deram em movimentos à independência e constituíram sociedades, com culturas, políticas, e regionalidades diversificadas, mas que ainda, se encontram em processos de mudanças e desenvolvimentos.

Essas mudanças também se deram pelas diferentes formas de se governar na região, sejam com a inserção de organismos internacionais presentes desde as décadas de 1960, quando os países latinos sinalizam as primeiras intenções de alianças e integração, ou seja, pela própria organização dos países vizinhos, formando o MERCOSUL.

A educação na América Latina também sofreu influências de organismos internacionais, o que mostrou de fato as forças econômicas e políticas

⁶⁴ Essa questão de pertencimento como povo latino-americano não é pertinente à pesquisa, apenas sinalizo o pensamento de autores citados no capítulo 2, que representa, em parte, o entendimento do estudo que fiz sobre a história dos povos da América Latina.

mobilizando os sistemas de educação ao estreitarem os governos com acordos e interesses externos (pelas forças Pan-Americanas, estadunidenses).

Essas influências neoliberais por muito tempo marcaram os países latinos nas décadas de 1990 e hoje ainda podemos encontrar práticas educativas e de gestão dos sistemas de ensino desta época.

No que diz respeito ao MERCOSUL Educacional, a prática de gestão se mostra dentro das propostas do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), com a gestão democrática da educação. Esta forma de governar (*tempore*) mostra as possibilidades de autonomia de cada país em gerir as atividades do setor e direcionar as ações e intenções de educação.

Os documentos apontaram somente dois semestres em que a gestão se pôs em resolver práticas administrativas, não citando nenhuma ação na gestão educacional. De certa forma, não mostra ser um movimento negativo, já que as ações da Gestão Administrativa vão condicionar futuras ações das práticas educativas. Apenas mostra um empenho maior nos outros semestres ao desenvolver seminários, concursos, encontros e compromissos assumidos ao longo dos dez anos analisados.

Assim o SEM vem promovendo a integração regional com ações voltadas à educação Básica que estimulam articulações com organismos internacionais, mas, principalmente, possibilitam a participação dos países associados e países- parte nas atividades durante os semestres analisados. Estas possibilidades de articulações se mostram necessárias, uma vez que o MERCOSUL, para avançar em sua condição aduaneira, sofre influências externas, mas que promovem a integração regional com Projetos e Programas e oferecimento de apoio financeiro para custear essas ações.

Este modo de gestão educacional em que o próprio SEM se denomina democrática influencia na repercussão do MERCOSUL Educacional, à medida que proporciona difusão dos Programas e Projetos que envolvem todos os países da região latina. Ao destacar as ações na educação básica, lançam e impulsionam o engajamento dos países para se chegar a um objetivo comum. Quando é necessário seguir a proposta exercida por um país que erradicou o analfabetismo, além de promover a inclusão de crianças, reconhece as necessidades da região e elaboram políticas e estratégias para prevenir o fracasso escolar, buscando elevar a taxa de conclusão da educação básica e

incluindo, como conteúdos nos currículos, a integração. Temas das regiões que fazem parte do MERCOSUL também são desenvolvidos com a intenção de articular o intercâmbio de culturas, evidenciando, durante as diferentes gestões *pro tempore* do MERCOSUL, um movimento que assume compromissos com a integração dos países e pela busca em atender crianças e jovens com atenção às questões da qualidade na educação.

Ainda, as ações que o SEM planeja são delineadas para o desenvolvimento, adesão e oferta de tecnologias para as escolas da região. A publicação de livros e materiais além dos sites desenvolvidos favorece a utilização e instrumentos e mecanismos para a disseminação da integração regional.

Assim, ainda que a pesquisa tenha deixado evidente a participação da Gestão Educacional sendo superior à Gestão Administrativa, também se percebeu uma atuação maior de ações na Educação Superior em relação à Educação Básica, como mostrou o quadro 28, da página 131 dessa pesquisa.

As principais implicações da gestão educacional na repercussão do MERCOSUL Educacional para a promoção da integração regional se concentram em desenvolver ainda mais as atividades voltadas à educação básica, já que os próprios documentos descrevem a necessidade de erradicar o analfabetismo e elevar as taxas de conclusão do ensino básico.

Implica, ainda, em desenvolver um mecanismo de controle das propostas de ações descritas nos PLANOS SEM, com o que realmente foi concluído ou realizado durante as gestões da educação. Isso possibilitaria ter mais efeitos ao indicar falhas e avanços nos processos de integração regional.

Pode-se dizer, ainda, que a gestão educacional do SEM resultou em muitos efeitos para a integração regional, haja vista que foram 734 ações analisadas e classificadas. Destas, 103 voltadas à educação básica, uma média de 10 ações por semestre (por presidência *pro tempore*). Isso mostra a capacidade do MERCOSUL Educacional em expandir a integração regional e, ainda, que esta é uma forma de fazer uma gestão educacional democrática.

Assim, a pesquisa conseguiu apontar, também, poucos referenciais de pesquisas na área da gestão educacional do MERCOSUL, indicando a possibilidade de se explorar mais esta área do conhecimento.

Outras e novas pesquisas podem ser desenvolvidas a partir deste estudo e desta temática. Os estudos comparativos possibilitam evidenciar as diferenças e semelhanças das gestões da educação do SEM. Também, pode-se comparar o desempenho da gestão de cada país que presidiu o MERCOSUL, evidenciando com mais profundidade o envolvimento dos países com as questões de desenvolvimento da América Latina. Os sistemas de ensino, também são boas fontes para a problematização da educação na América Latina.

Concluindo, esta dissertação analisou a repercussão da gestão educacional do SEM na promoção da Integração Regional na Educação Básica, e destacou as principais atividades desenvolvidas, identificando ação por ação nas atas das RME, podendo traçar perspectivas esperançosas para a Integração Regional na América Latina.

Portanto, entende-se que as ações desenvolvidas pelo SEM na educação básica, tornando um meio muito promissor e efetivo de integração regional, que vem repercutindo em um movimento de participação significativa e efetiva dos países envolvidos com o MERCOSUL. Ainda, destaca-se a gestão da educação do SEM em sendo democrática, muito atuante e comprometida em cumprir o desenvolvimento de Planos e as ações que nele estão previstos.

Essas ações, ao longo dos dez anos analisados, repercutiram em várias ações da gestão educacional do SEM. Entre elas: ações de demanda com a realização de concursos, chamadas e referendos; ações de continuidade e segmento que se relacionaram com ações de outras presidências *pro tempore*, implementando, avaliando e incorporando mais ações; houve também a difusão de ações realizadas, com publicação de materiais impressos e virtuais.

O desenvolvimento de ações de direcionamento que deram instruções, recomendações, propostas, iniciativas também repercutiram em compromissos assumidos e firmados com outros países e organismos internacionais.

As ações de fomento desenvolvidas e recebidas pela gestão educacional do SEM puderam articular o envolvimento do MERCOSUL Educacional com organismos internacionais através de apoios recebidos, incentivos, reconhecimentos e o oferecimento de apoio do MERCOSUL Educacional a outros países do bloco.

Outras ações estiveram atreladas ao desenvolvimento e planejamento como os planos, projetos, grupos e mecanismos de desenvolvimento de ações. A realização de eventos também contribuiu para o desenvolvimento de ações que repercutiram em feiras, seminários, reuniões, encontros e jornadas para a promoção da integração regional.

Muitos documentos, como protocolos, cartas e declarações garantiram o registro de tomada de decisões em acordos e reuniões realizadas a fim de garantir a efetivação de ações.

Assim, a gestão educacional do SEM promove um movimento coletivo com articulações internas e externas, com os organismos do bloco MERCOSUL e com países associados, articulando ações significativas para o desenvolvimento do ensino nas regiões fronteiriças que se mobilizam a aplicar essas ações previstas nos Planos e elaboradas para assim, poderem promover a Integração Regional por meio da Gestão Educacional na Educação Básica.

Promover a integração regional é fortalecer os povos fronteiriços em sua cultura, regionalidade, identidade e pertencimento. Mas também, potencializa o desenvolvimento econômico, político e social. Assim, a Educação Básica contribui para atender o desenvolvimento das ações planejadas e que venham a dar continuidade e incentivo ao desenvolvimento regional.

Contudo, a gestão educacional do SEM articula ações que possuem em sua elaboração, um grau de influência das forças hegemônicas globais, mas em contrapartida, mantém um planejamento preocupado com o desenvolvimento social latino buscando além de elevar a economia, mobilizar, estender e promover, a outros países da região, a integração regional.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, José Carlos Brandi. **Integração na América Latina**. Revista Inf. Legisl. Brasília. Ano 21, nº81, Janeiro-Março, Suplemento, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo. Hucitec, 1995.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990**. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ARGENTINA, BRASIL. **Escolas de fronteiras. Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF)**, Brasília e Buenos Aires. Março de 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

BALL, J. Stephen. **Performatividades e Fabricações na Economia Educacional**: rumo a uma sociedade performativa. Revista Educação e Realidade. Vol.35, nº2, maio- agosto, 2010, pp. 37-55.

BESHARA, Gregory. **Educação e política externa**: a experiência brasileira no Mercosul Educacional.

BETHELL, Leslie. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. Revista hist. Rio de Janeiro, Vol.22, nº44, p. 289-321, julho-Dezembro de 2009.

BITTELBRUNN, Ivonete Betencourt Antunes. **Gestão democrática no contexto das reformas educacionais na América Latina**. Tese de doutorado. Marília. São Paulo, 2013.

BRASIL, **Tratado de Assunção**, 1991.

_____. **Compromisso de Brasília**, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> acesso em: 12 de julho de 2015.

_____. MEC, Ministério da Educação. **Escola de fronteira**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article Acesso em: 01 de maio de 2015.

BRASÍLIA; BUENO, Clodoaldo. **América do Sul e a Integração Regional**. 2012.

BUENO, Clodoaldo. **O Brasil e o Integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan- Americana**. *In: A América do Sul e a Integração Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 2002.

CASASUS, Juan. **A Reforma Educacional na América Latina no contexto da globalização**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.114, 2001, p. 7-28.

CDIF- **Ministério da Integração Nacional**: Secretaria de Desenvolvimento Regional. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Buenos Aires, 2014.

CURY, Augusto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____, **O regime de colaboração no ordenamento jurídico da educação escolar brasileira**. *In: Programa nacional de capacitação de Conselheiros municipais de educação*. Brasília: MEC, 2004.

DAMO, Marcia Regina Sartori. *In: BRASIL, Cartilha faixa de fronteira*, 2009.
DORATIOTO, Francisco. *In: A América do Sul e a Integração Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil, 2012.

DOURADO, L. A. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. *In: FERREIRA, N. C. (Org.) Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

ENSP- **Escola nacional de Saúde pública**. Fio Cruz. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/saudefronteiras/sintese_1.php?secao=3
Acesso em: 21/09/2015. Experiência. São Paulo: Cortez, 2000

ENGEL, Juvenal Milton. **As comissões brasileiras demarcadoras de limites**. Breve notícia histórica, 2010. Disponível em: <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>>. Acesso em: 11 set. 2015. O texto não possui referência a paginação.

FARENZENA, Nalú; LUCE. Maria Beatriz. **Financiamento da educação e responsabilidades federativas: 25 anos de agenda constituinte**. RBP AE, v. 29, nº22, p. 263-281, maio/agosto. 2013.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. **América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia**. TOPOI, vol.12, nº23, p.30-42, Julho-Dezembro de 2011.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: UFSC, 2010.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. **Direitos sociais e políticas Públicas transfronteiriças**. Curitiba: CRV. 2013.

FILHO, Synésio Sampaio Goes. **As fronteiras do Brasil**, Ministério das relações exteriores. Brasília, 2013.

FOLADOR, João David. **História de Galvão**. Galvão: Prefeitura Municipal, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Idéias errôneas sobre o Brasil**. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. V, nº18, p.285-302, Junho de 1962.

GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992.

_____. ROMÃO, J. E. (orgs.) **Município e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América (que ainda não houve)**. 2ed. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990. p.7 - 45. Série Síntese Universitária.

GENTILI, Pablo. **O direito á educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Ed. E Sociedade, Campinas, vol.30, n.109, p 159-179, set./dez. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo, 2002.

GIROUX, Henry: **Atos Impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre, Artmed, 2003.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUTIERREZ. Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo, Summus, 1988.

IANNI, Octavio. **Texto apresentado no Simpósio Interpretações Contemporâneas da América Latina, realização do Instituto de Estudos Avançados** — Universidade de São Paulo — São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987 - Sala do Conselho Universitário.

_____. **O Estado- Nação na época da globalização**. In: Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 1, n. 1, p. 105-118, jun. 1999. Disponível em:

[http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavioO Estado- Nação na época da globalização](http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavioO%20Estado-Na%C3%A7%C3%A3o%20na%20%C3%A9poca%20da%20globaliza%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 09 set. 2015.

KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. **O cenário educacional latino- americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas: Autores Associados, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso na escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e pesquisa*, v.38, n.1, 2012, p.13-28.

LIMA, Licínio. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2012.

LORO, Alexandre Paulo. **Educação física escolar na fronteira Brasil/Bolívia**: um olhar sobre os jogos populares. *In: Educação física enfoques contemporâneos*. Dourados MS, UFGD, 2013.

MACHADO, Lia Osório. **Limites, fronteiras, redes**. Espaço Global AGB- Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/files/original/0577d87a37fdd72151ef9706aaad3d71.pdf> Acesso em agosto de 2015.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações. Para que servem as fronteiras? A questão nacional. Marco geográfico e marco político**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec. 1997.

MARTINS, José do Prado. **Gestão educacional**: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Marten: **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina**: tempos de angústia e esperança, subsídios para um programa de governo. Florianópolis: Autor, 1978.

_____. *In: CEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Oeste Catarinense*: colonização e evolução econômica. Florianópolis: Instituto CEPA, 1990.

MERCOSUL, Educacional. **Portal do MERCOSUL Educacional**. Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/documentos-categoria>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

MERCOSUL. **Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL. (2006-2010)**, Argentina, 2006.

_____. **Plano de Ação do Setor educacional do MERCOSUL (2011-2015)**, Paraguay, 2011.

_____; IBRAES. **MERCOSUL Social e Participativo: Construindo o MERCOSUL dos povos com democracia e cidadania.** 2007.

MORAES, Roque de. Uma **tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise textual discursiva.** Rev. Educação e Ciências, v.9, n.2, p. 191-211, 2003.

_____. **Análise de conteúdo.** *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira: espaço de referência identitária?** Revista Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.1, nº1, Dezembro de 2007, p.27-41

NOGUEIRA, Gislene. **O Brasil nos blocos econômicos: História, teoria e mecanismos inter-regionais e multilaterais.** Monografia. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; CATANI, Afrânio Mendes. **Constituições estaduais brasileiras e educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005.

PABST, Haroldo. **Mercosul: direito da integração.** Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PARAGUAI, Tratado de Assunção. **Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.** 23 de março de 1991.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** Editora Ática, São Paulo, 2007.

PPa – **Programa Plurianual Mais Brasil (2011-2015):** Ministério do Planejamento e gestão: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Brasília, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RAMOS, Luiz A. de Oliveira. **Repercussão do tratado de Tordesilhas na época contemporânea.** 2012.

REZEK, José Francisco. **Conselho de Estado**: consultas da Sessão dos Negócios Estrangeiros, vol. I, *In*: FILHO, Synésio Sampaio Goes. As fronteiras do Brasil, Ministério das relações exteriores. Brasília, 2013.

RIBEIRO, Darci. **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2009.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: São Paulo, Autores Associados, 1995.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. Porto, Afrontamento, 2000.

SANTOS, Gideon B.; OURIQUE, Suely A; SILVA, Wanderley. **A qualidade da educação na América Latina**. *In*: Revista FACED, Salvador, n.12, Jul- Dez, 2007, p. 33-49.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. 3. ed. rev. ampl. Ilha de Santa Catarina: Terceiro Milênio, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ed. Ver. E ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHMIED. Julie. **Cenário da Integração regional**: os desafios da união de Nações Sul- americanas (UNASUL) o novo caminho da integração na América do Sul. Caderno Adenauer VIII, n.1, 2007

SILVA, Gutemberg de Vilhena Silva. **Uso contemporâneo da fronteira Franco-Brasileira**: entre os ditames globais e a articulação local. Macapá, experiência. São Paulo: Cortez, 2000

SILVA, Roberto Rafael Dias da: **Políticas de constituição do conhecimento escolar para o Ensino Médio no Rio Grande do Sul**: uma analítica de currículo. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.30, n. 01, 2014, p. 127-156.

SILVA. Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano8 nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNESCO. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM**. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em 12 de julho de 2015, UNIPAF, 2013.

VESENTINI, José Willian. **Educação e ensino de geografia**: instrumentos de dominação e/ou libertação. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

VOUGA, Blanca Villalba. Paraguay: **Desafios para La integracion regional**. Disponível em: <http://brasil.campusvirtualsp.org/taxonomy/term/11152> Acesso em:04 de outubro de 2015.

WATSON Adam. *In*: NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Fronteira**: espaço de referência identitária? Revista Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.1, nº1, Dezembro de 2007, p.27-41

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educação e Sociedade, v.28, n.101, 2007, p.1287-1302.